meSalva!

SO CIO LO GIA

SOCIOLOGIA

01

TEORIA SOCIOLÓGICA

TEORIA SOCIOLÓGICA

Nesta apostila, abordaremos dois tópicos relacionados ao estudo da Sociologia. Em um primeiro momento, estudaremos aspectos introdutórios em relação à Sociologia. Começaremos pelo básico, isto é, o que é Sociologia? Qual a importância de seu estudo? Depois disso, veremos as relações entre Sociologia, senso comum e sabedoria tradicional e, na sequência, a proposta é oferecer um panorama geral a respeito do método sociológico e de suas etapas! Apenas isso já renderia uma apostila bastante rica em conteúdo, porém, não para por aí...

Em um segundo momento, estudaremos um pouco sobre o surgimento da Sociologia, bem como sobre os principais pensadores clássicos e contemporâneos. Com base nesses autores, falaremos um pouco sobre as teorias que mais marcaram época e que influenciaram de forma decisiva o pensamento sociológico.

Preparados?! Vamos lá, então!

INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA

POR QUE ESTUDAR SOCIOLOGIA?

Você já parou para pensar nas motivações por trás dos seus pensamentos ou de suas ações? Será que suas vontades e suas opiniões são "apenas" uma preferência pessoal? As roupas que você costuma usar, as músicas que você costuma ouvir, os lugares que você costuma frequentar, são escolhas suas? A vontade de tentar compreender o que motiva as pessoas a agirem de certa maneira em grupo, de entender como cada cultura se organiza, de analisar melhores formas de gestão de uma sociedade podem ser observadas desde os primeiros registros escritos encontrados na história até os dias de hoje, nos textões da *timeline* do seu *Facebook*. **Sociologia é a ciência que estuda a sociedade**, ou melhor, que estuda as relações sociais entre os indivíduos entre si, com os grupos com os quais convivem e com a sociedade como um todo.

Dependendo de como vemos a força da sociedade sobre nós, veremos que podemos ter um leque maior ou menor de escolha individual, mas sempre estaremos muito influenciados pelo nosso tempo, pela cultura a qual pertencemos e pela sociedade na qual vivemos. Daí você se pergunta: Tá, mas se estamos condicionados pela sociedade que vivemos, não podemos ser diferentes? Não podemos fazer outra história? Siiiiiimmmm, claro que podemos! E é exatamente por isso que estudamos sociologia! Conhecer como somos, pensamos e porque agimos de uma forma ou de outra é o primeiro passo para mudarmos a realidade na qual vivemos!

E, olha, não adianta tentar evitar: o ser humano é necessariamente um ser social. Um passarinho joão-de-barro já nasce sabendo fazer sua casa de barro, o cachorro já nasce sabendo latir, mas o ser humano, se não for ensinado, não saberá falar ou se comportar como outros seres humanos. O ser humano é o único animal que precisa aprender a ser "humano". Ninguém "nasce sabendo" nada! Até a relação da mãe e do bebê vai se construindo ao longo da vida. Cada cultura tem seus rituais e práticas para lidar com fenômenos que parecem ser "naturais", como, por exemplo, o nascimento de um bebê. O cuidado com a mulher grávida, a posição mais adequada para o parto, cuidados com o recém-nascido, definições sobre o papel do pai e seus deveres mudam de uma cultura para a outra.

Esse processo de aprender a viver em sociedade, que chamamos de **socialização**, às vezes parece algo muito abstrato, mas é na verdade algo físico, que fica inscrito no nosso corpo, no nosso modo de ser e agir no mundo, de pensar a si mesmo e de se relacionar com as outras pessoas. Quando você aprende a falar, você treina o seu aparelho vocal para emitir determinados sons

em detrimento de outros. Se você já tentou aprender uma língua diferente, sabe como pode ser difícil aprender a emitir sons diferentes dos que são usados na língua portuguesa.

Não é só porque temos dificuldade de emitir um som diferente que iremos dizer que aprender uma língua estrangeira é um processo anti-natural! Então, por que em relação a algumas outras coisas, como a nossa identidade de gênero ou expressão da nossa sexualidade, as pessoas costumam ter tanta dificuldade para perceber que se trata de algo cultural e socialmente construído? Bom, a sociologia responderia que é porque o *homo sapiens* é sempre *homo socius*. É como se a cultura fosse parte da nossa natureza. Por isso, tendemos a **naturalizar** processos que são, na verdade, socialmente construídos. A sociologia busca reconstruir os caminhos dessa naturalização, especialmente analisando como o senso comum estrutura a realidade. Questionar o quão "naturais" são os nossos comportamentos é um dos objetivos da sociologia!

SOCIOLOGIA, SENSO COMUM E SABEDORIA TRADICIONAL

A gente está sempre pensando e teorizando sobre o mundo ao nosso redor, mas então, seria isso sociologia? Não! O impulso de compreender o mundo motiva o desenvolvimento do pensamento sociológico, mas não basta por si só. A esse pensamento imediato, sem reflexão, ingênuo, chamamos de **senso comum**. São pensamentos, conceitos, teorias, hábitos que estão imersos, enraizados na nossa cultura e que reproduzimos sem nem percebermos.

O problema é que esse conhecimento do senso comum, construído a partir da experiência de quem fala, pode ter implicações ideológicas, estar impregnado de preconceitos ou de generalizações. Reproduzir esses pensamentos e ações contribui para a perpetuação de uma realidade que nem sempre condiz com o que acreditamos, ou nem sempre é a melhor para todas as pessoas. É muito importante nos darmos conta de como a realidade se constrói socialmente a partir do senso comum, pois assim podemos refletir sobre ela e modificá-la. O senso comum não é científico e é um grande obstáculo a ser superado para fazermos sociologia, mas ele é essencial para a nossa vida prática. Imagine se você tivesse que parar e analisar cientificamente cada ação que você for praticar? Seria impossível viver! Mesmo alguém que atue no campo da sociologia ainda assim terá o seu referencial de pensamentos a partir do senso comum. O **desafio da sociologia** é reconstruir como esses pensamentos foram socialmente construídos, para assim podermos compreender melhor a realidade analisada. O legal disso é que, estudando sociologia, a cada dia nos damos conta de nossas ações e refletimos sobre o porquê de estar agindo de uma forma ou de outra!

Outro tipo de conhecimento que é diferente do saber científico e do senso comum é a **sabedoria tradicional**. A **sabedoria tradicional** é formada por conjuntos de saberes construídos a partir da experiência de populações que vivem em contato com a natureza ou que teriam seus saberes construídos na experiência com ela e comprovada geração após geração. A nossa cultura ocidental privilegia o saber científico, mas outras culturas desenvolveram outras maneiras de apreender o mundo em que vivem - é o caso da sabedoria dos povos indígenas, por exemplo. Um indígena sabe reconhecer a idade das árvores pelo seu caule ou cor das folhas e consegue distinguir milhares de tons de verde que a gente nem sonha em enxergar. Sabemos bem que o "homem branco" não levou da amazônia apenas as raízes e ervas para fabricar seus remédios ocidentais, levou também a sabedoria dos pajés indígenas e das benzedeiras tradicionais sobre o poder de cura de cada planta.

A **sociologia** difere dessas outras formas de conhecimento pois é feita dentro dos parâmetros que chamamos de "científicos", ou seja, segue metodologias de pesquisa específicas da área e se baseia em conceitos e teorias construídas a partir de pesquisas empíricas, no mundo real. Mas é sempre bom lembrarmos que a **ciência** não é a única forma de produção de conhecimento sobre a realidade e que o conhecimento científico está longe de ser a "verdade sobre o mundo"! Além disso, a ciência não está isolada de outros saberes: muitos remédios foram elaborados a partir da sabedoria popular, por exemplo.

MÉTODO SOCIOLÓGICO

Então, afinal de contas, como se faz sociologia? Primeiramente é bom deixar claro que a sociologia é uma ciência empírica. Ou seja, o sociólogo *faz pesquisa* diretamente na realidade social. A gente chama isso de "trabalho de campo" ou pesquisa de campo. Vamos lá, entrevistamos as pessoas, observamos situações e fenômenos sociais, etc... Diferentemente de outras ciências (exatas ou biomédicas), onde um novo postulado, uma afirmação sobre a realidade, necessariamente derruba o anterior, na sociologia, e também em outras ciências humanas, como a antropologia e a ciência política, vários postulados podem coexistir e, inclusive divergirem. Dependendo do objeto estudado, usamos a teoria e o método de pesquisa que melhor nos auxilia para a análise da realidade estudada.

Não sei se vocês já ouviram falar de "Projeto de Pesquisa". Ele é o primeiro passo do trabalho sociológico. É quando colocamos no papel o que a gente quer descobrir sobre a realidade social, o que outros pesquisadores já disseram e pesquisaram sobre o assunto que nos interessa e o método que vamos utilizar (como a gente vai pesquisar). Nesse projeto os sociólogos seguem quase as mesmas etapas já conhecidas a partir de outras áreas: escolhemos nosso objeto de estudo, elaboramos uma pergunta inicial, criamos hipóteses, coletamos dados, analisamos o material coletado e finalmente concluímos a pesquisa, refutando ou confirmando a hipótese.

Diferentemente das outras ciências (da natureza, por exemplo, que pesquisam o meio ambiente ou animais) n na sociologia pesquisamos *pessoas*, então, o pesquisador é também parte do objeto de estudo quando vai fazer sua pesquisa . A sua relação com o grupo analisado e até mesmo com a escolha da teoria que dará suporte para a sua análise de dados é também parte da pesquisa. Assim, o rigor científico do fazer sociológico se dá não só na aplicação correta de uma metodologia de pesquisa, mas também no que chamamos de assumir uma postura de **honestidade ideológica** e de **vigilância epistemológica** constante. Calma! As palavras são difíceis, mas a ideia não é tanto. O que queremos deixar claro é que não existe uma pessoa completamente fora da sua realidade e, por isso, precisamos refletir sobre isso também ao longo da pesquisa. Como dissemos antes, todos somos seres sociais e fomos educados em um tempo e um espaço específicos. Temos sim, muitas crenças de senso comum, valores e ideias sobre o mundo que vão influenciar na nossa pesquisa. Negar isso é ser ingênuo ou presunçoso demais! Então, o melhor a fazer é ser "honesto" em termos ideológicos, assumir nossa postura política e científica, e ficar o tempo todo "vigilante" a respeito disso, refletindo sobre como o conhecimento que a gente está produzindo com a pesquisa está sendo construído. Ou seja, o pesquisador deve deixar claro na sua metodologia as suas implicações ideológicas e as teorias e conceitos mobilizados para realização da análise e deve buscar **coerência** entre a postura assumida e o trabalho empenhado. O **lugar de fala** (postura política, identidade de gênero, religiosa ou étnica, idade, ou qualquer outra marca social que seja importante ser pensada), do pesquisador deve ser enunciado

claramente. E, devo lembrar que não enunciá-lo, ou seja, assumir a postura de uma pretensa imparcialidade é também uma escolha ideológica!

Então, vamos rapidamente ver quais são as etapas de uma pesquisa sociológica?

1º PASSO: DEFINIÇÃO DE OBJETO DE ESTUDO

Estudar a sociedade como um todo é algo muito amplo e vago, assim, o rigor científico exige que se delimite a realidade social a ser pesquisada, para tornar viável o empreendimento. Por isso, a primeira coisa que devemos pensar é qual será o nosso objeto de estudo e o tema de pesquisa. Consiste em fazer um **recorte da realidade** que será considerada na pesquisa.

A partir disso, pensamos em uma **pergunta de partida** que norteará o procedimento da pesquisa. A pergunta de partida é a reflexão inicial a partir da qual iremos desenvolver toda a nossa problemática. Ter uma boa pergunta de partida é o primeiro passo para uma pesquisa bem-sucedida.

2º PASSO: PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

Nem todo o problema social é um problema sociológico. A problemática da pesquisa consiste em fazer essa ponte entre o problema social constatado e a teoria e conceitos da sociologia que contribuem para análise e melhor compreensão da questão levantada. A falta de água em uma certa comunidade é um problema social, mas só é um "problema sociológico" se o que nos perguntamos sobre isso traz uma problemática, uma reflexão sobre as relações sociais que envolvem a falta d'água, como por exemplo: Que fatores políticos e econômicos levam o poder público a não investir em tecnologia para captação de água? Esta pergunta já contém relações sociais que influenciam nas políticas públicas, por exemplo. E são as relações sociais que a sociologia estuda.

3º PASSO: DEFINIÇÃO DE METODOLOGIA

Na sociologia, contamos com métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa. De acordo com a problemática de pesquisa, tempo disponibilizado e força de trabalho empenhada devemos escolher qual a melhor opção para darmos conta do nosso objeto. É importante justificar o porquê da escolha da metodologia para realização da pesquisa. Nós podemos também escolher trabalhar com **dados primários** (produzidos pelo próprio pesquisador - na realização de entrevistas ou observações) ou **dados secundários** (produzidos por outros - jornais, revistas, filmes).

Os **métodos quantitativos** levam em conta a quantidade, ou seja, avaliam a frequência de ocorrência de um fenômeno social, percentual da população envolvida em alguma situação, etc. São análises de **dados estatísticos** e são mais indicados quando desejamos fazer uma pesquisa de grande abrangência, de generalização. Podemos recorrer a dados secundários, usando os dados produzidos por órgãos como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Esteja atento a fonte que você consulta! Podemos ainda produzir nossos próprios dados, a partir de um **questionário de respostas fechadas** (com respostas pré-definidas pelo pesquisador que o sujeito pesquisado apenas assinala entre as alternativas).

Os **métodos qualitativos** levam em conta a qualidade do fenômeno social. O que importa não é quantos sujeitos passam por determinada situação, mas sim como os sujeitos passam por essa situação. São indicados quando queremos qualificar, caracterizar, especificar o objeto de pesquisa. Quando precisamos compreender em profundidade alguma coisa, é melhor usar métodos qualitativos. Os resultados destas pesquisas geralmente são comunicados em citações de entrevistas, por exemplo: "*acredito que ainda haja muito machismo na escolha dos cargos de chefia nas empresas*", disse uma gerente.

Além disso, a subjetividade do sujeito pesquisado e do pesquisador estão mais em evidência nesse tipo de pesquisa. Nas pesquisas qualitativas as formas

de tratamento de dados são mais diversas. Destacamos três formas de coleta de dados: grupo focal, etnografia e entrevista.

O **grupo focal** é o mais próximo de um "experimento em laboratório" que podemos chegar dentro das ciências sociais. Consiste em reunir um grupo de pessoas a partir de parâmetros pré-estabelecidos (idade, classe social, religião, etc) em uma sala (ambiente controlado) e expor a uma questão para discussão ou a uma experiência. Pode ser feito em salas de espelhos de vidro, onde temos um pesquisador observando de fora além do mediador da situação, ou a experiência é gravada em áudio ou vídeo para ser analisada posteriormente. Esse método exige que a pesquisa seja feita por uma equipe de pesquisa, não podendo ser executado por um pesquisador apenas. Recomendado quando queremos avaliar a relação de um segmento da sociedade, de um grupo social, com o objeto estudado. É usado, por exemplo, em agências de publicidade para testar o impacto das propagandas no público-alvo do produto; pelas emissoras de televisão para avaliar a reação do público a diferentes finais de uma telenovela ou recepção a novos programas; em pesquisas eleitorais por parte dos partidos políticos para pensar melhores estratégias de atingir a população através da campanha.

A **etnografia** é o método mais usual nas pesquisas antropológicas. Ela demanda muito tempo e dedicação por parte do pesquisador. Consiste na inserção do pesquisador no meio social por longo período, até que o **estranhamento** inicial de estar em um lugar diferente, convivendo com pessoas diferentes, diminua a ponto da gente saber como funcionam as coisas neste lugar, como são as pessoas, como elas agem e pensam, enfim, que a gente tenha tempo de convivência suficiente para perceber como se organiza essa cultura em determinado aspecto.

A etnografia é uma forma de fazer pesquisa que engloba várias técnicas diferentes de coleta de dados. Enquanto estamos etnografando um grupo, estamos atentos a tudo que está a nosso redor sobre o tema de pesquisa que nos interessa. Se estamos pesquisando a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, por exemplo, vamos coletar dados estatísticos sobre o assunto no IBGE, vamos procurar entrevistar gestores de Recursos Humanos de empresas para saber o que eles estão fazendo com relação à inclusão e também ouvir as experiências de inserção no mercado de pessoas com deficiência, vamos estar atentos a tudo que vemos na TV e lemos nos jornais sobre o tema, vamos ver se existem políticas públicas neste sentido e, principalmente, vamos nos inserir em empresas para ver no dia a dia como está acontecendo essa inclusão.

A principal técnica da etnografia é a **observação participante**. Chamamos este tipo de observação assim porque acreditamos que só a presença de um

pesquisador em um ambiente já é o suficiente para que aquela realidade seja afetada, influenciada de alguma forma por ele. Ele é, então, parte da situação observada e está de alguma forma “participando” da rotina daquelas pessoas.

O principal instrumento de registro das observações do etnógrafo é o **diário de campo**. É em um caderninho de bolso que ele leva sempre consigo que o pesquisador registra tudo o que lhe ocorre durante a imersão em campo. A etnografia clássica começou com o estudo de culturas diferentes e comunidades pequenas bem delimitadas, como nos estudos de comunidades indígenas ou de imigrantes, mas hoje é utilizada para estudos urbanos e também de escala global, como a *Netnografia*, por exemplo, que é um tipo de etnografia que fazemos no *cyberespaço* - como nos inserirmos em algum grupo de discussão específico, por exemplo

Para comunicar o que o pesquisador interpretou da realidade das pessoas com quem ele conviveu, ele faz uma **descrição densa**, que consiste em descrever o mais detalhadamente possível e de forma integrada tudo que ele ouviu, leu e observou sobre o assunto pesquisado. É na escrita que ele vai “juntar” todos os tipos de informações de forma que possamos compreender a complexidade de um certo fenômeno, uma cultura ou uma realidade social.

Uma técnica de coleta de dados super importante para as pesquisas sociais são as **entrevistas**. Se na pesquisa quantitativa temos os questionários, na qualitativa fazemos entrevistas “abertas” ou “semi-estruturadas”**,** que são quando não temos alternativas pré-estabelecidas para a pessoa escolher como resposta, pois estamos interessados no que ela tem a nos dizer em relação ao assunto pesquisado. Em **entrevistas abertas**, o entrevistado fala livremente sobre um tópico determinado ou sobre sua história de vida. O pesquisador apenas sugere o assunto e sua intervenção sobre a fala do entrevistado é mínima. Nesses casos, o entrevistado tende a ficar mais à vontade. É recomendado quando estamos pesquisando o impacto na subjetividade dos sujeitos de um acontecimento social, como por exemplo, entrevistar moradores de um bairro onde foi construído um grande complexo industrial para saber o que pensam e como se sentem em relação a isso.

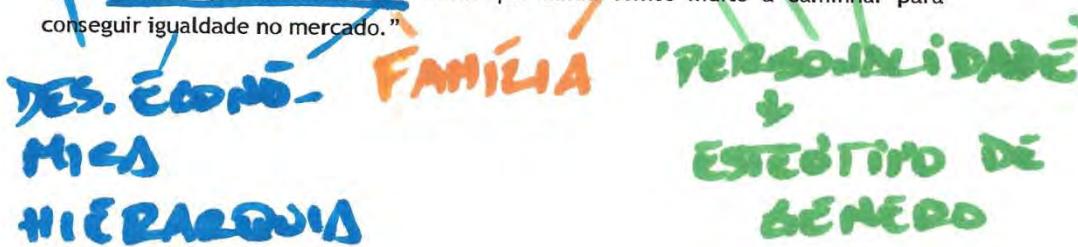
Já as **entrevistas semi-estruturadas** contam com um **roteiro de entrevista**, ou seja, uma sequência de perguntas que norteiam a conversa. Recomendada quando queremos analisar o impacto na subjetividade do grupo pesquisado de uma questão específica do meio social e gostaríamos de comparar as respostas ou ter dados similares nas entrevistas. Por exemplo, o impacto de mudanças de leis trabalhistas entre trabalhadores que serão afetados por essas mudanças; ou a inserção no mercado de trabalho por estudantes cotistas recém formados. O roteiro deve ter um encadeamento lógico entre as questões, de maneira que a conversa flua em direção a questão específica que o pesquisador deseja analisar.

Devemos ter especial atenção na construção das perguntas que irão compor as entrevistas e especialmente os questionários, pois uma pergunta mal formulada pode inviabilizar a pesquisa. A pergunta deve ser clara e não ser tendenciosa. No caso do grupo focal, a participação do mediador deve ser controlada, para que não interfira mais do que o previsto na produção de dados, o mesmo pode-se dizer sobre a etnografia. O importante é, em todos os casos, manter-se coerente com suas escolhas teóricas e ideológicas e estar sempre atento a sua postura como pesquisador.

Podemos ainda usar **dados secundários** para pesquisa qualitativa, usando materiais como jornais, revistas, televisão, outras pesquisas, músicas, diários, etc. Este tipo de coleta é recomendado quando queremos analisar o produto social e cultural de um intervalo de tempo limitado, ou caracterizar uma época. Por exemplo, analisar o papel da mulher a partir propagandas publicitárias nos anos 1950 ou o discurso ideológico por trás das grandes mídias a partir do acompanhamento do noticiário por um determinado período.

4º PASSO: ANÁLISE DE DADOS

O primeiro passo para a análise é a preparação dos dados. Se você escolheu fazer uma pesquisa qualitativa, deve ter horas e horas de gravações a serem transcritas. Ao fazer a **transcrição** das falas, esteja muito atento a cada palavra dita, a entonação da fala, tente lembrar a emoção do entrevistado ao falar cada coisa. Faça anotações se achar necessário. Por isso, é recomendado fazer a transcrição assim que realizar a coleta de dados, pois assim a memória está mais fresca e nos lembramos melhor dos detalhes. Se não der tempo de fazer isso, pelo menos tente escrever um **registro do dia** da coleta de dados. Escreva sobre como estava o entrevistado, como sobre como você se sentiu na situação. Tudo isso é material de estudo.

Se você optou por uma pesquisa quantitativa, então o que você tem em mãos agora é um monte de questionários a serem trabalhados. Você precisa transformar a informação contida nas respostas em **dados estatísticos**, para a partir daí realizar a análise dos dados.

Hoje em dia temos recursos como a ferramenta de "Formulários" do *Google* que nos permite realizar pesquisas online e gratuitas e calcula esse percentual automaticamente. Ou se você optou por usar dados secundários, como dados do IBGE, por exemplo, já tem os números prontos para análise. A partir disso, usamos outros programas que nos auxiliam no **cruzamento de dados** para realização da análise da informação. A ferramenta de "Planilhas" do *GoogleDocs* ou o *Microsoft Excel* podem ser usados para esse fim, mas o programa mais utilizado em pesquisas sociais sérias é o SPSS (Special Packet for Social Sciences). Uma análise quantitativa consiste em relacionar os dados da pesquisa com a teoria mobilizada. Dando continuidade ao exemplo:

Quando se analisa dados qualitativos, em geral partimos de um texto: ou é um texto escolhido para análise, como uma matéria de jornal ou artigo teórico, ou é o material final das transcrições realizadas a partir das entrevistas e grupo focal, ou ainda os relatos contidos nos diários de campos e registros de imersões. A partir disso, podemos analisar o conteúdo ou o discurso do material. Fazemos **análise de conteúdo** quando estamos interessados em dar voz ao sujeito pesquisado, compreender as motivações e posicionamentos do ator social em cheque. Nesse tipo de análise, nós prestamos atenção ao que está sendo dito pelo sujeito. Já na **análise de discurso**, prestamos atenção ao que compõe a fala do sujeito. Não é apenas uma análise do que está sendo dito, mas também como está sendo dito, por quem e para quem. Esmiuçamos o material até chegar no discurso ideológico que orienta essa fala, por exemplo.

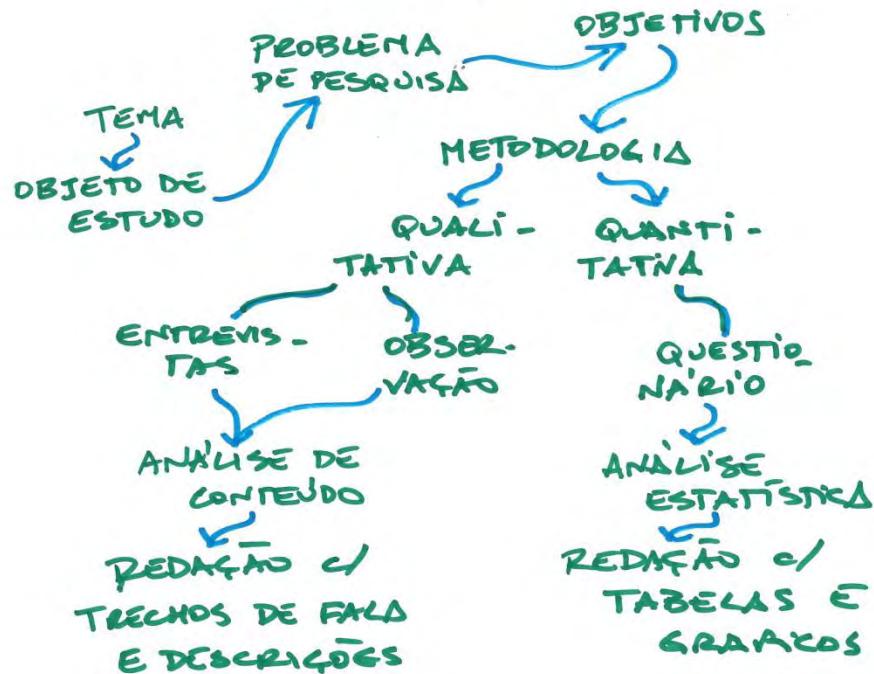
A forma mais usual de trabalhar os dados coletados de forma qualitativa é a partir da **classificação** de trechos do material coletado em categorias de análise. Por exemplo, se você entrevistou mulheres sobre a sua inserção no mercado de trabalho, você pode usar as categorias "estereótipos de gênero", "perfil-personalidade", "família-filhos", "desigualdade econômica", "hierarquia de gênero", etc. "outros". Isso pode ser feito usando a ferramenta de "Tabelas" ou simplesmente sublinhando os trechos em questão, conforme demonstramos abaixo:

Pode-se dizer que para as mulheres ainda é mais difícil subir na carreira do que para os homens? A que você credita isso?

Ana Paula – "Entendo que, por um lado, vemos que existem barreiras reais que se colocam às mulheres, ainda que não sejam explícitas. Por exemplo, as mulheres que têm filhos são muitas vezes vistas como menos comprometidas com o trabalho, o que inevitavelmente as coloca em uma posição de desigualdade de oportunidades. Ou ainda, dependendo do setor, as mulheres são vistas como figura frágil que não se encaixa no contexto masculino de alta competitividade e agressividade presente nos altos escalões. E também tem a questão econômica. Eu, por exemplo, neguei algumas oportunidades de trabalho porque deixar a filha na creche era mais caro do que o salário que me ofereciam. Acho que ainda temos muito a caminhar para conseguir igualdade no mercado."

A categoria "outros" é sempre interessante, pois raramente toda a fala dos entrevistados se encaixa em **categorias pré-estabelecidas**, porém a análise

desse material pode nos mostrar questões que deixamos de lado ao pensar as categorias, e então criamos novas categorias para pensar estes dados.

Podemos ainda analisar o **argumento** da fala. Pode ser pertinente quando estamos realizando análise de discurso. Nesse tipo de análise, nós reconstruímos o **encadeamento lógico** da fala. Assim fica mais fácil perceber as **premissas ocultas** que orientam o discurso.

Durante esse processo, busque fazer ligações com a teoria escolhida para interpretação dos dados e mantenha-se coerente com a posição assumida, mas lembre que manter-se coerente é diferente de ser cabeça dura e insistir em uma hipótese mesmo que a pesquisa esteja mostrando outro resultado!

5º PASSO: CONCLUSÃO

Na conclusão de todo estudo científico apresentamos os resultados da nossa pesquisa. No caso de uma pesquisa sociológica, além das conclusões a partir da nossa análise de dados, este é também o espaço de expressão do pesquisador sobre o processo de realizar a pesquisa. Como você se colocou na pesquisa? O que foi mobilizado em você através da pesquisa? Como se desenvolveu a sua relação com o objeto de estudo ao longo da pesquisa?

Outra coisa importante é ficar atento para não deixar "pontas soltas" no final do estudo. Quais eram as suas hipóteses? Retome-as. Se elas não se confirmaram, ou se mostraram insuficientes para dar conta da questão, explique porquê. Ou se avaliar que as hipóteses foram confirmadas, demonstre como você chegou nessa conclusão. Pense que alguém que ler a sua conclusão precisa conseguir entender todo o procedimento que você fez para chegar nesse resultado. É como se você estivesse contando para alguém tudo o que você fez e porque você chegou nessas conclusões e não em outras. Mas imagine que essa pessoa para quem você está contando isso é uma pessoa bastante cética e que adora perguntar por quê? por quê? :P

Pronto! Agora você já sabe como se faz uma pesquisa sociológica. Abaixo, segue um esquema-resumo para ajudar você a formular o seu projeto de pesquisa:

A SOCIOLOGIA NA NOSSA VIDA

Estudar sociologia nos capacita para nos situarmos socialmente no mundo: percebemos com maior clareza a cultura que estamos envolvidos, o meio social que fazemos parte, bem como as relações entre os grupos sociais que formam a sociedade - e o que isso tudo tem a ver conosco. Assim, podemos desenvolver um **pensamento crítico** a partir de nós mesmos, através da consciência do lugar que ocupamos na sociedade. E, a partir disso, temos mais segurança de nossos posicionamentos. Pois, após situarmos as relações sociais no **contexto social** em que elas foram feitas, podemos compreendê-las melhor. O mesmo vale também na compreensão das escolhas dos outros, por isso, estudar sociologia também nos faz pessoas mais tolerantes e contribui para nossas relações interpessoais. Aprendemos compreender os conflitos e mudanças sociais e a ter uma perspectiva mais crítica sobre a realidade em que vivemos. Além disso, ao **relativizarmos** as diferenças, podemos nos ater ao que é realmente importante: a troca com o outro aproveitando a diversidade! :) <3

Então, o que mais despertou o seu interesse na apostila? Se você quer saber mais sobre as teorias sociológicas clássicas e contemporâneas para melhor embasar o seu projeto de pesquisa, pode seguir pela apostila "**Introdução à Teoria Sociológica**". Bons estudos!

SOCIOLOGIA NA PRÁTICA

Exercício 1: Abaixo você encontra uma imagem e um texto, extraídos da internet, sobre a *tribo* dos Metaleiros. Esta descrição traz uma visão sociológica (ou da antropologia social) sobre a tribo? Por quê? Marque "V" (verdadeira) ou "F" (falsa) nas respostas abaixo:

"**Metaleiros** - 90% dos metaleiros são *Posers* e não tem consciência nenhuma. 99% deles acham que têm consciência. A grande maioria deles é capitalista manipulada, mas a maioria não sabe o que é capitalismo... Metaleiros usam roupinhas pretas, fazem cara de mau em público, ouvem bandas com letras que falam de amor, tristeza, diabo... Letras sem sentidos, como 'alcançar a luz do destino do fogo'. Enfim... (...) Quanto maior seu cabelo, mais grande você for e mais cara de mau, mais metaleiro você será."

Fonte: http://www.spiner.com.br/modules.php?name=Forums&file=viewtopic&t=113

Alternativas:

a) (   ) Não, porque o autor da descrição não ouviu os metaleiros sobre o que para eles significa ser um metaleiro.

b) (   ) Não, porque a descrição do autor está repleta de juízos de valor.

c) (   ) Sim, porque traz dados estatísticos sobre os metaleiros.

d) (   ) Sim, porque é exatamente assim que os metaleiros são.

Exercício 2: "... Nesse tipo de pesquisa, recomenda-se ao pesquisador que de vez em quando deixe de lado sua máquina fotográfica, lápis e caderno e participe pessoalmente do que está acontecendo. Ele pode tomar parte nos jogos dos nativos, acompanhá-los em suas visitas e passeios, ou sentar-se com eles, ouvindo e participando das conversas". (Malinowski, 1978 In: Santos, 2005, pp.34-35).

As sugestões acima se referem:

a) à pesquisa quantitativa, muito utilizada por sociólogos e cientistas políticos.

b) à técnica de grupo focal, típica da convivência com as pessoas.

c) à pesquisa social, característico da Sociologia Crítica.

d) à pesquisa etnográfica, característica da Antropologia Social.

e) à técnica de entrevistas, característica da Sociologia Crítica.

RESPOSTAS

QUESTÃO 1

a) **V** - Obviamente o autor do texto não ouviu a opinião dos metaleiros sobre eles mesmos. Se tivesse feito isso não teria uma visão tão externa e tendenciosa sobre a tribo. Seria importante entrevistar metaleiros para saber o que eles pensam deles mesmos. Esta seria uma postura relativista da realidade social deste grupo, e é mais comum nos estudos antropológicos.

b) **V** - Verdadeira. Todas as opiniões da descrição são o que chamamos de "juízos" de valor, julgamentos.

c) **F** - É Falsa, porque apesar de ter porcentagens no texto, fica claro que este foi só um recurso de linguagem para fazer parecer que as afirmações eram fruto de alguma pesquisa. Não é só porque temos %%% que o que falamos é verdade, não é mesmo?

d) **F** - Bom, se você concordou que é porque a sua opinião sobre os metaleiros é essa que isso é uma análise sociológica da realidade, volte ao início da apostila.

QUESTÃO 2

A resposta correta é a letra "D". O trecho de Malinowski deixa claro que ele está falando de conviver com as pessoas, ouvi-las e participar do cotidiano delas, técnicas de pesquisa típicas da etnografia. Não seria um grupo focal (letra B), porque esta técnica de conversa é bem "controlada", o pesquisador não vai até as pessoas para conversar, ele junta um grupo em uma sala e direciona a conversa para um assunto específico. A alternativa "C" fala de uma pesquisa em geral - "pesquisa social". Além disso, a etnografia é característica de pesquisas antropológicas, mais do que da Sociologia Crítica.

TEORIA SOCIOLÓGICA

COMO SURGIU A SOCIOLOGIA?

Se tem algo que aprendemos a partir da sociologia é que os fenômenos são profundamente afetados pelo contexto social em que se manifestam. Nada acontece isoladamente na sociedade. Logo, para melhor compreendermos a consolidação da sociologia como uma ciência, precisamos retomar o que estava acontecendo naquele momento histórico na Europa Ocidental do início do século XIX:

O final do século XVIII e início do século XIX foi marcado por revoluções - revoluções burguesas. Assim são chamadas as revoluções Francesa, I e II Revolução Industrial e a Independência dos Estados Unidos. Por mais que todas tivessem objetivos muito distintos, têm em comum o protagonismo da burguesia como agente insurgente e tomador do poder. E, ao mesmo tempo, com o desenvolvimento das indústrias, surge um novo tipo de trabalhador: o operário. Todos os autores clássicos da sociologia vivenciaram esse processo de diferentes locais (tanto geográficos como sociais). É muito interessante perceber como isso influencia tanto na percepção que cada um têm desse processo, como na maneira como sua teoria é desenvolvida.

SOCIOLOGIA CLÁSSICA: PRINCIPAIS AUTORES E TEMAS

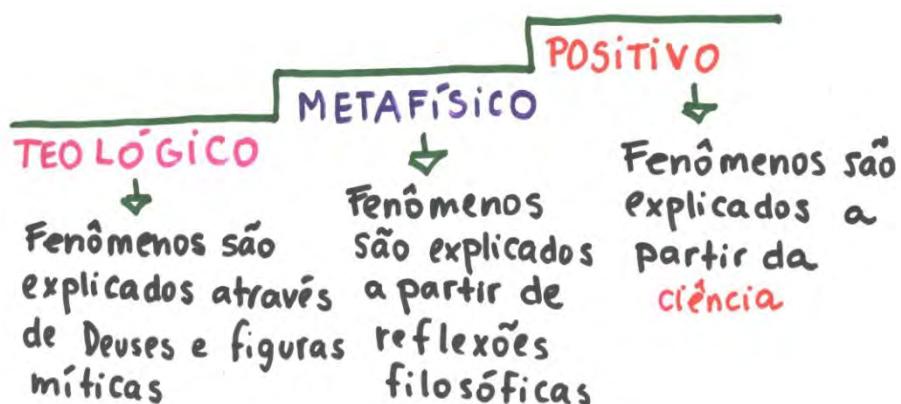
Marx nasceu na antiga Prússia, passou alguns anos em Paris e se instalou finalmente na Inglaterra. Foi militante pelo Partido Comunista e em movimentos operários em diferentes países. Sua obra aponta principalmente as mudanças econômicas e os impactos políticos e sociais na classe que então seria oprimida: o proletariado. Weber acompanhou o declínio da Prússia, a consolidação do Estado da Alemanha e de outros Estados Nacionais. A teoria weberiana é especialmente sensível a como os estados nacionais se organizam por dentro e como as pessoas dessa época vivenciaram esse processo, pois ele mesmo sentiu isso na pele. Comte e Durkheim viveram em Franças muito diferentes, apesar do curto intervalo de tempo. Comte nasceu no último ano da Revolução Francesa, enquanto Durkheim nasceu durante a II Revolução Industrial. Ambos procuraram a ordem no meio do caos social que vivenciaram durante esse turbulento período da história francesa.

Comte e Marx foram contemporâneos e ambos se envolveram na política e tomaram partido nas mudanças sociais que ocorriam no período: Comte via no desenvolvimento do capitalismo o aprimoramento da humanidade, enquanto Marx tinha uma visão mais crítica a esse novo sistema que emergia naquele momento, e, por isso, se envolveu com partidos políticos de oposição e movimentos sociais para denunciar as perversidades inerentes ao modo de produção capitalista. Dessa forma, é importante observar como a teoria positivista fornece subsídio filosófico para sustento dessa nova organização social, enquanto a teoria marxista é uma crítica radical ao novo sistema que se estruturava naquele momento. Por isso, podemos perceber a influência do pensamento positivista até hoje na nossa sociedade.

OS AUTORES CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA

A teoria clássica de Sociologia é o legado deixado por Comte e os chamados pelos sociólogos de os "três porquinhos" - Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. Cada um desses autores desenvolveu teorias se debruçando sobre diferentes aspectos do mundo social, que são pilares das ciências sociais. É claro que são feitas muitas ressalvas em relação a teoria clássica, afinal, o contexto social em que elas foram desenvolvidas é muito diferente dos dias atuais, e a teoria sociológica precisa sempre ser pensada a partir do seu contexto de concepção. Entretanto, o que podemos perceber são correntes de pensamento, tradições e escolas científicas que, de um modo ou de outro, influenciaram muito as teorias de hoje. Assim, a compreensão do pensamento desses autores é de grande valia para o desenvolvimento do pensamento sociológico e para o entendimento da teoria sociológica contemporânea.

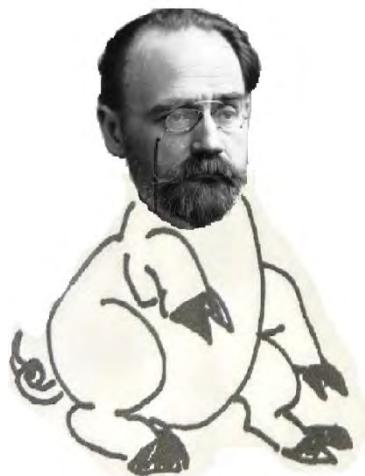
AUGUSTE COMTE E O POSITIVISMO

Auguste Comte (1798 - 1857) foi um filósofo francês e expoente da corrente filosófica do positivismo. O positivismo teve grande influência na consolidação da noção do que é ciência, mas teve também impactos políticos, com destaques na história do Brasil. Comte é considerado o criador da sociologia como área de estudo científico, pois no seu entendimento o mundo social estaria submetido a leis tal como o mundo natural, e cabia ao sociólogo descobrir essas leis que regeriam o funcionamento da sociedade.

Se nos dias de hoje o conhecimento científico ocupa um lugar privilegiado na sociedade, sendo considerado "mais certo" ou "mais verdadeiro", devemos isso ao positivismo. No positivismo lógico, a realidade é dada e é totalmente acessível ao conhecimento científico. A motivação do cientista deveria ser a de desvendar a "verdade oculta" da natureza. O cientista seria meramente um "tradutor" da realidade através da linguagem científica. A linguagem é uma questão muito importante, pois, para o Positivismo, a ciência precisa ser clara e objetiva. Busca-se "purificar" a ciência da metafísica e das paixões e interesses pessoais: acredita-se na imparcialidade do cientista no fazer do seu ofício.

Para Comte, a sociedade é um fenômeno supra individual, ou seja, que está acima do indivíduo e que tem ação determinante sobre o indivíduo. Dessa forma, Comte coloca como objeto de estudo da Sociologia a sociedade como um todo, não podendo ser percebida de maneira isolada em partes ou através do indivíduo.

Comte divide os estudos da sociologia em duas partes: uma que dedica ao estudo da estática social, outra que se dedica ao estudo da dinâmica social. De acordo com Comte, a sociedade, a partir do caos, tende à ordem (estática social) e, quando alcança a ordem, tende a se desenvolver como sociedade (dinâmica social). Esse princípio do positivismo é o lema da bandeira nacional do Brasil: ordem e progresso - uma sociedade em ordem tenderia ao progresso.

Mais do que uma corrente filosófica, o positivismo adquire características de doutrina a ser seguida, que se fez muito forte aqui no Brasil. Para Comte, a humanidade e a capacidade de raciocínio lógico é que deveriam ser cultuados, e não os deuses. Ele criticou bastante a religião e a metafísica, defendendo que as pessoas deveriam buscar desenvolver o "saber positivo", o que, para Comte, era o saber lógico e a moral.

Comte coloca que a sociedade teria estágios de desenvolvimento a partir da forma como apreende o mundo ao seu redor:

O positivismo teve profundo impacto na formação do pensamento contemporâneo, pois foi a síntese filosófica de um momento crucial para a história recente: a consolidação do capitalismo. Hoje vivemos em uma sociedade capitalista, orientada pelos valores científicos e desenvolvimento tecnológico, e isso tem a ver com a noção de progresso idealizada no positivismo.

O que Comte pretendia com a sociologia e a delimitação das leis que regem a sociedade era prever e evitar percursos indesejados no decorrer do desenvolvimento da sociedade - no caso, evitar revoluções sociais. Ao fim, ele era um idealista: idealizava uma sociedade regida pela razão, com uma elite intelectual que administraria a sociedade de maneira positiva, ou seja, com preceitos científicos do que seria melhor para a sociedade, e acreditava que uma sociedade assim seria mais justa, moralmente adequada e com pessoas mais altruístas. Porém, será que uma sociedade organizada dessa maneira seria, de fato, mais justa e formaria pessoas altruístas?

ÉMILE DURKHEIM E O FATO SOCIAL

Comte pode ter cunhado o termo de sociologia, mas foi Émile Durkheim (1858 - 1917), também francês, que consolidou a sociologia como ciência. Ele foi a primeira pessoa a ocupar um cargo numa instituição como “sociólogo”. E, sendo assim, a orientação do seu trabalho foi a definição de conceitos e de uma metodologia que firmasse a sociologia como ciência.

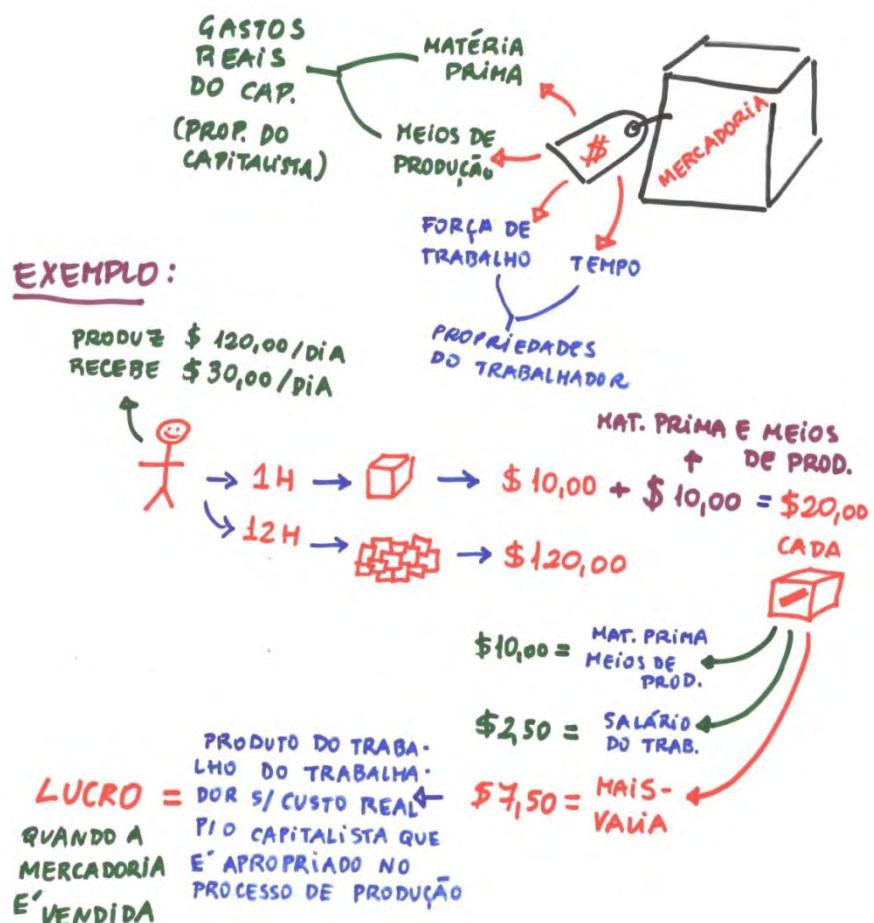
Durkheim concorda com Comte que a sociedade está acima do indivíduo, mas discorda no ponto de que ela deve ser analisada como um todo. Para Durkheim, a melhor maneira de analisar a sociedade é através do estudo de fatos

sociais como se fossem "coisas". Ele define fatos sociais como maneiras de pensar e agir externas ao indivíduo que sobre ele têm ação coercitiva. Essa pressão sobre o indivíduo, que ele chama de coerção social, é exercida através do consciente coletivo, que é o conjunto de hábitos e crenças de uma época. De acordo com essa teoria, o indivíduo teria a sua consciência individual construída a partir das suas experiências, e outra consciência que é coletiva e independe das questões particulares de cada um para seu funcionamento. A coesão social mantém a sociedade estruturada e funcional e os indivíduos dotados de sentido próprio.

Uma das obras mais importantes de Durkheim é o estudo sobre o Suicídio, publicado em 1897. Ele escolheu esse assunto pois queria explicar como até mesmo o ato aparentemente mais individual do ser humano (a escolha de tirar a própria vida) tem uma relação com a sociedade. Para isso, Durkheim analisou as taxas de suicídio a procura de padrões de casos e relacionou o ato de suicídio em relação a coesão social ao que o indivíduo suicida estava sujeito. Mostrou, por exemplo, que as taxas de suicídio variam de acordo com a religião, o casamento e o contexto econômico de cada sociedade.

Durkheim viveu em um momento de muitas mudanças sociais, além disso, despontavam na época estudos de sociedades tradicionais remanescentes. Seu sobrinho, Marcel Mauss, iria se tornar um grande expoente da antropologia francesa com os estudos e vivências de comunidades autóctones da Austrália, Nova Guiné e Esquimós. Assim, chamou a atenção de Durkheim como a sociedade estava se reorganizando com a ascensão do capitalismo. Ele observou que o que mantinha a sociedade coesa entre as sociedades tradicionais e a sociedade capitalista ascendente eram mecanismos diferentes: se nas sociedades tradicionais, a solidariedade (o "cimento" que mantém os indivíduos unidos em sociedade) se dá pela semelhança, nas sociedades modernas se dá pela diversidade. Um exemplo bom de entender isso seria como se organiza o trabalho nestas duas sociedades: enquanto nas sociedades tradicionais o trabalho se dá voltado ao coletivo, o processo por completo é claro e, por ser mais simples, em geral um mesmo grupo de pessoas é encarregado do processo inteiro, e o produto final é coletivo, nas sociedades complexas o processo de produção é segmentado, assim o trabalho de cada um não tem sentido em si mesmo, mas depende diretamente do trabalho do outro. Por exemplo, cada fábrica é responsável pela fabricação de uma peça que vai para outra fábrica para a fabricação de um carro. Um operário pode nem saber a finalidade da peça que produz, e mesmo assim o trabalho é feito. Durkheim chamou a primeira de "solidariedade mecânica" e a segunda de "solidariedade orgânica".

Durkheim concebe a sociedade como um organismo vivo, onde cada parte tem uma função que é essencial para o bom funcionamento do todo (funcionalismo). A influência da obra de Durkheim na sociologia contemporânea se percebe principalmente pelo desenvolvimento da perspectiva estrutural-funcionalista. Seguindo a tradição francesa, seu sobrinho, Mauss, e mais tarde Lévi Strauss desenvolveram o estruturalismo, escola de pensamento de grande impacto em diferentes áreas das ciências humanas e sociais. O estruturalismo acredita que o que explica melhor uma sociedade ou uma cultura são as estruturas, as regras, as lógicas que regem o comportamento humano. Essa corrente de pensamento busca entender o que faz com que a gente pense e aja de um certo jeito e não como as coisas funcionam e para que servem (Funcionalismo) ou qual os sentidos e significados do que dizemos ou fazemos (Interpretativismo). Para estes teóricos são essas regras, as estruturas sociais, que são muitas vezes inconscientes para nós, explicam as ações humanas, e são estas regras gerais e comuns às sociedades que eles buscam identificar e analisar. Eles procuraram demonstrar, por exemplo como a linguagem tem uma função estruturante na forma como construímos a nossa realidade: como falamos as coisas influencia na própria coisa; e como a nossa lógica de pensar binária (preto e branco, sol e lua, alto e baixo, etc.)

KARL MARX E O MARXISMO

Provavelmente você já ouviu falar de Karl Marx (1818 – 1883), afinal, ele é uma das figuras mais controversas dos últimos séculos. Para além de gostar ou não dele, é inquestionável que as suas descobertas sobre o mundo social tiveram um impacto profundo nas formas de pensar e agir na sociedade. Quando falamos da teoria marxista, é impossível separar a teoria da prática, já que o cerne da teoria de Marx é a práxis, a ação consciente. Através da práxis modificamos o mundo pela manifestação de nós mesmos - e isso é o que há de mais importante na vida, pois é como nos construímos como pessoas. A questão central da sua crítica ao modo de produção capitalista é que este aliena o trabalhador do seu trabalho, ou seja, rompe com esse ciclo de identificação entre o produtor e o produto, e isso tem um impacto devastador na psique do trabalhador enquanto gera lucros para o capitalista.

Materialismo dialético é o método de análise desenvolvido por Marx, que consiste em analisar os processos sociais a partir das forças antagônicas que se tensionam para gerar algo novo. Materialismo histórico e dialético consiste em analisar a história a partir das lutas de classes. Segundo Marx, toda a história humana se desenvolveu através da luta entre a classe dominante e a dominada. No capitalismo, Marx identifica essas duas classes antagônicas que se tensionam e a partir da qual se realizaria a mudança social como a burguesia e a classe operária. A revolução do proletariado levaria ao socialismo como transição e ao comunismo como fim e aconteceria a partir da tomada de consciência de classe por parte do proletariado, que, a partir disso, iria se organizar e reivindicar o poder. Para Marx, só podemos perceber a nós mesmos tendo ao outro como espelho. Ou seja, para que o operário se perceba como parte da classe operária, é preciso que reconheça a burguesia tal como é e como outro diferente - e opressor - de si. Porém, não se trata de um processo puramente intelectual, de uma conclusão lógica: a consciência de classe reunifica essas partes do ser dissociadas pelo processo de alienação, o que muda a forma da pessoa ser e agir no mundo. De acordo com a teoria marxista, a revolução socialista seria o resultado do desenvolvimento das relações sociais no capitalismo.

Segundo Marx, a essência do sistema capitalista é a separação do produtor dos meios de produção. A burguesia, dona dos meios de produção, explora a força de trabalho do trabalhador assalariado. Existe uma relação entre salário, lucro e preço: o “valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade total de trabalho que contém” (Marx, 1980, p. 41). O ponto é que mesmo que uma mercadoria seja vendida pelo seu valor real, ainda assim, o capitalista tem lucros, que equivale a parte de trabalho que não é repassada ao trabalhador, e ao mesmo tempo não tem um custo real para o capitalista: a mais-valia.

Contudo, não há apenas a separação do trabalhador e dos meios de produção: há também a dissolução da mercadoria com a forma como esta foi produzida. Marx designou esse fenômeno de fetichismo: quando vemos o produto nas prateleiras de uma loja, não vemos a forma como aquilo foi parar ali. É como se magicamente aquela mercadoria tivesse aparecido ali e estava agora disponível para ser consumida. Até para o próprio trabalhador que empenhou sua força de trabalho no ciclo de produção dessa mercadoria é difícil de se perceber como parte desse processo, de tão segmentado que este se tornou. Considere a época que Marx viveu: linhas de montagens, jornadas de trabalho que chegavam a 16h, péssimas condições de serviço, mulheres e crianças em jornadas abusivas, sempre uma mesma tarefa super repetitiva e sem espaço nenhum para a manifestação da subjetividade. Um bom filme para refletir sobre esse momento é “Tempos Modernos”, com Charles Chaplin. Agora, pense no momento atual. Muita coisa mudou, mas você consegue relacionar essa crítica com o tempo em que vivemos?

Você tem consciência de que pertencemos a um grupo econômico com um espaço específico no sistema produtivo? Somos parte do grupo que explora ou é que explorado nas relações de produção? Por que é necessário tanto esforço

para desenvolver a consciência de classe? A Sociologia de Marx diria que é porque a ideologia da classe dominante, no caso, a burguesa, é difundida para toda população. Na definição marxista, ideologia é o reconhecimento do que é a realidade a partir de uma perspectiva (em geral da classe dominante) sobre a realidade. Um recorte da realidade é tido como toda a realidade. Ou seja, é uma realidade falsa, usada como forma de dominação e legitimação desse poder pela classe dominante com o aval do estado. O estado deveria dar conta de toda a população, porém, de acordo com a crítica marxista, o estado nacional moderno é um estado burguês, que serve aos interesses das classes dominantes, e não da população geral. Por isso é necessária uma revolução que derrube este estado e instaure uma outra forma de governar.

Percebemos claramente a influência do marxismo nas teorias contemporâneas das ciências humanas e sociais, bem como na organização da sociedade. Temos partidos políticos que fazem referência a Marx, temos movimentos sociais que se apoiam na teoria marxista. Inclusive revoluções foram feitas a partir da teoria marxista: marxismo-lenilista, a partir de Lênin, por exemplo. Mas também a social-democracia tem origem a partir de leituras de Marx. Enfim, muitos marxismos foram possíveis a partir do extenso legado deixado por Marx e Engels, seu grande amigo, financiador e colaborador. Não só acadêmica e politicamente, mas também no cotidiano a perspectiva crítica de Marx pode ser percebida - sendo atacada ou usada como suporte de argumento. Por exemplo, experimente ler o jornal procurando diálogos com a teoria marxista. Certamente encontrará algo!

WEBER E A AÇÃO SOCIAL

Max Weber (1864 - 1920) é considerado um dos teóricos clássicos da sociologia, mas também inaugura a sociologia contemporânea. O pulo do gato do Weber em relação aos outros teóricos clássicos é a colocação de que os valores do pesquisador (a sua subjetividade) devem ser também parte da análise sociológica. Weber chama a atenção para o fato de que são nossos valores que norteiam nossa escolha do que vamos estudar e também estão presentes na elaboração das nossas hipóteses, por exemplo, e ressalta que isso deve ser objeto de reflexão para que seja possível a objetividade na pesquisa. Weber de certa forma rompe com a ideia positivista de que o cientista poderia ser totalmente imparcial na sua pesquisa (ora, porque escolhemos um tema para pesquisar ao invés de outro?), e que a subjetividade do pesquisador não precisava ser pensada com parte da análise sociológica. Para os positivistas, a sociedade era analisada como algo externo ao indivíduo, no plano objetivo. Weber acreditava também que o pesquisador conseguiria separar seus “julgamentos de valor” do” saber empírico” produzido na análise, mas, ao

considerar que compreender as motivações pessoais dos indivíduos é essencial para apreender o meio social estudado, ele deixa uma contribuição importante para que hoje possamos contestar fortemente a “neutralidade” e a “objetividade” da produção do conhecimento nas ciências humanas em geral.

Para Weber, o objeto de estudo da sociologia deve ser as ações sociais, que correspondem a “toda ação feita com intencionalidade e baseando-se na expectativa das outras pessoas em relação a essa ação”. É importante diferenciarmos ação e comportamento: comportamento inclui toda ação que o indivíduo faz, enquanto ação, como conceito sociológico, não. Por exemplo, tossir corresponde a um comportamento, pois tossir não tem um impacto social. Já o ato de colocar uma determinada roupa para ir para a escola é uma ação social, pois fazemos isso considerando como as pessoas irão interpretar e reagir a essa ação. Dessa forma, a metodologia weberiana também questiona a neutralidade do pesquisador, pois se a análise do meio social deve ser feita a partir das motivações por trás das ações empenhadas pelos atores sociais envolvidos na interação, devemos levar em conta as motivações pessoais do pesquisador que o levaram a pesquisar uma tema X e não Y.

Outro conceito weberiano de grande importância para a teoria sociológica é o de tipo ideal, que corresponde a “essência” da coisa, que não existe na realidade, mas é válido como modo comparativo em relação ao que existe de fato. Contudo, é importante reforçar que esses tipos ideais não são ideais no sentido de serem um objetivo a ser conquistado, mas sim porque existem e fazem sentido apenas no plano das ideias. Para Weber, eles são um método, uma ferramenta para entender a realidade. Imagine que você queira entender como é o comportamento dos alunos de hoje. Os tipos ideais de estudantes poderiam ser: "o certinho", "o rebelde", "o criativo". Mas na hora de olhar para a sala de aula, não conseguiríamos encontrar alguém que correspondesse tipos, pois ninguém é 100% uma coisa. A realidade é complexa demais para que os tipos ideais se manifestem como os idealizamos, mas podemos pensar a partir destas categorias para entender as atitudes dos alunos.

Além da contribuição metodológica de Weber, seus estudos foram importantes para entendermos como o Poder é exercido na nossa sociedade. Sobre isso, Weber disse que há diferentes formas de assumir um lugar de autoridade e ser reconhecido nesse lugar por parte daqueles sobre os quais essa autoridade será exercida. Em palavras bem simples: Por quê aceitamos que mandem em nós e como isso acontece?! Segundo Weber, há três “tipos de dominação legítima”: autoridade legitimada pela força (reconhece a autoridade porque é imposta através de violência e força física); pela tradição (reconhece a autoridade porque “sempre foi assim”) ou pelo carisma (quando o líder conquista esse lugar pelo seu “jeito de ser”, sua “personalidade”). No caso da consolidação dos estados nacionais, essa autoridade seria exercida pela força. Segundo o autor, uma característica marcante dos estados nacionais modernos é a detenção do monopólio da violência legítima. Isso quer dizer que na época em que Weber estava escrevendo isso o Estado teria direito a exercer violência contra as pessoas

sem que isso fosse considerado errado pelos cidadãos. Através dos exércitos nacionais e da polícia, o Estado podia exercer violência contra população e contra outros países, mas se uma pessoa fosse violenta com outra, o Estado tinha o poder - e o dever - de interceder.

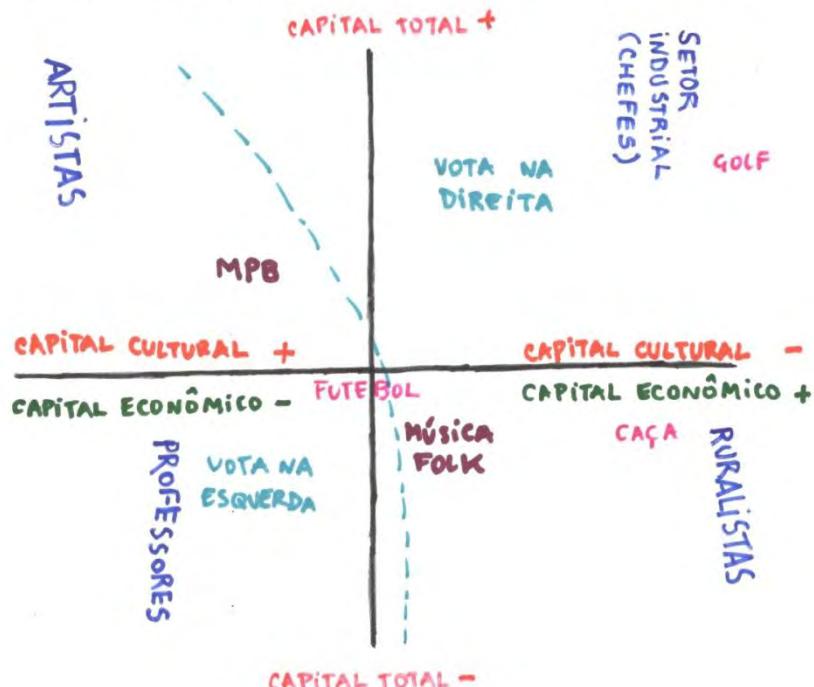
Cabe lembrar que os “tipos ideais” não existem na realidade de fato, os Estados sempre contaram com a presença de líderes carismáticos (Hitler, por exemplo!) e contaram com rituais de preservação de tradições e valores. As teorias de Weber são extremamente interessantes para entendermos a nossa realidade. O que é considerado como “violência e Estado” hoje? Achamos que é legítimo que a polícia reprima violentamente um protesto por melhorias na cidade? Podemos pensar estes tipos de autoridade também na educação: na época de nossas avós a palmatória era considerada um meio correto de ensinar a criança não desobedecer a professora. Hoje não legitimamos mais este tipo de “autoridade”.

Esse estado nacional conta com uma nova forma de gestão: a burocracia. Esta seria um sistema complexo de organização social que conta com uma hierarquia rígida, impessoalidade, execução de tarefas cada vez mais específicas que dificultam cada vez mais se ter noção do processo como um todo. São todos aqueles documentos que temos que produzir e preencher e todas as outras coisas (procedimentos administrativos e legais) que devemos fazer para administrar uma empresa ou o Estado, ou para conseguir alguma coisa que é administrada pelo Estado (aposentadoria, atendimento de saúde, etc) que fazem com que a gente sinta que está lidando com coisas (e não pessoas) com as quais a gente não tem controle e nem poder de mudar. Por mais que Weber considere que essa forma de organização formal fosse a mais eficiente para o modelo de sociedade que estava sendo desenvolvida naquele momento, já naquela época alertava sobre os riscos de uma racionalização excessiva da vida que acarretaria ao isolamento do indivíduo e, dessa forma, favoreceria o controle da vida diária das pessoas por parte do Estado e das empresas. O que você acha que Weber diria sobre o momento atual?

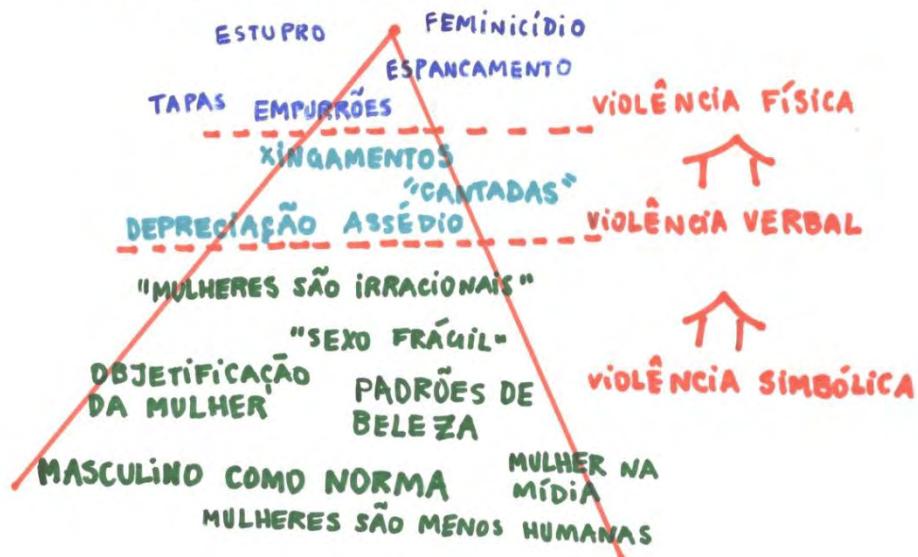
No livro “Ética protestante e o espírito do capitalismo”, lançado em 1905, Weber tece a relação entre religião, economia e trabalho levando em consideração a subjetividade dos atores sociais. Ele demonstra como o capitalismo teve mais facilidade de se instalar e era mais bem-sucedido em regiões predominantemente protestantes, pois a ética protestante valoriza o trabalho, o empenho de si mesmo. Ascender na vida é uma forma de servir a Deus, pois desenvolver a nossa vocação - dádiva divina - é um objetivo religioso. Já para os católicos esse processo era mais difícil, pois a ganância é um pecado capital muito grave, enquanto o desapego ao dinheiro e os bens materiais é bem-visto. Dessa forma, desenvolver em si mesmo o espírito do capitalismo (que poderia ser descrito como empreendedorismo em linguagem atual) era mais fácil entre protestantes do que entre católicos.

A influência da teoria weberiana na sociologia contemporânea e na tradição alemã como um todo (considerando também outras áreas de conhecimento) é marcante. Por exemplo, a perspectiva interacionista e nos estudos sobre o Poder e a Religião. Tente observar essas relações ao estudar os outros conteúdos!

SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA: PRINCIPAIS AUTORES E TEMAS

A sociologia contemporânea, temporalmente, data das décadas de 1920 e 1930. Mas mais do que um marco de tempo, trata-se de um marco teórico que define os limites entre teoria contemporânea e clássica nas ciências sociais, ou seja, não se refere ao período da história em que a sociologia é feita, mas sim a uma mudança epistemológica (de como construímos o conhecimento). Enquanto os teóricos clássicos da sociologia escrevem a partir de um lugar que observa a consolidação do capitalismo e estabelecimento do capitalismo empresarial, os teóricos contemporâneos escrevem a partir de uma sociedade capitalista, trazendo questões novas que vieram com essa série de mudanças. Além disso, têm em comum teorias que contrapõem ou buscam sintetizar as teorias clássicas.

O PODER INVISÍVEL QUE ORGANIZA A SOCIEDADE

Pierre Bourdieu (França, 1930 - 2002) se empenhou em fazer uma grande síntese das três teorias clássicas da sociologia. De origem camponesa, enfrentou uma série de dificuldades para se inserir no meio acadêmico da época. Porém, não se tratavam apenas de diferenças econômicas, nem de distratos diretos de seus colegas: eram diferenças de hábitos, de exercícios de poder simbólico e de deslocamentos por campos sociais diferentes. Esses conceitos em negrito os três principais da teoria de Bourdieu. Vamos a eles!

Assim como Durkheim, Bourdieu é estruturalista, ou seja, está preocupado com o que ”rege” a sociedade. Ele assume que os fenômenos sociais não acontecem de maneira isolada e procura analisá-los através de relações com outros fenômenos sociais, procurando, assim, situar o objeto de estudo dentro da estrutura social que o sustenta. Porém, Bourdieu fala que não é só a estrutura social que pressiona o indivíduo a ser de um jeito ou de outro: as pessoas, nas suas ações mais corriqueiras e desinteressadas, também contribuímos para a manutenção ou desconstrução dessas mesmas estruturas que nos influenciam a ser como somos - o tal do “sistema”. Nossos hábitos, sentimentos, pensamentos, gostos, comportamentos compõe um habitus, o que significa dizer que são socialmente construídos e que a partir da análise desse conjunto de fatores,

podemos situar alguém no espaço social, construir o campo social de atuação dessa pessoa. O autor considerou que apenas o capital econômico não é o suficiente para delimitar as diferenças de classes sociais. Por isso, ele mapeou outros tipos de capitais: o capital cultural, referente ao acúmulo de determinado tipo de cultura (conhecimentos, linguagens, costumes, comportamentos) privilegiada socialmente; capital social, referente ao prestígio social, e a soma desses tipos de capitais (social, cultural, econômico) configuram o acúmulo de capital total de um grupo ou indivíduo.

O poder simbólico é esse poder invisível que a gente não vê, mas sente nas pequenas e mais básicas coisas da vida: na linguagem, nos gestos, nas expectativas que se tem para diferentes pessoas. É o poder exercido nas "entrelinhas". Esse conceito é usado por movimentos sociais para salientar a violência simbólica sofrida e reivindicar mudanças sociais . Por exemplo:

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER:

ESTUPRO
FEMINICÍDIO
ESPANCAMENTO
TAPAS
EMPURRÕES
VIOLÊNCIA FÍSICA
XINGAMENTOS
"CANTADAS"
DEPRECIAÇÃO
ASSÉDIO
VIOLÊNCIA VERBAL
"MULHERES SÃO IRRACIONAIS"
"SEXO FRÁGIL"
OBJETIFICAÇÃO DA MULHER
PADRÕES DE BELEZA
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA
MASCULINO COMO NORMA
MULHER NA MÍDIA
MULHERES SÃO MENOS HUMANAS

Assim, podemos entender que o poder simbólico se manifesta na forma como sentimos o mundo, e por isso a violência simbólica é tão perversa: pois limita a possibilidade de ser da pessoa. Limita os espaços sociais que as pessoas podem circular. Consolida distinções sociais difíceis de serem superadas porque permanecem ocultas, silenciosas (e silenciadas).

TEMPOS LÍQUIDOS: A FRAGILIDADE DAS RELAÇÕES ATUAIS

Da próxima vez que a sua avó comentar como as relações duravam mais antigamente, que hoje em dia o pessoal se separa por qualquer coisa e as pessoas não confiam mais umas nas outras, sugira para ela ler os livros de Zygmunt Bauman (Polônia, 1925), nesse caso, em especial o "Amor líquido" (2003). Desde a sua aposentadoria, em 1990, o sociólogo tem se dedicado em especial a desenvolver o conceito da liquidez moderna. Marx e Engels escreveram no Manifesto Comunista (1848) que "tudo o que é sólido se desmancha no ar". Marxista pós-moderno, Bauman considera que o que era sólido naquela época ainda não se desmanchou no ar, mas já derreteu e liquidificou-se. Assim, o autor divide estes dois momentos da nossa sociedade em "modernidade sólida" e "modernidade líquida":

Modernidade sólida	Modernidade líquida

da consolidação do capitalismo até meados da década de 1980	de 1980 (marco de desenvolvimento tecnológico) até os dias atuais
estado forte (estado de bem-estar social) fé no estado como agente político	estado enfraquecido e descrença geral no poder do estado e da política representativa
movimentos sociais pautados pela luta de classes ou utópicos e ligadas a entidades representativas (sindicatos)	movimentos sociais com causas específicas, relacionadas a identidade e de ação e articulação direta, fim da utopia
instituições sociais sólidas e rígidas (família burguesa, escola autoritária, trabalho fixo)	instituições sociais fluidas e sob constante questionamento (flexibilização do trabalho, ampliação da noção de família, questionamento sobre papel da escola)
noção de identidade fixa, cristalizada (a pessoa é o que é)	noção de identidade fluida, em constante mudança (a pessoa é múltipla)
perspectiva de segurança e certezas (as coisas são assim e devem seguir assim)	perspectiva de incerteza e medo generalizado (como posso ter certeza que as coisas são assim? a única certeza é que as coisas vão mudar)

O que ele está querendo dizer com tudo isso é algo que podemos perceber no nosso dia a dia: que a tecnologia de comunicação, especialmente a difusão da internet, mudou completamente as formas de nos relacionarmos. A dimensão virtual da realidade mudou nossa percepção sobre o mundo: este parece menor, pois basta um clique para acessarmos notícias do Japão. Quantas vezes você perdeu a noção de tempo navegando na internet? Segundo Bauman, nós realmente percebemos o tempo passando mais rápido agora do que em outros tempos.

Quando pensamos o impacto dessa aceleração e o excesso de informação a que temos que dar conta a nível pessoal cria-se um estado de ansiedade generalizada. O autor coloca que com o tempo passando tão rápido e tudo mudando tão depressa, não conseguimos escolher as nossas "verdades", nem nos apegar a crenças ou identidades mais fixas. Dessa forma, a incerteza é o nosso referencial. Assim, se temos a incerteza como base de construção de nossas

relações e de nossas identidades, como poderíamos esperar algo “sólido”, seguro, duradouro? Mais do que frágeis, as relações são líquidas: não há como se solidificarem, elas são como a água, fluxos constantes que se adaptam ao recipiente colocado. Isso se manifesta nas relações amorosas, familiares, amizades, mas também nas profissionais. Por exemplo, lemos todos os dias nos jornais algo sobre a flexibilização do trabalho e dos direitos trabalhistas, e isso tem a ver com a institucionalização da incerteza que o autor nos fala. É muito interessante observar as nossas relações a partir desse conceito, pois conseguimos compreender melhor nossas inseguranças e perceber que se trata de um momento social e não apenas de nossas demandas pessoais e isso nos faz sentir menos isolados. Aliás, é esse isolamento ao qual os indivíduos são sujeitos que preocupa Bauman e que já era inclusive anunciado por Marx e Weber. Perceber que essa sensação é algo relacionado com a forma como o capitalismo se desenvolveu é importante para repensarmos as nossas relações pessoais, mas também para buscarmos formas de agir na sociedade a fim de melhorar o bem-estar geral da população. O que estamos sacrificando ao priorizarmos tanto o aprimoramento tecnológico e desenvolvimento econômico?

CONCLUSÃO

A intenção dessa apostila foi apresentar as principais linhas teóricas da sociologia a partir alguns dos autores clássicos e contemporâneos da disciplina a partir do seu contexto social, para que pudessem ser compreendidas sociologicamente.

Vocês devem ter percebido, a partir das teorias contemporâneas, como é diferente quando estamos lidando com uma teoria que fala sobre o mundo em que nós vivemos no presente. Mas, assim como as teorias contemporâneas se relacionam com e têm influência das as teorias clássicas, podemos perceber as mudanças sociais ao longo do tempo quando estudamos a história da sociologia.

SOCIOLOGIA NA PRÁTICA

QUESTÃO 1

A partir do que estudamos sobre alguns dos principais teóricos da sociologia, relacione sentença com autor:

( ) Auguste Comte

( ) Émile Durkheim

( ) Karl Marx

( ) Max Weber

a) “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim.”

b) “A economia capitalista, para operar de modo racional, precisa poder confiar num judiciário e numa administração calculáveis.”

c) “Ora, não há dúvida que a linguagem e, por conseguinte, o sistema de conceitos que ela traduz, é o produto de uma elaboração coletiva. Ela exprime a maneira pela qual a sociedade no seu conjunto representa para si os objetos da experiência.”

d) “A história de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a história das lutas de classes.”

QUESTÃO 2

Dizer que nossos gostos, hábitos, sentimentos, comportamentos são também orientados socialmente não nega a singularidade de cada um, muito pelo contrário, pois cada um de nós é um cruzamento único de campos sociais, cada um de nós percebe a sociedade a partir de um local de fala específico. Tomarmos consciência do lugar que habitamos socialmente é um passo muito importante para desenvolvermos perspectiva crítica sobre a sociedade.
A partir das teorias sociológicas estudadas, principalmente a partir dos conceitos de habitus e campos sociais de Bourdieu, crie um esquema do seu lugar social. Tente pensar nos grupos que você faz parte, características da sua comunidade, gostos musicais, hobbies, locais de encontro, etc. Com o que você se identifica? O que essas coisas têm a dizer sobre você?

Sobre a transição da sociologia clássica para a sociologia contemporânea, assinale V para Verdadeiro e F para Falso:

- ✓ O marco de transição entre sociologia clássica e sociologia contemporânea se dá em meados de 1980, em função das inovações tecnológicas. (__)
- ✓ Weber é considerado um teórico clássico, mas também pode ser considerado inaugurador da sociologia contemporânea. (__)
- ✓ Dada a atualidade da teoria marxista, poderíamos dizer que Marx é um sociólogo contemporâneo. (__)
- ✓ Os autores clássicos da sociologia criticavam o capitalismo e defendem a volta do regime feudal. (__)

- ✓ Enquanto a teoria clássica da sociologia foi produzida no contexto de consolidação do capitalismo, a sociologia contemporânea teoriza a partir de uma sociedade capitalista já estruturada. (__)

RESPOSTAS

1. a) Auguste Comte; b) Max Weber; c) Émile Durkheim; d) Karl Marx.

2. a) Falsa: a transição se dá em meados do século XX, com a formação dos estados nacionais, instauração do capitalismo empresarial e obra de Max Weber.

2. b) Verdadeira.

2. c) Falsa: A teoria marxista clássica exerce muita influência até hoje não só na sociologia como em diferentes áreas do conhecimento, porém isso não faz de Marx um autor contemporâneo.

2. d) Falsa: Nem todos os autores criticavam o capitalismo. O positivismo de Comte fornece subsídios filosóficos para sustentar o capitalismo. Mesmo Marx, que critica radicalmente o sistema capitalista, não defende a volta do regime feudal e reconhece na revolução burguesa um avanço da sociedade.

2. e) Verdadeira.

PARA SABER MAIS!

SITES:

IBGE. http://www.ibge.gov.br/

No site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tem uma sessão de Banco de Dados disponível para uso. São dados diversos que podem ser definidos por temas, regiões, cidades, etc.

IPEA. http://www.ipeadata.gov.br/

Banco de dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Aqui você pode encontrar diversos dados estatísticos sobre o Brasil, tanto a nível regional quanto nacional ou por indicadores sociais.

LIVROS:

Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim, Weber. Tania Quintaneiro, Maria Ligia de Oliveira Barbosa e Márcia G. Monteiro de Oliveira. Editora da UFMG.

O livro "Um Toque de Clássicos resume em linguagem bem simples as principais teorias dos "três porquinhos"!

Como o futebol explica o mundo. Franklin Foer. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004

Através de histórias selecionadas sobre vários personagens do futebol, o autor fala de várias questões, como economia internacional e religião.

Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística. Peter Berger. Editora Vozes. 1986

Este livro procura explicar em linguagem bem acessível o que é a Sociologia, com exemplos bem próximos do cotidiano.

A imaginação Sociológica. Charles Wright Mills. Editora Zahar. 1959.

Um clássico das Ciências Sociais, para você pegar o "tom" de pensar o mundo através das lentes da Sociologia.

Manifesto Comunista. Karl Marx e Friedrich Engels, 1848.

Por ter sido escrito como um manifesto, é uma leitura acessível e que possibilita termos acesso ao pensamento de Marx por si mesmo. Além disso, é um registro de um momento histórico muito importante.

Admirável Mundo Novo. Aldous Huxley. Editora Globo. 1932.

O livro é um romance distópico sobre um mundo futurístico onde as pessoas vivem em plena harmonia e têm suas vidas biologicamente determinadas e completamente vigiadas. Trata-se de um registro literário do pensamento da época: o pensamento utópico, os ideais de integração social plena, busca pelo progresso tecnológico, uma sociedade gestionada por padrões científicos. Mas, já naquela época, não somente nas teorias sociológicas como também na literatura os sentimentos de encanto e desconfiança perante o futuro anunciado se manifestavam.

FILMES E DOCUMENTÁRIOS

Tempos Modernos. Charles Chaplin. 1936.

Esse filme nos permite uma ótima contextualização sobre o período da revolução industrial e o impacto na vida dos trabalhadores. Charles Chaplin interpreta um trabalhador que fica com danos psicológicos a partir do seu trabalho super repetitivo e é confundido com agitador social por estar no lugar errado e na hora errada. É um filme de humor, mas que contém uma crítica social muito pertinente.

Um clássico do cinema.

A fuga das galinhas. Nick Park e Peter Lord. 2000.

A trama da animação se passa em uma fazenda produtora de ovos em meado da década de 1950, a partir da vida das galinhas. A dona, porém, decide comprar uma máquina de tortas de galinhas para aumentar o lucro e produtividade. Podemos perceber os conceitos marxistas de consciência de classe que une as galinhas ao redor da causa da revolução, a utopia do paraíso das galinhas, a ação da ideologia dominante sobre as galinhas alienadas, além de atravessamentos de questões de gênero a partir da relação entre as galinhas e os galos. Um exercício de imaginação sociológica muito divertida!

Essa não é a sua vida. Jorge Furtado. 1991

Nesse curta-metragem, somos provocados a refletir sobre o anonimato que o cotidiano nos coloca a partir da história de vida da Noeli.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: *sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. Brasília: Editora Brasiliense, 1982

DAMATTA, Roberto. **Explorações**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986

DEMO, Pedro. **Sociologia***: Uma introdução crítica.* São Paulo: Editora Atlas, 1989.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia**. Organização: José Albertino Rodrigues. Coordenação: Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 2000.

IANNI, Octavio. **Dialética e Capitalismo**. Petrópolis: Editora Vozes,1982.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: *Guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997.

LAKATOS & ANDRADE. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1985

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: Editora L&PM, 2009.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Editora Global, 1980.

TOMAZI, Nelson. **Sociologia para o ensino médio**. Atual, 2010.

WEBER, Max. **A gênese do capitalismo**. Organização e comentários: Jesse Souza; tradução Rainer Domschke. São Paulo: Editora Ática, 2006.

SOCIOLOGIA

02

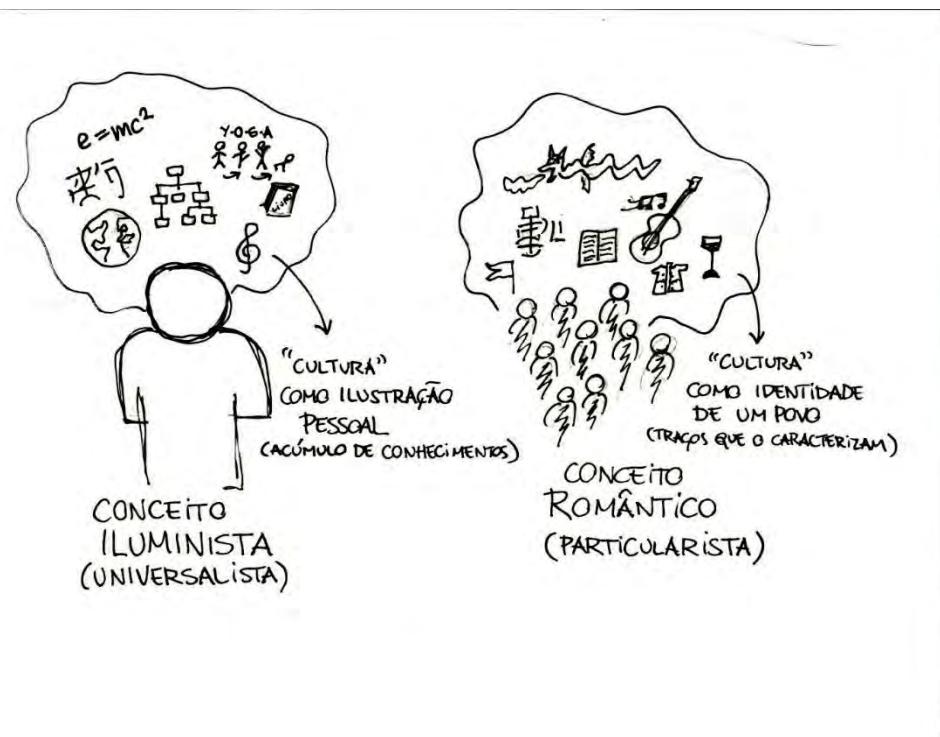
CULTURA

CULTURA

O QUE É CULTURA?

Todos os dias, nas mais diversas situações, ouvimos expressões como: “isto é cultural”, “fulano é uma pessoa culta”, “a cultura brasileira é alegre”, “tal grupo social não tem cultura”, “as instituições culturais precisam de mais investimento”, etc. No entanto, poucos são os momentos em que realmente refletimos sobre o verdadeiro significado e as implicações sociais envolvidos na ideia de “cultura”. A seguir, discutiremos alguns dos usos mais frequentes deste termo e suas origens históricas, bem como seu uso técnico por uma disciplina científica em particular: a Antropologia Social ou Cultural.

ORIGENS DO CONCEITO DE CULTURA

Originalmente, o termo “cultura” provém do verbo em latim *cultivare*, relacionado à agricultura e à criação de animais. Foi somente em finais da Idade Média, mais precisamente na transição desta para a Idade Moderna (séculos XIII - XV), que o conceito passou a ser aplicado, metaforicamente, ao “cultivo” da mente, do intelecto e do espírito. Ou seja, a “cultura” como refinamento e esclarecimento pessoal, baseado no acúmulo de conhecimentos herdados pela tradição.

Durante o Renascimento e a Idade Barroca (séculos XIII - XVI), as sociedades europeias passaram a valorizar cada vez mais o conhecimento, a ilustração individual e o uso autônomo da razão, de maneira que a ideia de “cultura” passou a significar não apenas o acúmulo de conhecimentos por parte de um sujeito ou indivíduo, mas a totalidade dos saberes, obras artísticas, feitos históricos, arquitetônicos e políticos de uma sociedade. Em suma, “cultura” passou a significar o legado material e imaterial de uma coletividade, suas referências morais e intelectuais, seu estilo estético e político, sua “marca” na história, por assim dizer.

No campo do legado material, podemos citar os edifícios e estilos arquitetônicos característicos de cada sociedade, seus objetos técnicos, ferramentas, roupas e adereços corporais. Já no campo do legado imaterial, podemos citar os mitos, as crenças religiosas, os sistemas morais e políticos de regulação da vida social, assim como os códigos jurídicos e penais, sem falar, evidentemente, dos modos nativos de classificação da natureza e conhecimentos sobre o meio ambiente.

Posteriormente, ao longo do século XVIII, os pensadores ligados ao Iluminismo associaram a ideia de “cultura” à ideia de “civilização” através do conceito de “progresso”. Neste sentido, filósofos como Jean Jacques Rousseau e

Denis Diderot, na França, e Immanuel Kant, na Alemanha, acreditavam que quanto mais ilustrados ("cultos") fossem os indivíduos de uma sociedade, mais civilizada esta coletividade seria, ou seja, mais evoluída e refinada em termos de seus conhecimentos sobre a natureza e o universo, seus valores morais e artísticos, organizações sociais e políticas. Era comum, por isso, que estes pensadores vissem as sociedades indígenas e não europeias como "atrasadas" e "primitivas", às quais caberia à civilização europeia resgatar de seu estado de "selvageria" e "barbárie".

Foi somente a partir do Romantismo, em meados dos séculos XVIII e XIX, que a ideia de culturas múltiplas ou particulares passou a ser aceita nos círculos científicos e intelectuais. Assim, em contraste com o universalismo dos Iluministas, os românticos entendiam que cada povo possuía uma cultura particular, um modo próprio de educar e formar seus indivíduos de acordo com sua própria história e seu próprio meio natural. Para os românticos, portanto, a cultura se apresentava como o "espírito de um povo" (em alemão, seu *Volksgeist*): algo como o elemento imaterial (mental e emocional) que animava seus feitos e criações, conferindo-lhes identidade, unicidade e particularidade.

Além disso, os pensadores da tradição alemã salientaram um dos aspectos mais importantes do conceito contemporâneo de cultura: sua oposição à natureza.

Neste sentido, a "cultura" passou a ser compreendida como o construído e apreendido em contraste com o dado ou herdado biologicamente.

O CONCEITO ANTROPOLÓGICO DE CULTURA

Dentre as Ciências Humanas, a disciplina que mais se especializou em estudar a cultura ou os fenômenos culturais ao longo do tempo é a Antropologia Cultural ou Social. A palavra "antropologia" deriva do grego *anthropos*, que quer dizer "homem" (no sentido de espécie, e não de sexo) ou "humano".

Ao contrário de outros ramos da Antropologia, que estudam o ser humano como entidade biológica e espécie natural, a Antropologia Cultural ou Social se especializou no estudo do ser humano como um animal produtor de sistemas simbólicos, isto é, como um ser enredado desde o seu nascimento em uma teia de significados que é: (1) socialmente construída; (2) que dá sentido ao mundo e molda os comportamentos de acordo com padrões específicos.

Logo, para os antropólogos, a cultura de cada pessoa confunde-se com esta "teia" ou "filtro" de significados herdados pela tradição, apesar de seu caráter mutável e transformável ao longo do tempo. Neste sentido, poderíamos compreender a cultura como um grande repositório de símbolos, valores, padrões, etc., através dos quais organizamos nossa vida, e que nos permitem, na grande maioria dos casos, dotar o mundo e nossas vivências de significado, assim como estabelecer relações sociais duráveis e estáveis com outros indivíduos que compartilham deste mesmo "filtro" ou "teia".

Além disso, os antropólogos entendem que a cultura sempre se declina no plural. Isto porque, embora todos os seres humanos sejam dotados da capacidade de produzir cultura e se orientar culturalmente, a expressão dessa capacidade varia conforme o tempo e o espaço. Assim, podemos falar de diferentes culturas interagindo e trocando influências umas com as outras, bem como de conflitos culturais entre gerações de uma mesma sociedade (no que diz respeito aos papéis de gênero e o lugar de homens e mulheres na estrutura social, por exemplo).

Sob outro aspecto, os antropólogos enfatizam a interdependência entre fatores naturais e fatores culturais sobre o comportamento de indivíduos e sociedades. Quanto a isso, entendem que tudo aquilo que fazemos possui um aspecto biológico e instintivo e um aspecto cultural e histórico em permanente associação. Dizendo de outra maneira, parte do que somos provém do processo, da evolução natural e da nossa interação como organismos biológicos em um ecossistema. Outra parte, no entanto, surge do processo social de aprendizado e transformação cultural que se dá em um ambiente construído.

Por exemplo: a necessidade de se alimentar ou de se abrigar (do frio, do calor, da chuva, etc.) é algo natural do ser humano. Se não o fazemos, morremos – ou, no mínimo, ficamos severamente debilitados. No entanto, o modo como nos alimentamos e nos vestimos é construído socialmente dentro de uma tradição, baseado em valores e representações sobre o puro e o impuro, o masculino e o feminino, entre outras formas de classificação e ordenação da realidade.

Ora, não há qualquer razão natural para que meninos prefiram a cor azul e meninas prefiram a cor rosa, mas isto parece "natural" para grande parte da nossa sociedade porque o aprendizado cultural do significado das cores ocorre desde cedo, formatando nossa apreciação visual, valores estéticos e preferências de gênero. Da mesma maneira, causa estranhamento a muitos ocidentais o hábito de alguns povos asiáticos e africanos comerem cachorros, cujo estatuto moral em nossas sociedades é quase o de membros da família. Por outro lado, comer carne de vaca provoca o mesmo tipo de sentimento entre os praticantes da religião hindu, que consideram este animal sagrado e evitam seu consumo.

Por fim, ao contrário do que normalmente ocorre no senso comum, os antropólogos já deixaram há muito tempo de acreditar que podemos falar de culturas "superiores" ou "inferiores". Quando muito, podemos falar de culturas de maior ou menor escala demográfica (a cultura norte-americana em contraste com a cultura dos índios bororo do Brasil Central, por exemplo), com maior ou menor sofisticação de seu aparato técnico. Não raro, culturas aparentemente muito simples do ponto de vista tecnoeconômico, que para nossos padrões viveriam apenas para sua subsistência, possuem sistemas de parentesco e estruturas mitológicas muito complexas, cuja lógica interna exige dos antropólogos o auxílio de matemáticos e computadores de alta precisão para ser decifrada.

A seguir, veremos como todos estes pressupostos são empregados pelos antropólogos no estudo dos fenômenos culturais.

COMO SE ESTUDAM OS FENÔMENOS CULTURAIS?

Já vimos que a "cultura" explica muitas coisas sobre o modo que vivemos e nos organizamos em sociedade. No entanto, simplesmente dizer que algo é "cultural" não basta. É preciso explicar como a cultura condiciona nossos comportamentos e influencia nossas opiniões e decisões, assim como é preciso entender: (1) porque há tantas culturas diferentes no mundo, dando respostas diferentes aos mesmos problemas humanos fundamentais (nutrição, reprodução, organização social, aplicação da justiça, distribuição dos recursos, explicações sobre o funcionamento das coisas, etc.); e (2) como a cultura se transforma e se adapta ante fenômenos como a mudança histórica, a passagem das gerações e o contato com outras culturas e sociedades.

Desde já, coloca-se um paradoxo: como bem relembra o antropólogo norte-americano Roy Wagner, é comum que os antropólogos estudem e descrevam culturas que, muitas vezes, não entendem a si próprias como "culturas". Neste sentido, um dos pressupostos da pesquisa antropológica é a ideia de que todas as culturas possuem algum grau de etnocentrismo, isto é, a ideia de que os padrões e valores da sua própria cultura são os mais "normais" e/ou afinados com o estado normal das coisas, sendo os hábitos e crenças dos outros avaliados como melhores ou piores a partir da régua nativa.

Como nem o antropólogo está livre das armadilhas do etnocentrismo – mesmo que encaremos os hábitos dos outros com muita boa vontade, sempre nos parecerá indigesto comer cachorro! –, recomenda-se que toda pesquisa cultural se paute pela relativização metodológica; em outras palavras, por um exercício consciente de tentar se colocar no lugar do outro, de tentar enxergar o mundo pelas lentes da cultura estudada. Nestes termos, uma boa pergunta antropológica seria: como é se sentir na pele de alguém que faz habitualmente algo que para mim é a coisa mais estranha do mundo? Ou mais concretamente: que crenças e representações sobre a alimentação e o estatuto moral dos animais um indivíduo que come cachorros precisa ter para que isso lhe pareça natural?

A ETNOGRAFIA – MÉTODO PRÓPRIO PARA SE ESTUDAR A CULTURA ALHEIA

Nos primórdios da disciplina, os primeiros antropólogos estudavam a distância as culturas de que falavam. Na maior parte das vezes, sentados em seus confortáveis gabinetes universitários e valendo-se de relatos indiretos produzidos por missionários, autoridades coloniais e viajantes de diversas naturezas. Através destes relatos, produziam escalas especulativas de desenvolvimento cultural nos quais as diferentes sociedades eram classificadas em níveis crescentes de

sofisticação civilizacional, indo da "selvageria" à "civilização", passando pelo estágio intermediário da "barbárie".

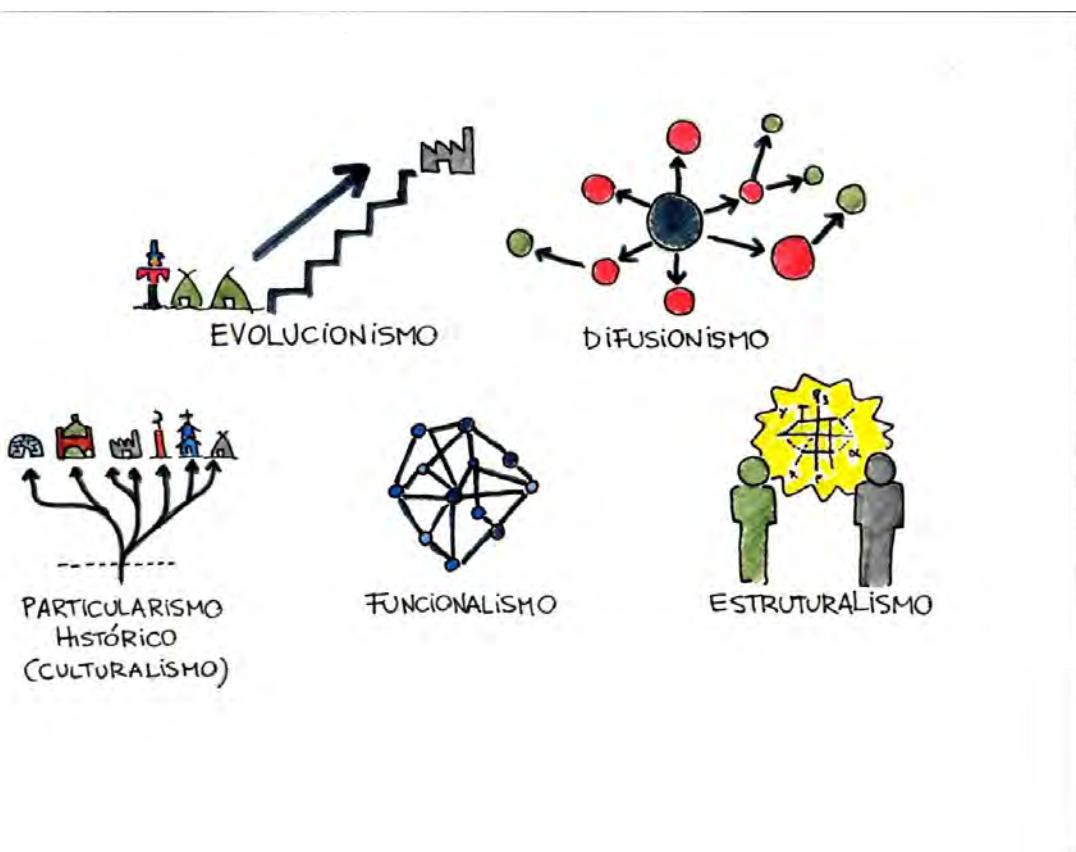
O grande problema desta abordagem, conhecida como evolucionismo cultural, provinha justamente da falta de sistematicidade e reflexividade dos relatos empregados pelos antropólogos, normalmente cheios de etnocentrismo e preconceitos diversos contra os povos do mundo não europeu. Muito frequentemente, estes relatos indiretos enfatizavam apenas os aspectos mais exóticos e estranhos (para os olhos europeus) das culturas não europeias, como rituais sangrentos e regras de casamento inusitadas. Obviamente, isto fornecia uma imagem estereotipada e simplificada destes mesmos povos. Com o tempo, no entanto, os antropólogos foram percebendo a necessidade de coletar *in loco* (isto é, em campo), de maneira direta, as informações necessárias para formularem suas generalizações teóricas, o que resultou no nascimento do método etnográfico.

Etnografia quer dizer, literalmente, "registro de um povo" (*graphein* e *ethnos*, do grego). Em linhas gerais, trata-se de um conjunto de técnicas de pesquisa desenvolvidas pelos antropólogos e outros cientistas sociais para coletar dados sobre os hábitos, costumes, representações e modos de vida de uma sociedade, extraindo daí os traços mais salientes ou característicos de sua cultura. A essência de toda boa etnografia é o trabalho de campo de longa duração, ou seja, o envolvimento direto do pesquisador no cotidiano dos pesquisados, tomando parte em suas atividades de maneira estável e continuada.

Um nome bastante associado ao desenvolvimento da etnografia como método é o do antropólogo polonês de expressão britânica Bronislaw Malinowski (1884-1942), que pesquisou os nativos das Ilhas Trobriand, atual Nova Guiné (Oceania). De acordo com Malinowski, o objetivo da etnografia é tentar enxergar o mundo do nativo através dos seus próprios olhos e entender como as suas ações fazem sentido dentro de um esquadro local de racionalidade.

Outro nome importante frequentemente associado ao desenvolvimento da etnografia é o de Franz Boas (1858-1942), antropólogo alemão radicado nos Estados Unidos que conduziu uma série de pesquisas de campo entre povos indígenas da América Norte, como os inuítes (também conhecidos como "esquimós"). No espírito do conceito romântico e alemão de cultura, Boas era bastante crítico às escalas de evolução sociocultural propostas pelos evolucionistas como Lewis Morgan (1818-1881), acusando-os de falta de rigor metodológico, generalizações e comparações apressadas.

Assim, para Boas e seus seguidores, como Alfred Kroeber (1876-1960), Ruth Benedict (1887-1948) e Margaret Mead (1901-1978), a história e o desenvolvimento de cada sociedade deveriam ser pensados como uma trajetória particular, sem remetê-los necessariamente a uma suposta escala universal de evolução cultural. Juntamente com a Arqueologia e a Linguística, o trabalho de campo etnográfico auxiliaria o antropólogo a compreender e elucidar as origens dessas particularidades, para só depois compará-las com os hábitos, crenças, recursos técnicos e modos de vida das outras sociedades.

Já entre os antropólogos franceses, como Claude Lévi-Strauss (1908-2009) e Philippe Descola (1949-presente), vigora uma espécie de divisão do trabalho antropológico em três etapas: (1) etnografia; (2) etnologia; e (3) antropologia propriamente dita.

ETNOGRAFIA – é o momento mais "concreto" do trabalho antropológico, baseado no trabalho de campo de longa duração com a coletividade estudada. Neste momento, o antropólogo entra em contato com a cultura que visa compreender, estabelece relações com indivíduos-chave ou interlocutores privilegiados da comunidade, assim como observa e registra tudo aquilo que vê. Sua atenção está voltada não apenas para os aspectos mais estranhos e salientes da cultura do outro, como rituais e festividades, mas também para a dimensão cotidiana, a divisão de trabalho entre mulheres e homens, velhos e novos, etc. Geralmente, tudo isso é registrado em um diário de campo, instrumento importante para o resgate posterior das experiências vividas.

ETNOLOGIA – são comparadas diversas etnografias, realizadas entre povos diferentes, porém próximos cultural, geográfica ou historicamente, tendo em vista a identificação de regularidades ou padrões que se repetem em todas estas culturas. Por este motivo, costumamos falar em "etnologia amazônica", "etnologia siberiana", "etnologia melanésia" etc., pois cada um destes registros significa um campo de discussões entre antropólogos que realizaram suas etnografias em povos de um mesmo tronco linguístico ou histórico, ou que se situam em uma mesma área de difusão cultural. Também neste momento começam a aparecer coisas interessantes: os antropólogos percebem, por exemplo, que duas sociedades possuem um mesmo mito, mas invertidos em sua lógica interna ou com personagens trocados. Como isso se explica? Quem emprestou o mito para quem? Por que motivos ele aparece com um formato no povo A e com outro no povo B?

ANTROPOLOGIA PROPRIAMENTE DITA – É o momento mais abstrato da pesquisa antropológica, em que o pesquisador, de posse do conhecimento produzido por várias etnografias e etnologias regionais, procura formular leis gerais sobre o fenômeno cultural humano e o funcionamento da cultura em geral. Por exemplo: para formular a hipótese do tabu do incesto, segundo a qual todas as culturas proíbem o casamento e/ou o intercurso social entre parentes muito próximos, Claude Lévi-Strauss (1908-2009) valeu-se do conhecimento sobre regras matrimoniais e comportamentos sexuais contidos em inúmeras etnografias, de diversas regiões do mundo, e não apenas dos povos do Brasil Central entre os quais realizou seus próprios trabalhos de campo etnográficos.

ESCOLAS DO PENSAMENTO ANTROPOLÓGICO

Como toda ciência, a Antropologia possui seus debates internos e diferentes paradigmas a respeito do seu objeto de estudo, que é o ser humano enquanto produtor de cultura. Ao longo do tempo, foram se desenvolvendo diferentes escolas de pensamento no interior da disciplina, cada qual baseada em um modo particular de entender e compreender o funcionamento de fenômenos como a transformação, o contato e o conflito cultural, assim como as relações entre cultura, economia e sociedade, indivíduo e coletividade, representações mentais e mundo exterior, etc.

Como vimos, o primeiro grande paradigma da Antropologia, já superado e muito criticado, foi o evolucionismo cultural, desenvolvido por autores como Lewis Morgan (1818-1881) e Edward Tylor (1832-1917) no século XIX. Esta escola, formada predominantemente por antropólogos "de gabinete" – isto é, que não faziam etnografia – acreditava em uma escala única de evolução cultural da humanidade, que passaria da "selvageria" e "barbárie" até chegar na "civilização". Não coincidentemente, colocavam a sociedade europeia e norte-americana como exemplo deste último estágio, atribuindo a todas as outras o status de "sobrevivências" de estágios "inferiores" de civilização pelos quais o ocidente euro-atlântico já teria passado.

Outra escola influente ao longo do século XIX e início do século XX foi o difusionismo, segundo o qual algumas culturas mais adiantadas – como a do Antigo Egito – seriam centros irradiadores de inovações técnicas e avanços culturais. Como no caso do evolucionismo, no entanto, o difusionismo baseava-se pouco no trabalho de campo e valia-se de hipóteses altamente especulativas sobre a difusão de técnicas e outros traços culturais – muitas vezes impossíveis de serem provadas.

Assim, em reação aos problemas gerados pelo difusionismo e o evolucionismo, surgiram dois paradigmas novos nos Estados Unidos e na Europa, ambos baseados na importância da etnografia. Do lado de cá do Atlântico, Franz Boas (1858-1942) e seus seguidores desenvolveram o particularismo histórico ou culturalismo norte-americano. Como o próprio nome diz, esta escola enfatizava a unicidade de cada cultura e suas particularidades, combatendo etnocentrismo e os abusos metodológicos da comparação desenfreada. Defendiam, neste sentido, que cada sociedade deveria ser analisada tendo como referência sua própria história, e não um esquadro genérico de evolução cultural que ia do mais primitivo ao mais civilizado.

Já do outro lado do Atlântico, alguns antropólogos britânicos e/ou radicados na Inglaterra, como o já citado Malinowski e também Alfred R. Radcliffe-Brown (1881-1955) passaram a defender que o foco da pesquisa cultural deveria se deslocar da questão da origem dos traços culturais de cada sociedade (por que tal tipo de casamento? Por que tal estrutura de parentesco?) e pensar a sua função – ou seja, a que necessidades de ordem biológica, social, emocional, simbólica, etc., esses traços respondem.

Desta maneira, ao estudar a religião cristã, não caberia ao antropólogo responder questões como: “é verdade que Maria deu à luz a Jesus Cristo virgem?”, mas sim: “que tipo de influência sobre a vida social (por exemplo, sobre as relações entre homens e mulheres) a crença na concepção virgem de Maria produz?”. Ou dito de outra forma: “que função esta crença exerce na nossa sociedade?”.

Conhecida como funcionalismo, esta escola foi profundamente influenciada pelo trabalho do sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917), que via a sociedade como uma espécie de organismo mantido coeso e em funcionamento por instituições e representações coletivas. Para o funcionalismo, portanto, todos os aspectos da vida cultural devem ser entendidos em relação uns com os outros, tendo em vista a manutenção da ordem e da coesão social.

Por fim, a partir dos anos 1940, começa a emergir na França um quarto paradigma importante na Antropologia, misturando aspectos oriundos da linguística e do foco durkheimiano sobre as “representações coletivas”, isto é, as ideias comuns sobre as coisas e o funcionamento do universo que perpassam a mentalidade dos membros de uma comunidade. Chamada de estruturalista, esta escola defende que a chave para a decifração dos fenômenos culturais é a questão

do símbolo e os arranjos formais constituídos pela mente humana para ordená-los de maneira lógica e dotada de sentido.

Assim, pesquisadores como Claude Lévi-Strauss (1908-2009) defendem que haveria uma espécie de maquinário racional ou intelectual comum por trás da imensa diversidade de culturas e tradições históricas, baseado em estruturas lógicas universais da mente humana. Dito de outro modo e guardadas as devidas proporções, é como se houvesse uma espécie de "hardware" universal da mente humana constituído pela natureza que cada cultura preencheria ou faria funcionar a partir de um "software", isto é, uma programação específica que colocaria em marcha nossa capacidade simbolizadora e produtora de sentido sobre o mundo.

Atualmente, todos esses paradigmas sofrem críticas e complementações por correntes de pensamento mais recentes, como o pós-colonialismo, o feminismo e o pós-modernismo. De maneira geral, estes novos paradigmas pregam que o discurso do próprio antropólogo deve ser colocado predominantemente em questão face às suas condicionantes sociais: isto é, antes de falar sobre a cultura dos outros, devo refletir primeiro de que lugar na sociedade eu estou falando, no que diz respeito à minha identidade de gênero, étnica ou cultural.

CULTURA E SOCIEDADE NO BRASIL

Até aqui, falamos bastante sobre pesquisadores e escolas de pensamento estrangeiras. Mas e o Brasil, onde entra em tudo isso?

Devido à sua constituição histórica colonial e multiétnica, o Brasil é um prato cheio para a discussão e o estudo sobre cultura através da Antropologia. Neste sentido, desde o século XIX nosso país tem sido visto com particular interesse pelos estudiosos das Ciências Sociais, tanto nacionais, quanto estrangeiros.

Evidentemente, cada sociedade ou cultura desperta questões antropológicas próprias, dependendo dos aspectos mais salientes da sua história e do seu momento presente. Assim, a etnologia dos povos da bacia mediterrânea (Turquia, Grécia, Norte da África, etc.) sempre foi dominada pelo tema da honra, dada a importância desta categoria para as relações interpessoais e a vida comunitária destas coletividades. Por outro lado, a etnologia siberiana sempre se interessou muito pela questão dos animais na sociedade, haja vista os povos do Ártico serem predominantemente caçadores ou pastores. Mas e no Brasil, o que tem interessado com mais frequência os antropólogos?

Acima de tudo, as relações étnico-raciais. Devemos lembrar, neste sentido, que somos um país de origem colonial, formado não só pela tomada europeia de territórios antes habitados por indígenas, como também constituído social economicamente pelo legado da escravidão, cuja abolição se deu apenas em 1888. Desta forma, a integração entre as diferentes etnias no Brasil sempre foi matéria de interesse para as Ciências Sociais.

ESCRAVOS CARREGANDO SENHOR NO BRASIL COLONIAL. GRAVURA DO SÉCULO XIX PINTADA POR JEAN BAPTISTE DEBRET.

Quanto a isso, é importante ressaltar que negros e indígenas são vítimas não apenas de desigualdades estruturais no campo socioeconômico (salários menores, maior exposição à violência urbana, menores taxas de acesso a serviços como saúde e educação, etc.), mas também simbólicas no campo cultural. Mais especificamente, a invisibilização e a a desvalorização de seus traços identitários como sua música, sua arte, suas crenças religiosas, sua cozinha e seu vestuário tradicional, entre outros.

Por muito tempo, as elites nacionais e o Estado brasileiro apostaram em um modelo de integração étnico-racial de assimilação, isto é, de apagamento dos traços mais específicos de cada cultura em prol de uma autoimagem cultural unificada para toda a nação. Por um lado, este modelo, que exaltava a mestiçagem, a mistura e a fusão de traços oriundos de diversas tradições, evitou abusos e modelos de relação étnico-racial mais segregacionistas, como aquele vigente nos Estados Unidos e, de forma mais acentuada, na África do Sul da época do *Apartheid.* Por outro lado, no entanto, esta ideologia oficial da mestiçagem acabou por colocar em segundo plano as afirmações identitárias mais específicas, como aquelas defendidas pelo movimento negro e pelos indígenas.

Neste sentido, uma das questões contemporâneas mais emblemáticas no campo das relações étnico-raciais no Brasil diz respeito à ideia de apropriação cultural. Por este conceito devemos entender a apropriação de um traço cultural específico de uma população subalternizada e/ou marginalizada pelos estratos mais elevados de uma sociedade, a fim de ressignificá-lo com outros propósitos. Um bom exemplo é o uso de *dreadlocks*, traço importante de algumas culturas africanas (inclusive com conotações sagradas) e hoje apropriado pela moda para fins comerciais. Outros exemplos são a feijoada e a capoeira, inicialmente desvalorizados como culinária e arte por sua origem entre as populações de escravos e ex-escravos, mas que, desde a década de 1930, foram apropriados pelo Estado e pelas elites culturais tendo em vista a construção de uma identidade nacional "mestiça".

Como tudo na vida, a apropriação cultural possui um duplo aspecto: por um lado, permite visibilizar traços identitários de populações marginalizadas, como negros, indígenas e os LGBTs. Por outro, sua ressignificação para outros propósitos, mormente comerciais, pode destituí-los de sua carga simbólica identitária, desvinculando-se da forma de vida marginalizada que uma vez representaram ou constituíram.

PROTEGENDO A CULTURA E O PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

Atualmente, existem vários mecanismos nacionais e internacionais de proteção da cultura e salvaguarda do legado material e imaterial da humanidade em suas várias manifestações. Em um contexto de aceleradas transformações devido à globalização e à perda das identidades locais, estes instrumentos são valiosos na preservação dos elementos que, tradicionalmente, têm conferido aos indivíduos e coletividades seu sentido de pertença social e destino comum.

A nível internacional e principal instituição destinada à proteção dos bens culturais da humanidade é a UNESCO, braço das Nações Unidas para a educação e a cultura. A nível nacional, é o IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao Ministério da Cultura. Estas duas instituições estabelecem padrões e protocolos de como determinados traços culturais imateriais (por exemplo, uma festa tradicional) ou materiais (um edifício histórico, uma paisagem emblemática) deve ser protegida e preservada, muito embora não sejam os únicos agentes da conservação do patrimônio hoje existentes. Empresas e Organizações Não Governamentais (ONGs) também podem exercer este papel, assim como o poder executivo municipal e estadual.

O principal mecanismo de proteção do patrimônio cultural existente no Brasil é o tombamento, que apesar do nome, nada tem a ver com derrubar edifícios e construções. Ao contrário, o tombamento é um mecanismo jurídico pelo qual um bem cultural material é reconhecido enquanto tal, tornando-se objeto de políticas de proteção e salvaguarda.

Entre bens materiais tombados podemos citar diversos conjuntos arquitetônicos do Brasil, como as cidades históricas de Minas Gerais e Goiás, assim como o Plano Piloto de Brasília. Da mesma forma, imóveis públicos e particulares de relevante interesse histórico também podem ser tombados, como o Mercado Público de Porto Alegre e os casarões coloniais de Parati (RJ). Já entre os bens imateriais, podemos citar a arte de fazer panelas de barro das artesãs do bairro de Goiabeiras, em Vitória (ES), bem como a procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém do Pará e a Feira de Caruaru (PE).

PARA SABER MAIS!

Livros:

LARAIA, Roque de Barros. “Cultura: um conceito antropológico”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DESCOLA, Philippe. “Outras naturezas, outras culturas”. São Paulo: Editora 34, 2016.

Estes são dois livros introdutórios bastante completos sobre como a Antropologia define, estuda e compreende os fenômenos culturais. O livro de Philippe Descola se baseia em uma conferência feita para estudantes de ensino médio franceses.

Sites:

http://portal.iphan.gov.br/

Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), onde você pode conferir a lista de bens materiais e imateriais reconhecidos pelo estado como parte do patrimônio cultural nacional.

Filmes e documentários:

“A caverna dos sonhos esquecidos”, Werner Herzog, 2010

Neste documentário, o cineasta alemão Werner Herzog vai até a caverna de Chauvet, no sul da França, para retratar algumas das obras de arte mais antigas da humanidade. Para tanto, discute o tema da passagem da natureza para a cultura, assim como as mudanças ocorridas na evolução humana a partir do aparecimento da dimensão simbólica.

 |

REFERÊNCIAS

BRASIL (INEP). Manual de Capacitação para avaliação das Redações do ENEM (2013). Disponível em: <http://oglobo.globo.com/arquivos/manual-avaliadorENEM2013.pdf> Acesso em 23.02.2016.

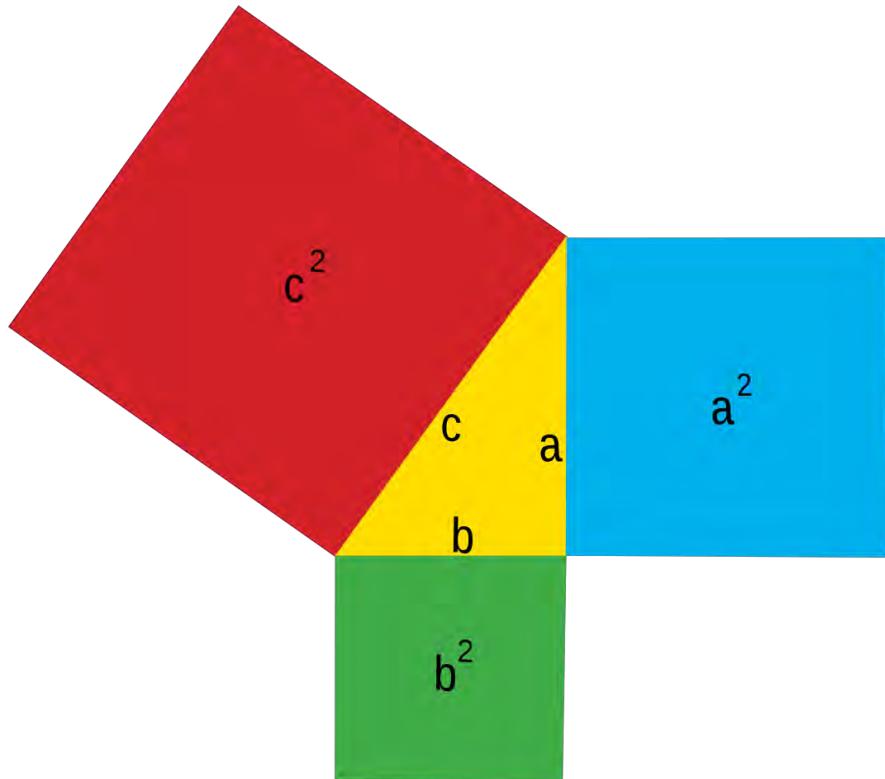
BRASIL (INEP). A redação no ENEM 2013: Guia do Participante. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_de_redacao_enem_2013.pdf>. Acesso em 23.02.2016.

EDITAL Nº 10, de 14 de abril de 2016, ENEM 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2016/edital_enem_2016.pd>. Acesso em 13/07/2016.

03

CIÊNCIAS SOCIAIS E COTIDIANO

CIÊNCIAS SOCIAIS E COTIDIANO

O QUE É UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL?

Você já deve ter ouvido que a realidade é "socialmente construída". No entanto, além do estranhamento que essa afirmação provoca, é bem possível que você tenha se perguntado o que ela significa exatamente. Afinal de contas, se tudo é mesmo uma "construção social", como é possível que o mundo se apresente para nós de maneira tão estável e exata? O que realmente os cientistas sociais querem dizer com "socialmente construído"?

ALGUNS PRESSUPOSTOS: DA FILOSOFIA AOS FUNDADORES DA SOCIOLOGIA

Para responder a esta pergunta, é preciso que regressemos para antes do nascimento das Ciências Sociais. Mais especificamente, para o campo da Filosofia, onde muitos conceitos e oposições fundamentais da Sociologia moderna possuem sua origem.

Durante séculos, os pensadores da tradição ocidental se dividiram entre idealistas e materialistas. É preciso notar que, no jargão filosófico, "idealismo" e "materialismo" nada têm a ver com o sentido destes termos no senso comum, isto é, "idealismo" como o modo de vida de quem se guia por valores nobres e/ou utopias e "materialismo", por outro lado, como o pensamento de quem só pensa em bens materiais e dinheiro.

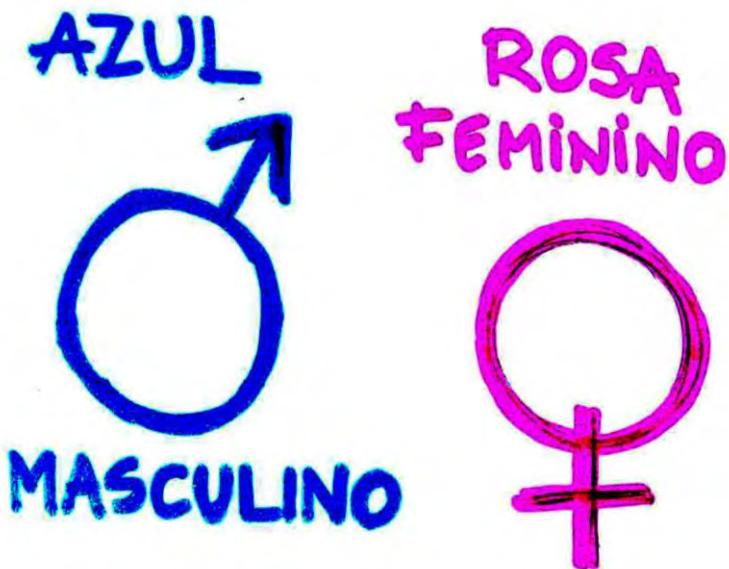
Ao contrário de tudo isso, materialistas e idealistas em sentido filosófico sempre disputaram intelectualmente sobre a seguinte questão: qual a relação entre a realidade e o pensamento? Ou, dito de outra forma: qual a relação entre mundo objetivo (o que há "lá fora" da nossa mente) e mundo subjetivo (o que há "aqui dentro" da nossa cabeça)?

O teorema de Pitágoras, uma das relações mais básicas da geometria, é algo que existe objetivamente na natureza ou se trata de uma construção ideal da mente humana?

Para os idealistas, o pensamento determina a realidade, isto é, tudo aquilo que há "lá fora" só é dotado de realidade porque, de alguma maneira, corresponde àquilo que há "aqui dentro". Já para os materialistas, não haveria qualquer outra substância no universo que não a matéria bruta, fonte última de tudo que existe, inclusive o pensamento, cuja autonomia não passaria de uma doce ilusão. Como você deve ter notado, a oposição idealismo x materialismo perpassa outras oposições fundamentais do pensamento filosófico, como mente x corpo e espiritual x material.

Nos primórdios do pensamento sociológico, Karl Marx (1818-1883) defendeu uma teoria materialista sobre a vida em sociedade segundo a qual todos os aspectos ideais ou "espirituais", como os valores morais, as crenças religiosas, as ideologias políticas, etc., seriam determinados pelos seus aspectos materiais. Dito de maneira mais específica, tudo aquilo que rege a vida social a nível do pensamento seria condicionado pelo metabolismo do ser humano com a natureza, isto é, nossas relações de produção e subsistência.

Neste sentido, Marx se distanciou da tradição de pensamento sobre a origem da sociedade conhecida como contratualismo, segundo a qual o ser humano produziria a sociedade como um arranjo consciente e racional entre iguais. Ao contrário, defendia que muitas das relações que nos definem enquanto sujeitos e estabelecem nosso lugar na sociedade independem da nossa escolha racional e mesmo da nossa consciência, sendo, portanto, objetivas e exteriores à nossa determinação, ainda que historicamente construídas.

Mais tarde, o sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) defendeu uma posição semelhante à de Marx a respeito dos fatos sociais, mesmo que guardando diferenças importantes. Para Durkheim, que necessitava, em sua época, delimitar o campo de estudo da Sociologia em contraste com o da Psicologia, os fatos sociais não se explicariam tão somente pelas motivações interiores dos sujeitos ou a percepção individual de cada um deles sobre a realidade que o cerca, mas teriam uma existência própria, independente de suas manifestações individuais e subjetivas.

Em outras palavras, para entender a relação entre dois fenômenos sociais (por exemplo, entre o agravamento de uma crise econômica e uma oscilação para cima na taxa média de suicídios), não seria necessário consultar a consciência de cada pessoa envolvida nessa relação, mas sim cruzar a recorrência de ambas as variáveis estatisticamente. Por outro lado, o sociólogo alemão Max Weber (1893-1920) alegava que a sociologia não podia desprezar o sentido subjetivo conferido pelos sujeitos às suas ações frente à sociedade, correndo o risco de deixar de lado na análise um importante aspecto da vida coletiva.

ENTRE OBJETIVISMO E SUBJETIVISMO: O CONSTRUTIVISMO COMO SÍNTESE

Após os trabalhos fundadores de Marx, Durkheim e Weber, as novas gerações de sociólogos procuraram resolver o impasse criado pela dicotomia entre aspectos objetivos e subjetivos da vida social. É desta tentativa de superar a oposição material x mental, ou objetivismo x subjetivismo, que surge a postura conhecida como construtivismo, de onde surge a famosa máxima de que toda realidade é “socialmente construída”.

Para ilustrar a tese construtivista, pensemos em um exemplo bastante simples: as preferências estéticas de homens e mulheres, meninos e meninas. É evidente que o sexo biológico é uma dimensão objetiva da nossa

existência: independentemente da nossa vontade pessoal, viemos ao mundo seja como indivíduos do sexo masculino, seja como indivíduos do sexo feminino, salvo em exceções como o hermafroditismo. É bem possível, ademais, que certas preferências de homens e mulheres sejam governadas por questões hormonais relacionadas ao sexo biológico. No entanto, não há qualquer lei biológica que determine a preferência da cor azul por meninos e da cor rosa por meninas, por mais "natural" que isso pareça em uma sociedade. Em um determinado sentido, portanto, dizemos que tais preferências são fruto de uma construção social: isto é, uma convenção simbólica que relaciona determinadas cores a determinados gêneros dentro de uma cultura ou tradição social. Há um alto grau de invenção nisso, pois outras culturas relacionam outras cores aos gêneros, como o vermelho para o masculino e o azul para o feminino.

Por outro lado, há certo grau de objetividade nessas preferências, já que, muitas vezes, a menina que prefere azul é vista com estranhamento pela sua família e amigos, e o menino que prefere rosa é habitualmente repreendido por pais, colegas e amigos. Da mesma forma, a recorrência de uma mesma preferência entre indivíduos de um mesmo sexo em uma sociedade sugere que não se trata de algo puramente subjetivo e particular de cada pessoa, mas uma realidade social que detém certa exterioridade e independência frente aos casos individuais.

Na vida social, portanto, os fenômenos possuem uma dupla natureza: por um lado, são subjetivos, isto é, dizem respeito às particularidades, vontades e representações de cada um. Por outro, são objetivos, isto é, sua frequência e recorrência sugerem que não dependem de um mero agregado

 |

ou soma das vontades individuais, mas sim de certos padrões que se repetem por meio de um processo de aprendizado cultural ou, como afirmava o sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002), de reprodução social.

TUDO BEM, MAS COMO FUNCIONA A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE?

Para a perspectiva construtivista, as realidades sociais são, ao mesmo tempo, exteriores e interiores ao sujeito. São exteriores na medida em que se referem a dimensões objetivadas do real, como as palavras que utilizamos (e não inventamos toda vez que falamos!), as regras morais que seguimos (às vezes, sem nos darmos

conta!) e as instituições às quais pertencemos (e que permanecerão existindo quando sairmos delas!). Por outro lado, são interiores aos sujeitos na medida em que tocam e permeiam nossas preferências estéticas, nossas decisões morais pontuais, nossas avaliações do que é certo e errado, etc.

Se não fossem interiores a nós, as realidades sociais jamais mudariam ao longo do tempo e seríamos como computadores ou zumbis programados pela sociedade. Mas, se também não fossem exteriores a nós, teríamos de convencionar todas as regras e pressupostos pelos quais vivemos a cada nova interação social, o que não só é absurdo como totalmente impossível. Você já imaginou se sua escola

tivesse de ser refundada a cada dia letivo? Ou se tivéssemos de combinar o significado de cada letra antes de começar uma conversa por Whatsapp?

Portanto, para que a vida social seja durável e estável, é necessário que incorporemos certas disposições subjetivas (gostos estéticos, valores morais, etc.) através de estruturas objetivadas, como a linguagem, a educação formal, as tecnologias de informação e comunicação, entre outras. Em geral, o que chamamos de senso comum – isto é, as representações mais genéricas e superficiais que uma sociedade tem da realidade, em um nível pré-reflexivo ou teórico – é o resultado mais visível do processo de incorporação das normas, padrões e representações que regem uma sociedade.

Ora, quanto mais reiteramos através de palavras e ações que meninos gostam de azul e meninas gostam de rosa, mais isto ganha concretude e objetividade, por mais arbitrário e convencional que seja em sua origem.

Além disso, mesmo quando falamos da dimensão mais objetiva e exterior possível da nossa experiência mundana, como as leis naturais que regem o movimento dos corpos e suas transformações de estado físico, precisamos passar por um processo de construção social e internalização dos instrumentos legados pela tradição para conhecer e versar sobre esta realidade. Em outros termos, precisamos aprender a manejar os signos convencionais da Matemática, o nome das constantes físicas e elementos químicos, etc.

COMO OCORRE A INTERNALIZAÇÃO DAS NORMAS E PADRÕES SOCIAIS?

Em sociedades tradicionais e/ou de pequena escala, o principal meio de internalização das normas, regras e convenções sociais é o grupo de parentesco. É por meio de seus laços familiares que os indivíduos ganham consciência de quem são, qual o seu papel e status na sociedade, assim como recebem a maior parte de conhecimentos e referências que os conduzirão na vida futura. É dentro da família, por exemplo, que meninos aprendem o conjunto de comportamentos esperados de um homem e as meninas, o das mulheres. Não raro, as brincadeiras de uns e outros possuem um componente importantíssimo de aprendizado e internalização destes comportamentos.

Por outro lado, o círculo de socialização primária representado pelo parentesco se complexifica em sociedades modernas ou de massa. Parte importante da internalização das estruturas e disposições sociais é delegada

à instituições como a escola, que se encarregam de inculcar e internalizar os valores e parâmetros básicos da vida social na mente das gerações mais jovens.

É importante destacar também que a incorporação destas estruturas e disposições sociais não se dá de maneira inteiramente verbal e expositiva, como em uma aula. Dito de outro modo, incorporamos diversos papéis, valores e representações sociais a partir do que o antropólogo e sociólogo Marcel Mauss (1872-1950) chamou de "técnicas do corpo", ou seja, os esportes, a etiqueta à mesa, as maneiras de se dançar e gesticular, etc., que são próprias de cada sociedade.

QUAL A RELAÇÃO ENTRE INTERNALIZAÇÃO SOCIAL E IDENTIDADE INDIVIDUAL?

O ser humano é de tal maneira dependente da sociedade que mesmo a consciência que ele tem de si próprio é, para todos os efeitos, socialmente construída. Vejamos: para nos referirmos a nós mesmos da maneira mais fundamental, isto é, dizendo a palavra "eu", já tivemos de internalizar algo objetivamente legado pela sociedade, qual seja, o significado do termo "eu" no conjunto de centenas de milhares de palavras que fazem parte do nosso vocabulário cultural.

Da mesma maneira, cada um de nós carrega consigo um nome pessoal, que, salvo raríssimas exceções, não foi escolhido por nós e deriva de uma escolha de nossos pais e familiares dentro de um conjunto de nomes – ou princípios geradores de nomes – herdados da tradição. Conforme vamos crescendo e nos relacionando com instituições sociais como a escola, o Estado e a universidade, vamos desenvolvendo preferências e gostos a partir daquilo que nos é oferecido pelo contexto social: músicas, comidas, esportes, etc.

É exatamente por isso que, para fins analíticos, os cientistas sociais fazem uma distinção importante entre indivíduo e pessoa. Indivíduo, neste sentido, é o ser humano particular enquanto realidade empírica, isto é, o fato de cada um de nós ser um exemplar individual da espécie Homo sapiens. Já pessoa é o indivíduo enquanto dotado de algum status e significação dentro de uma sociedade, seja em relação a seus grupos de socialização primária

(como a família) ou secundária (como o mundo da educação, do trabalho e da vida política).

Cada sociedade enfatiza um ou outro aspecto que mais se relaciona com seus valores e tradição cultural na construção dos indivíduos como pessoas. Assim, em nossa sociedade, quando alguém nos pergunta quem somos, normalmente respondemos qual nosso lugar na estrutura produtiva: onde ou com o que trabalhamos. Já em sociedades tradicionais, é mais frequente que se responda a que linhagem ou grupo familiar nós pertencemos, por ser o parentesco uma instituição social bem mais relevante que o mundo econômico nestes universos culturais.

E A QUESTÃO DO PODER?

Por fim, é importante destacar que o processo de construção social da realidade e da nossa própria identidade está sempre vinculado às relações de poder. Trocando em miúdos, desigualdades de diversas naturezas (materiais, simbólicas, etc.) são mantidas e reproduzidas pela objetivação de estruturas sociais determinadas e pela incorporação de princípios sociais de justificação da autoridade.

De acordo com Weber, ninguém jamais entraria em uma relação de dominação se, de alguma forma, não tivesse internalizado a ideia de que é correto, justo ou natural obedecer a outrem. Logo, podemos dizer que a autoridade – no sentido de dominação legítima – só se mantém enquanto tal por ser construída socialmente.

Assim, no contexto do feudalismo europeu da Idade Média, era preciso crer que a vontade de Deus legitimava o poder de senhores sobre seus servos como uma espécie de ordem natural das coisas, da mesma maneira que, nos dias de hoje, precisamos crer na racionalidade e razoabilidade da Constituição Federal e do processo eleitoral para que obedeçamos às leis votadas pelos políticos no parlamento e implementadas pelas autoridades constituídas, como policiais e juízes.

PARA SABER MAIS!

Livros:

- ✓ CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social. Bauru: Edusc, 2001.

> Neste livro, o sociólogo Philippe Corcuff expõe os principais conceitos envolvidos na discussão sobre construção social da realidade e analisa de maneira clara e sistemática o pensamento dos principais autores da escola construtivista. Trata-se de uma excelente introdução para ir além do básico!

Filmes e documentários:

- ✓ TED Talk Chimamanda Ngozi – "O perigo de uma história única". https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ

> TED Talk da escritora feminista nigeriana Chimamanda Ngozi sobre os perigos de uma única versão sobre a realidade. Em sua fala, a autora desenvolve de maneira interessante alguns princípios do construtivismo social, como a ideia de que tudo tem, ao mesmo tempo, um aspecto subjetivo e objetivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL (INEP). Manual de Capacitação para avaliação das Redações do ENEM (2013). Disponível em: <http://oglobo.globo.com/arquivos/manual-avaliadorENEM2013.pdf> Acesso em 23.02.2016.

BRASIL (INEP). A redação no ENEM 2013: Guia do Participante. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_de_redacao_enem_2013.pdf>. Acesso em 23.02.2016.

EDITAL Nº 10, de 14 de abril de 2016, ENEM 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2016/edital_enem_2016.pd>. Acesso em 13/07/2016.

SOCIOLOGIA

04

AS RELAÇÕES SOCIAIS NO CAPITALISMO

AS RELAÇÕES SOCIAIS NO CAPITALISMO

Quando você caminha pelas ruas do centro urbano da sua cidade, tudo o que você vê é igual? As pessoas são iguais? Usam as mesmas roupas, comem as mesmas coisas, entram e saem dos mesmos prédios, trabalham no mesmo lugar, moram em casas parecidas, falam e se comportam do mesmo jeito? Rapidamente, você diria: não! As pessoas são diferentes, ora bolas! Elas trabalham em lugares diferentes, não ganham os mesmos salários e não possuem a mesma educação e escolaridade. Nem todos têm acesso à mesma alimentação, às mesmas roupas e muito menos ao mesmo tipo de construção residencial. Aliás, as pessoas moram em territórios muito distintos uns dos outros. Alguns muito bonitos e cuidados, repletos de bons serviços públicos e privados; outros completamente abandonados pelo poder público, sem serviços básicos necessários à moradia e convivência digna.

Certo, nós estamos completamente de acordo com você: as pessoas são diferentes e habitam o mundo a partir dessas diferenças. Mas só isso explica a forma como vivemos hoje? Essa diferença apenas existe, assim, naturalmente?

Nós achamos que não. E não nos damos por satisfeitos com essa explicação quase natural do mundo. Acreditamos que você, curioso e inteligente que é, também quer ir além. É uma boa hora para lembrar do que estudamos na apostila de Introdução à Sociologia. Você se lembra das noções de naturalização da realidade e de senso comum? Tendemos a compreender o mundo a partir de explicações muito imediatas, sem muita crítica e reflexão. Agindo assim, reproduzimos pensamentos, conceitos e hábitos já enraizados na nossa sociedade, que naturalizam a realidade (como se as diferenças fossem naturais e imutáveis, por exemplo) e que podem nos levar ao reforço de muitos preconceitos. Chamamos isso de senso comum, por oposição ao senso crítico, estimulado pela sociologia, que nos ajuda a perceber como nossos pensamentos, ações e comportamentos são construídos no espaço e no tempo.

Agora, se adotarmos esse olhar crítico da sociologia, como explicaremos as observações que fizemos sobre o passeio pelo centro da cidade?

Vamos facilitar as coisas: imagine que você entra em um restaurante caro, onde há um buffet gigantesco, com comida em abundância e muitas pessoas bem vestidas consumindo. Na porta desse mesmo restaurante, no chão, uma mulher e duas crianças pedem dinheiro ou algum alimento que lhes forneça a força para

mais um dia de batalha. Com certeza, essa cena é muito comum nos grandes centros urbanos nacionais e internacionais. Mas você já parou para pensar por que algumas pessoas podem comer e vestir-se bem, enquanto outras não conseguem adquirir o mínimo para se manterem vivas? Muitos responderiam: “as oportunidades existem para todos, basta se esforçar, levantar cedo, correr atrás dos seus objetivos e deixar de ser vagabundo e preguiçoso”. Já sabemos que essa explicação não nos serve, pois, enquanto senso comum, ela nos leva a colocar a culpa sobre a pessoa, o indivíduo, cegando nossos olhos para questões mais amplas, profundas e complexas.

Até aqui, já descartamos a ideia de que existem apenas diferenças entre as pessoas e seus modos de viver em sociedade. Também queremos nos afastar de uma compreensão muito individualizante para explicar as diferenças, que ignora a história e as transformações sociais que ocorrem em uma dada sociedade. Agora, podemos chegar ao ponto que mais nos interessa: analisar e refletir sobre a sociedade capitalista, a sociedade em que todos vivemos, mas nem todos comem, estudam e trabalham, ou seja, nem todos satisfazem suas necessidades básicas.

Se vivemos em um mundo repleto de guerras, fome, violência e exploração, como podemos compreender as nossas relações nesse mundo? Mais especificamente, nos interessa questionar como chegamos até aqui e como as nossas vidas são determinadas por esse contexto, formado por extremas desigualdades no acesso à alimentação, saúde, educação, renda e outros tantos bens e serviços fundamentais.

O SURGIMENTO DAS DESIGUALDADES

Antes de entrarmos propriamente no tema específico a ser desenvolvido nesta apostila (as relações sociais no capitalismo), queremos explicar qual o caminho teórico que vamos seguir. Na apostila de Introdução à Sociologia você já aprendeu que, para analisar determinado fenômeno social, precisamos fazer um recorte da realidade e da teoria que nos ajudará na construção de nossa compreensão sociológica. Isso deve ser feito com honestidade, assumindo a nossa posição na escolha de um objeto e de uma teoria explicativa. Afinal, por mais que queiramos desconstruir o senso comum, o nosso olhar sempre será influenciado por nossas ideologias, valores e posicionamentos, não é verdade?

O pesquisador imparcial (que não possui ideologias, valores e ideais) é um mito. Na realidade, ele não existe. Daí a importância de sermos honestos e

deixarmos sempre claro de qual lugar estamos falando e o quanto esse lugar (social e historicamente construído) tem a ver com as nossas escolhas teóricas e analíticas.

Como vamos analisar uma sociedade específica, e o tipo de relações que existem nela, é importante escolhermos a teoria social (ou as teorias) que melhor nos ajude a compreender essas relações, aquela que julgamos mais adequada. Na apostila de Teoria Sociológica você vai estudar com profundidade as principais teorias sociológicas (clássicas e contemporâneas), e verá que a sociologia criou um vasto conhecimento sobre o mundo em que vivemos, com muitas interpretações sobre as sociedades e os homens que nelas habitam, trabalham, estudam, e as transformam. Por agora, queremos mostrar rapidamente como a escolha de uma teoria tem a ver com certas ideologias ou formas de compreender e se posicionar no mundo. Também queremos escolher a nossa para compreender o capitalismo.

Geralmente, quando falamos em sociedade, é muito comum usarmos o termo "sistema social". Assim, para alguns, a sociedade é um "sistema", com uma estrutura interna específica. Mas afinal, o que é um "sistema"? Imagine o corpo humano, com cabeça, tronco, membros e órgãos internos (coração, pulmões, rins, fígado, estômago, etc.). Cada parte e cada órgão tem a sua função vital dentro do sistema corpo. Se você retirar o coração deste corpo humano, ele vai continuar vivo? Sabemos que não, pois os órgãos funcionam em dependência uns dos outros. Ora, para os que entendem a sociedade como "sistema", é assim mesmo que ela funciona: como um conjunto de elementos diferentes que formam uma estrutura na qual todos têm a sua função. Esse "sistema" é mais perfeito quanto mais as suas partes exercem as suas funções e permanecem no mesmo lugar. Algumas partes são mais importantes que as outras, mas todas possuem a sua existência indispensável. Por isso que ela é denominada de "teoria funcionalista", ou seja, baseia-se na função de cada componente do "sistema social".

Você já deve estar sacando onde queremos chegar, não é? A impressão que temos é que a teoria do "sistema social" entende a sociedade como uma coisa que não muda nunca, que não se transforma no tempo. Ela é assim, sempre foi assim e sempre será assim. Lembra do restaurante chique, com pessoas ricas em seu interior e pessoas pobres pedindo comida na porta? Essa situação poderia muito bem ser explicada pela função que cada pessoa exerce: mesmo os mais pobres ocupam uma posição fundamental para a manutenção desse sistema naturalmente desigual. Além do mais, a teoria do "sistema social" não nos dá espaço para pensar sobre o passado e sobre as possibilidades de futuro da nossa sociedade. Percebam que parece haver uma armadilha: se as coisas são assim, como sempre foram, então elas não devem mudar. Ou seja, essa teoria não nos permite questionar como essa sociedade se constituiu como tal, quais foram as razões e interesses de certos grupos que fizeram com que ela chegasse a ser o que é, quais são as possibilidades de transformação possíveis e como os diferentes grupos que a constituem se relacionam em um contexto de desigualdade.

Uma segunda teoria, ao contrário da primeira, se aproxima mais de nossos interesses de reflexão e questionamento, embora ela também tenha seus pressupostos e ideologias. A teoria dos "modos de produção" afirma que nenhuma sociedade se constrói a não ser a partir do que produz, ou seja, daquilo que permite a sua sobrevivência, da maneira como seus integrantes conseguem as coisas para comer, beber, vestir-se e morar. Assim como não há ninguém que consiga viver sem comer, não há sociedade que se mantenha sem produzir. Com essa teoria em mente, temos espaços para pensar historicamente, ou seja, podemos nos perguntar de que forma determinada sociedade se organizou para produzir. O modo como as pessoas adquirem o necessário para a sua sobrevivência é o que chamamos de "modo de produção", que pode variar, no espaço e no tempo, conforme o modo como cada sociedade emprega a sua principal força para sobreviver: o trabalho. Não há sobrevivência, nem sociedade sem o trabalho. Ele é a força que transforma a natureza, altera o mundo social e cria relações sociais igualitárias ou de dominação e exploração.

Retomando: a forma como as diferentes sociedades do mundo surgiru ainda é um assunto muito discutido e debatido nas ciências em geral, mas um fator pode ser identificado como fundamental a todos os agrupamentos humanos: a produção para a sobrevivência. Isso significa dizer que todas as sociedades nasceram, cresceram e se complexificaram a partir do modo como conseguiram as coisas para viver. Mas como isso chegou a acontecer? Bem, as primeiras formações sociais eram de cooperação coletiva. Isso quer dizer que as pessoas cooperavam umas com as outras. Cooperavam como?

Imagine que você está perdido com seus amigos em uma floresta. Não há mais bateria nos celulares e, portanto, nenhum meio de comunicação para pedir ajuda. O que vocês fariam? Provavelmente, vocês se organizariam para conseguir comida e local seguro para dormir, dividiriam igualmente o alimento, a água e cuidariam dos doentes, de modo que todos ficassem bem e protegidos ao máximo dos perigos do mundo natural. Entre vocês, não existiria os que comeriam mais e melhor e os que passariam fome. Unidos, as relações sociais estabelecidas seriam coletivas, pois todos teriam acesso aos recursos básicos para a sobrevivência e uns ajudariam os outros.

Para muitos estudiosos, foi mais ou menos assim que as sociedades surgiram e se transformaram, ao mesmo tempo alterando o espaço natural de acordo com suas ferramentas e capacidades coletivas. Esse processo de transformação da natureza também transforma a própria realidade, de modo que a sociedade também vai sendo alterada ao longo do tempo, mudando as suas relações. Os instrumentos vão sendo aprimorados, a agricultura vai sendo controlada, assim como o espaço geográfico vai sendo dominado pela ocupação territorial.

É importante que você entenda que nem todas as sociedades vivenciaram essas mesmas transformações de forma linear ou evolutiva, pois cada uma resolveu suas questões à sua própria maneira. Nas sociedades tribais, aqui entendidas como sociedades de caçadores e coletores ou até mesmo as de agricultores e coletores, é impossível analisar a questão do trabalho sem considerar que todas as tarefas relacionadas à produção e ao trabalho, não estão separadas das festas, das artes, do parentesco, da economia, da religião e de todos os ritos e mitos que constituem essas sociedades. O que é mais interessante é que, há tempos, os antropólogos têm mostrado que as sociedades tribais satisfazem todas as suas necessidades materiais e sociais com o mínimo de horas de atividades relacionadas à produção. Isso significa que se dedicar cerca de 3 a 5 horas diárias de trabalho não implica em uma vida de privações: trabalha-se o necessário para se ter o necessário. Além do mais, para muitas sociedades tribais espalhadas pelo mundo, é a terra, a natureza como valor cultural, quem presenteia o homem com o alimento. Portanto, o trabalho, para esses grupos, está em relação com todos os outros elementos da sociedade e também com o meio ambiente, através de um profundo conhecimento das plantas e dos animais, da forma como crescem e se reproduzem. Nenhuma dessas atividades pode ser entendida separadamente, pois o tempo é utilizado tanto para descanso e diversão, quanto para caçar, pescar, plantar e colher, além das cerimônias e rituais que, na maioria dos casos, englobam todas essas atividades.

O aspecto mais importante das sociedades tribais é justamente esse sentido de unidade que não permite que o trabalho se destaque como uma atividade específica, tal como a conhecemos hoje. É somente quando o que chamamos de "econômico" começa a se descolar do resto para se tornar uma área específica que as coisas começam a mudar. Foi o que aconteceu no continente europeu, quando algumas sociedades, para enfrentar momentos de escassez, criaram formas de armazenar água e alimento. Esse armazenamento precisava ser vigiado por outras pessoas para que ninguém mexesse ou tentasse se apropriar indevidamente. Perceba que aqui temos um primeiro distanciamento entre os que produzem e os que cuidam do que todos produzem.

Essa mudança, que teria acontecido no III milênio antes da Era Cristã, marcaria o surgimento de sociedades desiguais, quando algumas pessoas passam a ser proprietários dos bens produzidos por outras. Mas não é só isso. Aos poucos, essa separação ocorre também entre os que detém os meios de produção (ferramentas, utensílios, matéria-prima, conhecimento) e os que não possuem nada além da força para trabalhar. Esse tipo de divisão social é a base do que chamamos de sociedade capitalista, marcada pela desigualdade entre as pessoas e também pelo que o pensador alemão Karl Marx chamou de contradição: até hoje, não se resolveu as necessidades humanas, mesmo que tenhamos condições para isso.

AS BASES DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Ainda hoje, pessoas comem bem, pagam caro por comida e vestuário, enquanto outros precisam implorar para ter acesso ao básico, exatamente como tem feito a família que conhecemos na porta daquele restaurante. E isso parece acontecer porque, até hoje, algumas pessoas são proprietárias das ferramentas, das máquinas, da matéria-prima, do conhecimento e das técnicas necessárias para produzir riqueza, enquanto outras continuam a possuir apenas a sua própria força para trabalhar. Essa força de trabalho vem sendo cada vez mais excluída e desprezada, principalmente por causa da tecnologia que substitui progressivamente o homem pela máquina. Mas fique esperto: esse tipo de estruturação da realidade social não é novo e nem se restringe às sociedades estritamente capitalistas. Essa relação de desigualdade, permitida pela concentração da propriedade privada e dos meios de produção nas mãos de algumas pessoas, vem sendo elaborada e reestruturada ao longo do tempo.

Na sociedade greco-romana, por exemplo, havia uma separação entre o trabalho braçal na terra, o trabalho do artesão e a atividade do cidadão que discutia política e democracia. Essa divisão ganha sentido quando consideramos a questão do trabalho e da escravidão no mundo greco-romano: tanto os trabalhadores braçais quanto os escravos viviam oprimidos pelos senhores e proprietários, que eram detentores não só da terra, das ferramentas, mas também dos corpos daqueles que os serviam. Essa relação de dominação era fundamental para que os cidadãos tivessem suporte material para participar das discussões políticas sem precisar viver de seu próprio suor.

Ainda na Europa, essas relações sofreram alterações significativas com as constantes rebeliões de escravos, a invasão de povos considerados “bárbaros” e a expansão do colonato (sistema no qual grandes proprietários cediam suas terras para pessoas pobres que, em troca, deveriam ceder parte da produção ao proprietário). Temos, assim, a queda do imenso Império Romano e a consolidação gradativa da sociedade feudal, estruturada em uma economia agrícola e em relações de servidão entre o senhor de terras (antigo chefe das tribos “bárbaras”) e o camponês, que deveria produzir para si e para o verdadeiro proprietário de todos os meios de produção. Nessa relação de servidão, os trabalhadores ocupavam as terras, mas não eram proprietários de nada, sendo obrigados a trabalhar na propriedade dos senhores e pagar tributos sobre a terra e a produção. É por isso que esse período da Idade Média se caracterizou por uma economia ruralizada e pela concentração dos poderes jurídicos, econômicos e políticos nas mãos dos senhores feudais, que eram os proprietários de tudo. A igreja católica (que arrecadava dízimos e não pagava impostos) também era muito poderosa e, com o poder espiritual, influenciava o modo de pensar e os comportamentos da

época. O seu poder também era econômico, pois também possuía grandes extensões de terra onde muitos servos também trabalhavam.

Precisamos lembrar que também existiam outras formas de trabalho no sistema feudal, como o artesanato, ainda que o trabalho na terra fosse o principal. A organização do artesanato nas cidades ocorreu pela associação de trabalhadores que dominavam diferentes ofícios, mesmo se o comércio fosse uma atividade muito fraca e restrita a alguns pequenos aglomerados urbanos. Aquelas associações eram conhecidas como corporações de ofício, onde um mestre controlava o trabalho dos artesãos, encarregado de pagar os direitos ao senhor feudal. Em seguida vinha o oficial, uma espécie de gerente, que fixava o tempo diário de trabalho e a remuneração, além de transmitir o conhecimento do mestre aos aprendizes, que eram jovens entre 12 e 15 anos situados na base da hierarquia da corporação.

Como podemos notar, quem realmente trabalhava eram as classes servis, enquanto os senhores feudais e a igreja viveram do trabalho alheio por mais de 10 séculos de sistema feudal. Sabemos, no entanto, que a história e a cultura são processos dinâmicos, em constante transformação, e que nada é eterno na história das sociedades. Com o tempo, tudo isso desmoronaria.

Veja que interessante: a “teoria dos modos de produção” nos ajuda a entender o processo histórico que está por trás daquela cena em que ricos comem bem e pobres imploram por comida. Das sociedades greco-romanas ao feudalismo, as relações de escravidão, dependência e servidão nos contam que uns trabalhavam para que outros vivessem sem muitos esforços braçais. Mas e hoje, qual a nossa relação com o trabalho? O que muda quando tentamos entender o modo como vivemos numa sociedade capitalista? O valor e os significados atribuídos às relações são os mesmos? Para respondermos essas questões, precisamos entender a definição de capitalismo e o seu processo histórico de constituição. Embora você já saiba como se formaram as suas bases e o seu aparecimento, como o conhecemos hoje, este foi um processo muito lento, influenciado por transformações no campo da religião, da política e da economia. Vejamos mais de perto como isso tudo aconteceu.

A EMERGÊNCIA DO CAPITALISMO

Podemos dizer que o capitalismo se constitui historicamente na Europa ocidental, mais especificamente na Inglaterra, um dos países onde as relações capitalistas se desenvolveram mais rapidamente. Mas quais foram as condições que propiciaram o seu surgimento?

A crise da sociedade feudal é um bom caminho para encontrarmos a resposta. No século XIV, muitas coisas atrapalharam o relativo sossego das aldeias

feudais. Muitas chuvas destruíram as colheitas em quase toda a Europa, o que provocou uma fome generalizada que matou milhares de pessoas, sem falar na Peste Negra, que também matou muita gente. Não podemos esquecer da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), principal e mais sangrenta guerra da Idade Média, que colocou os reinos da Inglaterra e da França um contra o outro, numa disputa centenária por domínios territoriais e por poder político e econômico, sendo considerado pelos historiadores como um evento que marcou a consolidação das monarquias nacionais inglesa e francesa.

A verdade é que todos esses acontecimentos fizeram com que a população europeia diminuísse muito. De acordo com muitos estudiosos, morreram cerca de 40% do total daquela população. Isso significou uma grande redução na principal força de trabalho na terra dos senhores feudais: os servos e camponeses. A consequência foi o aumento da exploração por parte dos senhores, que passaram a cobrar mais impostos e exigir mais tempo de trabalho para compensar a ausência dos que haviam morrido, sem se importar com as péssimas condições de vida dos que sobreviveram. Não demorou muito para que, no final do século XIV, muitas revoltas e insurreições camponesas contra o aumento da exploração se espalhassem pela Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Flandres e Espanha. Esses movimentos foram violentamente reprimidos e outros conseguiram algumas conquistas. Muitos camponeses continuaram resistindo passivamente, deixando de pagar os impostos ou adiando as dívidas. Aquela estrutura de dominação não aguentaria muito tempo a partir disso. Era o fim do modo de produção feudal.

Diante das revoltas camponesas, os servos foram liberados para comercializar seus excedentes nas cidades, produzindo agora nas terras arrendadas a eles pelos proprietários. Essa mudança tem a ver com o renascimento do comércio, provocado pelo surgimento de uma classe de comerciantes e artesãos que comercializavam seus produtos nos burgos, uma espécie de povoamento urbano que se desenvolveu paralelamente ao declínio das propriedades feudais (os feudos). Esses espaços de comércio cresceram por causa das trocas que eram realizadas entre um feudo e outro. Os produtores levavam seus produtos até o burgo, uma fortificação localizada dentro de um feudo, para trocar ou vender seus produtos. Você lembra dos mestres e artesãos das corporações de ofícios? Eram eles os principais comerciantes desses locais e, com o tempo, foram crescendo em poder econômico até formarem uma nova camada de mercadores enriquecidos, a burguesia (que vem de burgo), em busca de maior prestígio social correspondente à sua crescente opulência material.

Essas transformações foram necessárias para que algumas pessoas conseguissem acumular riquezas e investir na fabricação de mercadorias em outra escala de produção, voltada unicamente para vender no mercado. Esse processo é conhecido pelos historiadores como acumulação primitiva do capital. Perceba o que estava acontecendo: comerciantes que acumularam riquezas começaram a

aplicar o seu capital, financiando e organizando a produção de mercadorias através da organização do processo de trabalho dos artesãos. Se prestarmos um pouco mais de atenção, veremos o quanto isso é importante: se antes, nas "corporações de ofício", os artesãos ensinavam e aprendiam sob a supervisão de um mestre, comercializando o que produziam, agora eles estão a serviço de quem financia a produção, fornece a matéria-prima, as ferramentas e decide quantas horas por dia eles devem trabalhar. É partir desse momento que o trabalhador vai perdendo tudo o que possui para ficar apenas com a sua força de trabalho.

Rapidamente a manufatura ganha força como uma segunda forma de organizar o trabalho nas corporações de ofício. O que muda na manufatura é que as tarefas começam a ser divididas. Se antes um artesão fazia um sapato, agora ele prepara a sola, o outro produz a parte da frente, outro ainda confecciona a parte de trás, até que, ao fim, se tenha um sapato feito por todos, mas por nenhum em particular. Nessa nova divisão do trabalho, o trabalhador não possui mais o entendimento de como um produto é feito. Ele não é mais artesão. Ele é trabalhador. Ou seja: ele já não é dono da matéria-prima, das ferramentas e agora já não detém nem o conhecimento do processo de produção. Já não sabe mais como fazer um sapato. Tudo o que ele tem é justamente a sua própria força de trabalho, que se transforma na única mercadoria que ele pode vender.

As inovações tecnológicas que foram incrementadas ao longo do século XVIII abriram uma nova fase no capitalismo. Na Inglaterra, a máquina de fiar, a máquina a vapor e o tear mecânico trouxeram um grande impacto na produção têxtil, fenômeno que ficou conhecido como revolução industrial. Os músculos humanos e a força animal foram, aos poucos, substituídos pela energia a vapor. Também foram descobertas maneiras mais poderosas de obtenção e utilização de matérias-primas. A transformação de terras comuns em propriedades privadas aumentou a produção de pastagens para criação de ovinos que forneciam a lã e expulsou os camponeses para os centros urbanos. Nas cidades, essas famílias passaram a viver na miséria extrema, tornando-se disponíveis para qualquer tipo de trabalho, não importasse o quão baixo fossem os salários ou o quão longa fosse a jornada de trabalho. Também foram descobertas maneiras mais poderosas de obtenção e utilização de matérias-primas. Por fim, os trabalhadores e a produção foram agrupados em um único local: a fábrica. Entrávamos, assim, no período da maquinofatura e do capitalismo industrial.

Tudo isso revolucionou não só o modo de produzir mercadorias, mas também a forma como o trabalhador se relacionava com a produção. Já vimos que na manufatura (predominante no capitalismo comercial), as tarefas foram divididas, de modo que nenhum trabalhador pudesse conhecer todas as etapas da produção. Com as inovações tecnológicas, o trabalhador apenas alimentava a máquina e regulava o seu funcionamento, de modo que a força de produção se encontrava fora dele. Não eram mais as ferramentas que serviam ao trabalhador. Era ele que

agora servia à máquina, que o dominou e lhe ditou o ritmo de trabalho, impondo-lhe uma rotina monótona, regular e repetitiva que enriquecia cada vez mais os capitalistas.

LIBERALISMO, ESTADO SOCIAL E NEOLIBERALISMO

Fora desse contexto específico de mudança nas formas de produzir, outras coisas aconteceriam com maior intensidade no campo das ideias e das tecnologias de exploração capitalista. Com o desenvolvimento da navegação, novos centros comerciais vão se constituindo. Tempos depois, outros fatores aceleraram a expansão comercial: o tráfico de escravos africanos, a invasão e pilhagem de ouro nas Américas, a exploração das colônias e a guerra entre as nações europeias por maiores tributos e protecionismos alfandegários. Era um momento de escassez de metais preciosos na Europa, o que ameaçava as demandas comerciais. Além disso, a riqueza de uma nação era medida pela quantidade de metais preciosos acumulados.

Essa fase do capitalismo, que se estendeu até o século XVIII, ficou conhecida como mercantilismo, ou capitalismo comercial, um período no qual as principais nações europeias exploravam terras ultramarinas buscando acumular riquezas através do comércio de especiarias e matérias-primas não encontradas em solo europeu. O mercantilismo também representou ideias políticas e econômicas características do período. A principal era a de que o Estado, na figura do monarca absolutista, decidia os rumos da economia, ou seja, era um Estado intervencionista, que controlava o consumo interno, a produção, a entrada e saída de produtos, impondo normas rígidas para defender seus interesses.

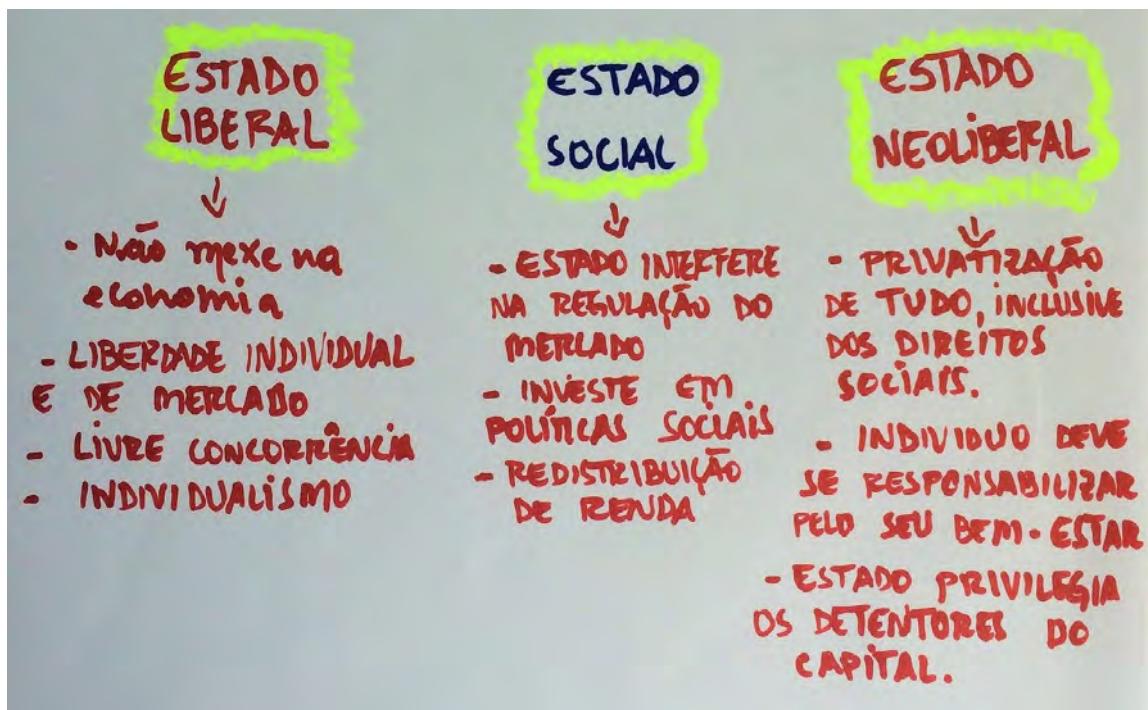
A partir do século XVIII, o mercantilismo passou a ser fortemente contestado por pensadores iluministas que defendiam que a riqueza de uma nação não deveria ser medida pela quantidade de metais, mas sim pela quantidade e qualidade dos bens disponíveis aos cidadãos. Essas ideias, que tiveram maior expressão nos escritos do filósofo Adam Smith, defendiam que o Estado não deveria interferir no mercado, limitando-se apenas a garantir a lei, a ordem e a defesa da nação, deixando que a economia se autorregulasse (essa ideia ficou conhecida como "teoria da mão invisível": uma mão que regularia o mercado sem a ajuda de nenhuma instituição estatal).

Nos estudos da disciplina de história, você já ouviu falar ou leu algo sobre a expressão "laissez faire, laissez passer"? Do francês, significa "deixai fazer, deixai passar". Era um lema dos que defendiam a total liberdade econômica. Essa liberdade era também individual e valorizava a iniciativa e a livre concorrência entre os indivíduos. Para Adam Smith, cada pessoa, ao trabalhar, estaria contribuindo

para o seu aprimoramento e progresso, melhorando suas condições de vida e contribuindo para o bem-estar de todos. Para ele, o trabalho era a verdadeira fonte de riqueza. Essas noções de livre-concorrência, liberdade de mercado, não-intervenção do Estado e trabalho como fonte de riqueza foram as bases do liberalismo econômico, que substituiu o mercantilismo pela ideologia do individualismo, da propriedade privada, e da liberdade e autonomia individuais.

Essas ideias liberais começaram a ser derrubadas já no final do século XIX, quando a concorrência entre indivíduos e empresas chegou no seu limite. Poderíamos até imaginar o cenário: muitas empresas enriquecendo e dominando o campo de disputa por mercado, enquanto firmas menores perdem espaço e vão à falência. Essas empresas maiores e mais fortes começaram a se fundir umas com as outras e a comprar as menores, provocando uma enorme concentração de renda nas mãos de poucas empresas dominantes. Não demorou muito para que essa disputa entre grandes empresas se transformasse em um conflito armado entre países, que se digladiavam por matéria-prima e mercado consumidor. Essas disputas, realizadas principalmente por nações européias, deram origem à Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Parecia cada vez mais impossível manter uma forma de organização social sem a intervenção do Estado na economia, como defendiam os liberais. Prova disso foi a emergência de duas novas formas de organização estatal na primeira metade do século XX: o Estado soviético e o Estado fascista. O soviético, implantando pela Revolução Russa (1917), caracterizou-se pelo enfrentamento das condições precárias dos trabalhadores, pela centralização política do Estado e pela propriedade socializada e coletiva como base da economia. Já o Estado fascista, era capitalista e mantinha a propriedade privada como um de seus fundamentos. Politicamente, o fascismo fundamentava-se na autoridade do líder da nação e na ideia de comunidade nacional. Todos que não fizessem parte dessa comunidade eram inimigos inferiores que deveriam ser eliminados. Foi a expansão militar do fascismo italiano e do nazismo alemão, tanto para o norte da África quanto para outros países europeus, que ocasionou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Após essa grande guerra, os fascistas foram derrotados e os vitoriosos formaram dois grandes blocos economicamente diferentes: os capitalistas, liderados pelos EUA, e os socialistas, liderados pela União soviética. Pela força da globalização e por problemas internos, o modelo soviético de Estado começou a ruir na década de 1980, embora essa forma de organização estatal tenha se mantido, com algumas diferenças, em países como Cuba, Coréia do Norte, China e Vietnã.

Os países do bloco capitalista, por sua vez, mantiveram a estrutura do Estado Liberal, mas realizaram algumas mudanças na principal característica desse modelo estatal: a não intervenção na economia. Buscando construir a economia ocidental

com a intervenção direta do poder público na regulação do mercado, esse modelo ficou conhecido como Estado de bem-estar social, ou apenas Estado social, sendo adotado nos EUA e em vários países europeus. Visando teoricamente o bem-estar da população, suas principais características são: redistribuição de renda, investimento em obras públicas, subsídio e regulação das atividades econômicas e garantia de moradia digna, educação, saúde, transporte público, trabalho e previdência. Para muitos estudiosos, esse modelo estatal pretendeu dar as condições necessárias para que a população se tornasse consumidora, o que manteria a produção capitalista sempre em alta. Era como se o Estado tivesse entrado no meio de campo para pintar as arquibancadas, reformar as traves, trocar as redes, cortar e regar o gramado para que o jogo pudesse recomeçar com mais eficiência, sem alterar, no entanto, o fato de que um time é muito mais forte e potente que o outro.

A partir de 1970, novas mudanças ocorrem na organização estatal. A crise do petróleo mostrou que o capitalismo enfrentaria novos desafios. Na Europa e nos EUA, o desemprego crescia muito rápido. Ao mesmo tempo que as empresas multinacionais precisavam se expandir, aumentava a dívida dos países em desenvolvimento, assim como cresciam os movimentos grevistas em quase todos os países europeus. Muitos analistas explicam que essa crise foi provocada pelos gastos do Estado com políticas sociais (moradia, saúde, educação pública, etc.), que geravam mais impostos e aumentavam a inflação. Com essa explicação, defendia-se que o bem-estar dos cidadãos deveria ser uma responsabilidade deles, que deveriam pagar pelos serviços utilizados, ou seja, era preciso privatizar os direitos garantidos pelo Estado. Era um claro retorno ao liberalismo clássico (aquele da “mão invisível”, lembra?), processo que ficou conhecido como Estado neoliberal e que teve maior expressão no governo e Margareth Thatcher (1979 a 1990), na Inglaterra, e de Ronald Reagan (1981 a 1991), nos EUA.

O mais interessante dessa fase neoliberal é que o Estado não deixou de intervir na vida política e econômica, como queriam os seus idealizadores. Enquanto os setores marginalizados da sociedade foram prejudicados com cortes em políticas de assistência, habitação, direitos trabalhistas, etc., o Estado manteve investimentos altíssimos no setor militar, nas grandes empresas e no sistema financeiro. Isso significa que as ações estatais começam a ser dominadas e definidas por grandes corporações produtivas e financeiras, fazendo com que as questões políticas fossem dominadas pelos interesses da economia e do lucro. Portanto, o neoliberalismo não quer dizer que o Estado deixa de intervir, mas sim que, na sua intervenção, ele passa a privilegiar e investir em outros grupos (os que

 |

são formados pelos detentores do capital) e não mais as pessoas em vulnerabilidade social.

NA FÁBRICA: AS FORMAS DE EXPLORAÇÃO E CONTROLE

Por tudo o que já vimos até aqui, podemos dizer que a emergência do capitalismo ocorre juntamente com o surgimento do trabalhador assalariado (que recebe um salário por empregar a sua força de trabalho em um produto que não é seu e do qual ele não terá nenhum lucro). Capitalista e trabalhador assalariado são, portanto, indissociáveis. Podemos inclusive afirmar que o trabalho assalariado, a propriedade privada e a divisão social do trabalho definem as sociedades capitalistas, deixando cada vez mais nítido aos nossos olhos as formas contraditórias de exploração do trabalhador.

Mas de onde vem essa ideia de exploração? Alguém poderia questionar isso, dizendo que existe uma relação entre iguais, ou seja, uma relação entre proprietários de mercadorias que ocorre a partir da compra e venda da força de trabalho. Mas essa suposta igualdade é apenas aparente. Você já ouviu falar em "mais valia"? Pois é... essa noção é uma chave para entendermos como a relação de exploração ocorre a partir do capitalismo industrial até hoje, de variadas formas. Pelas palavras do sociólogo Nelson Tomazi, vamos para o interior de uma fábrica para buscar maiores esclarecimentos. Na página 57, do livro Iniciação à Sociologia (1993), ele diz o seguinte:

O TRABALHADOR AO TRABALHAR NUMA DETERMINADA EMPRESA, ESTÁ DIZENDO AO SEU PROPRIETÁRIO QUE SE DISPÕE A TRABALHAR, POR EXEMPLO, OITO HORAS DIÁRIAS, OU QUARENTA HORAS SEMANAIS POR UM DETERMINADO SALÁRIO. [...] O QUE OCORRE, NA REALIDADE, É QUE O TRABALHADOR, EM CINCO OU SEIS HORAS DE TRABALHO DIÁRIAS, POR EXEMPLO, PRODUZ UM VALOR QUE CORRESPONDE AO SEU SALÁRIO TOTAL, SENDO QUE O VALOR PRODUZIDO PELAS HORAS RESTANTES É APROPRIADO PELO CAPITALISTA, O QUE QUER DIZER QUE, DIARIAMENTE, O EMPREGADO TRABALHA DUAS HORAS DE GRAÇA PARA O DONO DA EMPRESA. O QUE SE PRODUZ NESSAS DUAS HORAS A MAIS CHAMA-SE MAIS-VALIA.

Como você pôde ver, a mais-valia corresponde às horas trabalhadas e não pagas. Ela é o lucro que sobra depois de pagas todas as despesas. Vejamos de uma forma mais simples: o dono de uma fábrica vende um armário por 1500 reais. Vamos supor que para fazer esse armário, um operário gaste 8 horas e receba 50 reais por esse tempo de trabalho. O material utilizado custa 400 reais. Impostos, água e luz totalizam 200 reais. O total destes gastos, para o empregador, é de 650 reais por armário, sobrando-lhe um lucro de 850 reais. Você deve ter percebido que, se o empregado trabalha 6 horas por dia e ganha 50 reais por dia, e em um mês ele recebe cerca de 1300 reais, em menos de dois dias de trabalho ele já produz o valor referente ao seu salário mensal. São essas horas trabalhadas de graça que permitem o acúmulo de capital, o lucro e o enriquecimento do dono da fábrica. É por isso que chamamos isso de uma relação de dominação e exploração, pois embora o trabalhador venda a sua força de trabalho, ele não tem nenhum lucro. Ao contrário, a sua força é explorada ao máximo, sendo que aquilo que ele ganha permite apenas que ele reponha essa força para continuar sendo explorado. O trabalho é claramente uma mercadoria.

Para o pensador Karl Marx, é partir do momento em que os trabalhadores percebem essa exploração que os conflitos entre patrões e operários nos permitem

a compreensão de que o antagonismo de classes é inerente à sociedade burguesa. A divisão do trabalho, a desigualdade entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores e a percepção da exploração criaram, para Marx, duas classes sociais em luta constante: a burguesia (que detém o capital, ou seja, o lucro obtido da exploração) e o proletariado (que vive do trabalho assalariado). Novamente, você pode questionar: mas vivemos apenas nessa polaridade entre duas classes? E você teria razão nesse questionamento. Na verdade, essas duas classes são fundamentais, mas entre elas existe uma diversidade social e cultural enorme, com classes médias e intermediárias que precisam ser consideradas quando se pretende realizar uma análise sociológica da realidade social.

Não podemos esquecer, no entanto, que muita coisa mudou ao longo do século XX e essas mudanças também afetaram a forma de organização do trabalho. A principal alteração foi realizada pelo fordismo, em referência a Henry Ford, que em 1914 implantou, em sua fábrica de automóveis, um modelo de produção em série para consumo em massa, que seria seguido por muitas outras indústrias. Esse modelo estabelecia uma jornada de 8 horas de trabalho por 5 dólares ao dia, o que na época permitiria tempo livre para que o trabalhador suprisse todas as suas necessidades e inclusive adquirisse um automóvel na empresa. Que maravilha, você não acha? Só que não! Inspirado nas ideias de Frederick Taylor (1865-1915), para quem organização do trabalho a partir de princípios científicos aumentaria a produtividade, Henry Ford passou a adotar o uso mais racional possível das horas trabalhadas, controlando intensamente cada passo e atividade dos trabalhadores, mecanizando a maioria das atividades e implantando um sistema de recompensas e punições de acordo com o comportamento do operário no interior da fábrica.

Assim, o fordismo desenvolveu um sistema de planejamento para aprimorar e controlar a execução de tarefas, criando um setor específico que ficou conhecido como “administração de empresa”, que comandava, dava ordens e mantinha a hierarquia e a impessoalidade nas relações. Não interessava mais a capacidade ou especialização dos operários, mas sim o sucesso do planejamento de ordens e supervisão que vinham de cima. O maior objetivo desse processo era transferir para as mãos da gerência o controle da produção, tirando do trabalhador a capacidade de operar uma máquina, pois agora ele a operava conforme os administradores queriam. Estava concluída a expropriação ao máximo dos trabalhadores que, sem autonomia, dependiam dos gerentes e administradores.

Para evitar conflitos que poderiam resultar desse sistema de organização da produção, o professor norte-americano, Elton Mayo (1880-1924), desenvolveu medidas que garantissem o equilíbrio e a colaboração no interior das empresas. Entram em cena os especialistas em resolver conflitos, como psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, dedicados a criar uma atmosfera de apoio e segurança entre os trabalhadores que, por isso, deveriam trabalhar unidos como parte de uma comunidade à qual pertenciam. Essa ideia se tornou dominante em

todos os tipos de empresas, espalhado suas concepções para vários setores como escolas, famílias, clubes, igrejas e instituições estatais. Assim, o fordismo-taylorismo teria penetrado em todas as organizações sociais buscando o máximo controle e eficiência das pessoas.

"O SOL NÃO NASCE PARA TODOS": DESIGUALDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Agora já não é mais novidade para você que o capitalismo se constituiu a partir de relações de exploração de uma classe sobre a outra, e que tanto os Estados sociais quanto os neoliberais das sociedades capitalistas se consolidaram para solucionar as crises do próprio sistema capitalista. É a dinâmica de luta entre duas classes principais, que nos permite entender as desigualdades que nos atingem até hoje. Essas desigualdades se expressam na apropriação da riqueza (renda e propriedade privada); no poder político concentrado geralmente nas mãos dos que possuem grande poder econômico; no acesso desigual à educação e ao conhecimento e a outros bens culturais. Enfim, a desigualdade é constitutiva da sociedade capitalista, uma vez que o seu principal fundamento é a concentração das riquezas geradas pela sociedade nas mãos de elites econômicas, financeiras e políticas.

No século XX, os avanços científicos e tecnológicos transformaram a produção mundial, o que poderia ter diminuído as desigualdades sociais, mas, na realidade, não aconteceu. A fome no mundo não parou de crescer. Certamente nos espantamos ao saber que, em 2012, mais de 900 milhões de pessoas foram vítimas da fome crônica. A falta de alimentos e a desnutrição foram responsáveis por mais da metade das mortes de crianças menores de cinco anos, apesar de existirem no mundo os recursos suficientes para satisfazer as necessidades de toda a humanidade.

Mas as desigualdades não se manifestam apenas no acesso ao alimento, embora elas sejam mais fáceis de serem percebidas em situações extremas de pobreza e miséria. No Brasil, por exemplo, muitos estudos mostram que 1% dos mais ricos detém 27% de toda riqueza nacional. No âmbito da política, sabemos, por exemplo, que grandes empresários e proprietários de terras possuem muita força nas decisões do governo sobre políticas de direitos territoriais ou sobre qualquer medida que aponte para a reforma agrária.

Além disso, as desigualdades envolvem questões de gênero, de raça e cor da pele. Para se ter uma ideia, em 2005 a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou um relatório, argumentando que: metade da população feminina não tem emprego; dois terços dos analfabetos no mundo são mulheres; no mercado de trabalho, as mulheres ganham salários menores que os homens, mesmo exercendo

as mesmas funções e possuindo nível educacional superior; a violência, principalmente sexual, atinge uma a cada três mulheres no mundo. O recorte racial também é assustador. De acordo com o Mapa da Violência no Brasil (2014), ao longo dos últimos 10 anos, a taxa de homicídios de jovens negros teve um aumento de 38% no Brasil e, só em 2014, do total dos 30 mil homicídios de jovens, 23 mil foram perpetrados contra pessoas negras. Além de vivenciarem cotidianamente um processo de criminalização e extermínio, as negras e negros brasileiros são de longe os mais prejudicados quando o assunto é acesso à cidadania e aos espaços e poder e decisão política.

O sociólogo Max Weber defende que as desigualdades na sociedade capitalista são de ordem econômica (posses, bens e renda), social (prestígio de certos grupos em relação à profissão ou estilo de vida) e política (poder nas relações de dominação). O interessante de seu pensamento é que as pessoas podem ter posses e rendas, mas não ter nenhum poder político ou estilo de vida prestigioso. Outras podem ter poder nas relações de dominação, mas não podem possuir uma renda equivalente a essa posição. Outras ainda podem ter prestígio, como os cientistas e pesquisadores, mas não possuírem nenhuma renda. Com estes argumentos, Weber nos ajuda a entender que uma pessoa com renda e prestígio pode encontrar barreiras específicas se ela for negra, mulher, homossexual ou qualquer outra categoria considerada inferior dentro das hierarquias sociais, sexuais e raciais.

Para além dessas questões, também temos que olhar para os fenômenos que nos mostram uma situação bastante sombria para os trabalhadores de hoje. A automação (funcionamento por dispositivos mecânicos) que elimina o trabalhador do controle manual, exige que as pessoas estejam disponíveis para se adaptarem às mais variadas funções, caso contrário são facilmente despedidas. Essa situação cria uma incerteza e uma insegurança enorme, o que caracteriza o que chamamos de flexibilização nas formas de trabalho, quando o empregado regular, com contrato e carteira assinada, é substituído pelo trabalho autônomo, temporário, por curto prazo e terceirizado, provocando rotatividade da força de trabalho, ou seja, de pessoas que entram e saem de um mercado de trabalho altamente precário e que não garante nenhum direito.

Estaríamos diante de uma nova realidade na qual o trabalho já não significa nenhuma segurança. Mesmo os que possuem algum emprego estão sendo ameaçados ou invalidados por vários motivos, por terem idade avançada ou não terem qualificação profissional; pela constância do desemprego, só existem vagas em trabalhos instáveis e de curta duração; pela escassez de postos de trabalho; pela exigência de qualificação para um emprego, o que cria situações sem solução, exigindo experiências de jovens que, se não tiverem chance, jamais terão essa experiência. Jovens ficam pulando de estágio em estágio, de bolsa em bolsa, sem

esperanças de fixação em um posto de trabalho que também garanta direitos sociais.

Apesar de tudo isso, existem ideologias que defendem a ideia de que, se a principal marca do capitalismo é a desigualdade, também é preciso considerar a mobilidade social. A ideia de mobilidade social se explica basicamente pela possibilidade que um indivíduo possui de "vencer na vida". O problema é que as barreiras para que uma pessoa consiga mudar a sua condição social não são abertamente declaradas, mas estão escondidas nas interações sociais. Os dados que já mostramos acima revelam a ilusão das facilidades da mobilidade social. Por exemplo, como é possível que todas as pessoas possam ascender socialmente, se as mulheres com o mesmo nível de escolaridade ganham menos que os homens? Mesmo assim, é comum assistirmos nos noticiários as histórias de pessoas em situação de rua que entraram na universidade, de filhos de catadores de materiais recicláveis que passaram em concursos públicos ou de empregadas domésticas que por anos juntaram dinheiro e conseguiram comprar uma casa própria. Esses exemplos, glorificados pela mídia, espalham a ideia de que todo o indivíduo competente pode vencer na vida através de uma dedicação que só depende dele, da sua vontade e do seu empenho próprio, pois todos teriam a mesma oportunidade. Esse discurso esconde o fato de que a desigualdade é reproduzida cotidianamente e também está presente nas classificações históricas e sociais que compreendem os negros, as mulheres, os imigrantes, os homossexuais, etc., como seres inferiores e naturalmente desqualificados para exercer certas atividades e ocupar espaços de poder.

Desde o início da apostila, entramos em contato fictício com uma família, mãe e filhos, que pediam comida na porta de um restaurante luxuoso. E agora, depois de tudo o que aprendemos, como fica a discussão? As oportunidades existem para eles? Eles estão nessa situação porque não se empenharam em mudar de vida? Ou eles são a expressão das contradições inerentes à sociedade capitalista, desigual e repleta de privilégios aos detentores das riquezas do mundo? Aliás, nem sabemos se aquela família era composta por pessoas negras, o que explicaria com mais força o motivo pelo qual aquela mãe não encontrou saída a não ser pedir comida nas ruas, enquanto do outro lado da cidade, em bairros nobres, muitas pessoas nascem, crescem e morrem numa condição repleta de privilégios. Definitivamente, o sol não nasce para todos.

PARA REFLETIR:

Exercício 1 – A seguir você encontra a letra de uma música escrita em 1975. Observe as palavras sublinhadas e reflita sobre alguns aspectos da sociedade capitalista. O que as palavras nos dizem? Elas podem

nos contar a história do capitalismo? Como? Considere em suas reflexões as consequências da consolidação do capitalismo na vida das pessoas em seus cenários de trabalho, como as fábricas. Discuta isso com algum colega, amigo ou familiar.

Teia de Aranha (1975)

(Composição: Kledir Ramil)

Passo pelos corredores
Porque tenho de passar
Paro em frente a uma porta
Que me leva ao meu lugar
Abro e vejo um telefone
Um grito, um ronco de motor no chão uma cabeça
O sangue e a televisão
A arca de Noé e a porta da prisão
A fumaça, o pesadelo e eu solto um palavrão
No horário o escritório a bomba a ponto de explodir
No céu um astronauta
As portas da desilusão
A lua de neon e um deus que já morreu
Sou humano mas namoro um computador
O progresso engoliu a nossa paz
E a teia engoliu a própria aranha
E é por isso que o coqueiro só dá coco,
Só dá côco, só dá coco
Essa liberdade enlatada
Esse amor de borracha, escapou no outro lado
Essa luz nos meus olhos
Esse concreto armado, essa paz asfaltada
São coisas com cheiro de coração
E gosto de fel em brasa
Pode ser que amanhã faça sol

Exercício 2 – Após as suas reflexões, considerando o que já estudamos sobre a sociedade capitalista, marque V (para verdadeiro) e F (para falso) nos enunciados abaixo:

( ) A desigualdade social é uma questão natural, inerente a todas as sociedades, pois é necessário que cada um ocupe diferentes funções para que o sistema social funcione corretamente.

( ) A desigualdade social é inerente à sociedade capitalista, que se baseia na apropriação da força de trabalho, na dominação de uma classe sobre a outra, na propriedade privada e em relações de exploração.

( ) A revolução industrial transformou o modo de produção capitalista, reunindo o trabalhador no interior de uma fábrica sob baixos salários e longas jornadas de trabalho. Nesse processo, o trabalhador passa a servir a máquina, perdendo cada vez mais o conhecimento sobre as técnicas e as etapas da produção.

( ) O liberalismo econômico se caracteriza pela total intervenção do Estado na economia. Esse Estado seria a "mão invisível" que ajudaria os mais pobres a superar suas condições de exploração.

( ) O Estado social caracteriza-se pela forte intervenção na economia e pela redistribuição de renda, pelo investimento em obras públicas e outras políticas sociais que teoricamente visem o bem-estar da população.

( ) O Estado neoliberal é um retorno às propostas do liberalismo clássico, que defendiam o fim das desigualdades sociais.

( ) A mais-valia corresponde às horas gratuitamente trabalhadas pelo operário. São essas horas a mais que fornecem o lucro ao capitalista. Na análise sociológica, a mais-valia é uma das chaves para compreender a exploração na sociedade capitalista.

( ) O maior problema das sociedades capitalistas é que as pessoas não se esforçam para mudar de vida, pois não querem trabalhar nem estudar, mesmo que esteja claro que "o sol nasce para todos".

Respostas: F – V – V – F – V – F – V – F.

PARA SABER MAIS!

Filmes e documentários:

"Tempos modernos", Charles Chaplin (1936).

O filme é interessante porque mostra as estratégias de controle do tempo, dos métodos e dos espaços impostos pelo Taylorismo.

"Nós que aqui estamos por vós esperamos", Marcelo Masagão (1999).

Esse filme mostra imagens e memórias sobre o contexto histórico, econômico e cultural do século XX, incluindo seus episódios de guerras, de expansão industrial e de violências extremas.

"Eu, Daniel Blake", Ken Loach (2016).

O filme é perfeito para analisarmos os efeitos das políticas neoliberais sobre a vida dos indivíduos. Também é interessante para entendermos como a precarização do trabalho se manifesta em nossas vidas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DINIZ, Ariosvaldo. **A maldição do trabalho**. João Pessoa: Manufatura, 2004.

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia crítica**: alternativas de mudança. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. São Paulo: Atual, 1988.

TOMAZI, Nelson. **Sociologia para o Ensino Médio**. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

VIANA, Nildo. Introdução à Sociologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SOCIOLOGIA

05

POLÍTICA

POLÍTICA

Você acha importante estudar política? Isso tem alguma serventia para a nossa vida? Diante de tantas coisas acontecendo no país e no mundo, às vezes nos parece tão difícil compreender como as coisas funcionam e qual a razão disso tudo. Todos os dias, ligamos a TV ou acessamos a internet e parece que as notícias se repetem: guerras civis, violência urbana, confrontos armados, conflitos étnicos e religiosos, etc.; mas também lemos muitas matérias sobre corrupção, eleições, *impeachment*, golpes de Estado, ocupações de escolas, mobilizações sociais por melhorias na educação, na saúde, no trabalho e no transporte. Como é difícil encontrar lógica e sentido nisso tudo, não é verdade? Por isso, nosso objetivo aqui é mostrar para você que a sociologia e a ciência política podem, sim, nos ajudar a entender com mais amplitude as causas desses fenômenos que já se tornaram tão cotidianos para nós.

Governo, Estado, divisão de poderes, regimes políticos, democracia, ditadura, cidadania - são esses os temas-chave que guiarão a nossa discussão nesta apostila. Começaremos com um esclarecimento sobre a diferença entre Estado e governo, mostrando que o Estado é uma estrutura permanente que é administrada pelos governos que, por sua vez, são passageiros; em seguida conheceremos os diferentes formatos históricos do Estado moderno, desde a sua fundação até a atualidade, assim como as distintas concepções políticas e ideológicas que fundamentaram esses formatos; também nos deteremos nas formas e sistemas de governo, assim como os distintos regimes políticos existentes no mundo e que nos ajudam a entender como um Estado foi e é governado; igualmente, o estudo do poder político e sua divisão nos ajudará a compreender como o poder é exercido em uma sociedade democrática e em outros regimes políticos; por fim, retomaremos esses estudos para conhecermos algumas noções sobre direitos humanos e cidadania, com ênfase nas formas de conquista e de garantia dos direitos fundamentais no Brasil e nas principais democracias ocidentais.

Parece um cardápio apetitoso, não é? Esperamos que a sua fome de conhecimento tenha sido estimulada, pois o conteúdo a seguir é realmente imperdível. Boa leitura!

ESTADO E GOVERNO: QUAL A DIFERENÇA?

Imagine uma escola pública . Essa escola possui laboratórios, biblioteca, várias salas de aula, com muitas carteiras, quadro negro, material didático de todo tipo, refeitório, sala de professores, banheiros e tudo o que é próprio de uma instituição pública como essa. Muitas escolas públicas têm seus diretores eleitos pela comunidade escolar por voto direto. Uma vez eleitos, eles serão responsáveis pela gestão da escola por um determinado período, até que novas eleições ocorram. Nesse caso, o diretor ocupa um cargo político temporário. Ao longo da sua gestão, o diretor "governa" a escola, que é uma instituição estatal.

Agora imagine que esse diretor resolva levar para casa algumas mesas da escola, ou que ele tenha grande interesse por alguns livros e queira guardá-los na estante da sala. Ele poderia fazer isso? Não! E por qual razão? Justamente porque nada do que está na escola é sua propriedade privada. A escola é de todos. A escola é pública e por isso pertence ao Estado. Já temos aqui uma primeira diferença: o governo é a forma como se governa e se administra as instituições, os serviços e os recursos públicos; já o Estado seria o conjunto dessas instituições, desses serviços e desses recursos, que devem ser, na teoria, públicos e disponíveis à população de determinado território e nacionalidade.

Veja bem: os professores fazem concurso público para dar aula na escola, por isso eles trabalham para o Estado e assim serão até se aposentarem. O diretor, ao contrário, representa o governo, pois seu cargo é passageiro e sua função é administrar o que é público, ou seja, governar. Mas é importante lembrar que estamos usando a escola apenas como um exemplo para ilustrar melhor a diferença entre Estado e governo. Na prática, sabemos que as coisas são mais complexas. Por exemplo: para que uma pessoa concorra ao cargo de diretor, ela precisa ser concursada, isto é, ela é precisa fazer parte do Estado para governar.

Mas com os presidentes, deputados, senadores, governadores, prefeitos e vereadores é um pouco diferente: eles também são passageiros no governo, ficam por um determinado tempo, e qualquer pessoa que seja maior de idade e filiada a algum partido pode se candidatar ao governo. Eles também produzem e executam as leis e as políticas, que são colocadas em prática pelo conjunto de pessoas que trabalham no Estado. Então, por agora, podemos imaginar que o Estado é uma máquina que precisa ser administrada, ou governada pelos representantes eleitos. Para existir, essa máquina precisa de uma nação, um território específico e uma forma de governo que é soberana. Enfim, o governo é constituído por um grupo de pessoas que administra um país, um estado ou uma cidade. Nesse sentido, umas das diferenças é que o Estado é permanente, pois é um conjunto de instituições mais ou menos fixas (território, nação, leis, normas, etc.), e o governo é provisório. Os funcionários públicos ficam, os governos vão e vem.

A partir de agora, precisamos conhecer mais de perto a forma como um Estado funciona e a maneira com a qual ele governa, pois existem diferentes formas de Estado e formas de governo distribuídas no tempo e no espaço. Isso também quer dizer que por mais que o governo seja passageiro e o Estado (suas instituições) seja permanente, existem diferentes concepções políticas e ideológicas a respeito de como deve ser o formato de um Estado. Vamos conhecer algumas delas? O que elas propõem e como surgiram?

OS FORMATOS HISTÓRICOS DO ESTADO MODERNO:

A frase acima foi dita pelo monarca francês Luís XIV (1638-1715). Em seu reinado, este homem deteve o poder absoluto sobre todas as atividades econômicas e também sobre a justiça e o exército. Tudo era centralizado na figura e no poder de um homem só: o monarca absolutista. Aliás, podemos dizer que o Estado moderno surgiu com a monarquia absolutista, que representou um verdadeiro grito de “tchau queridos senhores feudais”. Você lembra que, na apostila sobre Relações sociais no Capitalismo, nós estudamos a passagem do feudalismo para o capitalismo, quando uma série de revoltas e transformações mais amplas, como o crescimento das cidades e do comércio, arruinaram o poder concentrado nas mãos dos senhores feudais? Depois disso, a construção de uma nova forma de organização do poder foi feita por um processo que podemos chamar de centralização e concentração do monopólio da violência sobre a população; da justiça; dos impostos e da administração do patrimônio público.

São essas mudanças que caracterizam o Estado moderno tal como o conhecemos hoje, embora ele tenha assumido diferentes organizações ao longo do tempo, de acordo com os conflitos, as ideologias e as transformações em jogo.

O Estado absolutista, implantado na Europa a partir do século XIV, representou essa centralização radical do poder nas mãos de uma única pessoa. Esse poder absoluto sobre tudo era justificado por muitos estudiosos e pensadores da época. O inglês Thomas Hobbes, por exemplo, foi um dos teóricos políticos que fundamentou esse tipo de Estado, afirmando que esse poder sobre os indivíduos era necessário para equilibrar o contexto de disputa, ambição e egoísmo da vida em sociedade. A igreja católica também atribuiu um direito divino e uma autoridade sagrada aos reis, que passaram a ser vistos como representantes de Deus na terra.

Como já vimos em apostilas anteriores, o Estado liberal surgiu como oposição ao Estado absolutista, exaltando os valores do individualismo, da liberdade e da propriedade, defendendo que o Estado não deveria interferir de modo algum nas atividades econômicas, limitando-se apenas a garantir a ordem e a segurança para que o mercado se autorregulasse através da livre concorrência. Perceba a diferença: no absolutismo era um único homem, soberano, que decidia sobre todos os setores da vida das pessoas, incluindo a economia. O liberalismo quis acabar com isso no objetivo de fazer com que cada indivíduo tivesse a liberdade de decidir sobre a sua vida, sob todos os aspectos.

Adentrando a primeira metade do século XX, as duas grandes guerras mundiais não só sinalizaram os limites de uma livre concorrência desenfreada do capitalismo (a “guerra de mercado” se transformou em guerra armada), como também nos fizeram conhecer um dos formatos mais violentos de Estado: o totalitário. Os maiores exemplos de Estado totalitário são o nazismo, na Alemanha de Adolf Hitler, e o fascismo, na Itália de Benito Mussolini. No totalitarismo, a base econômica era capitalista, com o reforço da propriedade privada, mas não havia nenhuma liberdade de crítica política: ninguém poderia se opor ao líder máximo do governo. Além disso, todos deveriam obedecer ao governo, respeitando seu princípio de autoridade. Uma de suas principais características era o uso legítimo da violência como instrumento político, assim como a eliminação de todos os grupos considerados racialmente e geneticamente inferiores, como negros, homossexuais, eslavos e judeus.

No meio disso tudo, a Revolução Russa, ocorrida em 1917, permitiu o surgimento do Estado socialista, que buscou privilegiar as necessidades dos trabalhadores urbanos e rurais, que passaram a se organizar em propriedades coletivas. Ao contrário da economia de mercado capitalista, onde o mercado supostamente se autorregularia a partir de oferta e demanda, no Estado socialista

a economia é planificada, ou seja, a produção era fortemente controlada por programas que definiam quanto e como produzir, de acordo com as necessidades da população. Todo o poder político era organizado em torno do Partido Comunista e só os filiados a esse partido tinham o direito à participação política. A soberania do Partido não permitia oposições e as manifestações contrárias ao governo também foram reprimidas com a mesma intensidade observada nos totalitarismos da Europa.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, assistimos ao surgimento do Estado de bem-estar social, implantado nos EUA e na maioria dos países europeus, onde o Estado passou novamente a regular a economia, centralizando algumas atividades e investindo no bem-estar da maioria da população. Um dos princípios básicos desse tipo de organização política e econômica do Estado é o de que qualquer pessoa, desde o seu nascimento até a morte, tem o direito a bens e serviços que devem ser garantidos pelo Estado. Esse modelo, que se expandiu e se fortaleceu no período pós-guerra, também representou um acordo entre três elementos fundamentais das sociedades capitalistas: o proletariado, o patronato e o Estado, que atuaria como mediador no objetivo de atender os interesses dos trabalhadores e dos capitalistas. Também podemos afirmar que, dessa forma, o Estado mantinha condições mínimas para que a população se tornasse consumidora, o que manteria a produção sempre elevada.

No Brasil o Estado de bem-estar social não foi implantado em sua plenitude. Embora tenhamos conquistado alguns direitos, principalmente no âmbito das leis trabalhistas e previdenciárias, o Estado brasileiro, sobretudo a partir da década de 1970, buscou "tapar buracos" para satisfazer algumas necessidades de setores desprotegidos, colocando em prática políticas assistencialistas, ou seja, que buscavam apenas remediar as mazelas do povo, sem de fato contribuir para o acesso pleno da população a elementos básicos como saúde, saneamento e educação primária.

Após a crise do petróleo da década de 1970, esse modelo passou a ser substituído pelo Estado neoliberal, retomando novamente a ideia de que o Estado deveria interferir o mínimo possível na vida das empresas e dos indivíduos. Agora, eram as pessoas que deveriam arcar e responder por seus sucessos ou seus fracassos, sem nenhuma ajuda ou apoio do Estado. Isso era justificado pela afirmação de que o Estado gastava muito com políticas sociais e controlava demais a vida econômica. Mas um dos principais resultados do modelo neoliberal aplicado no Brasil acabou sendo a privatização de empresas, em negocioações onde só puderam ter sucesso investidores privilegiados na sua relação com o governo brasileiro da época, com pouco controle e regulação sobre as obrigações dessas futurações empresas privadas - como aconteceu no Brasil a partir da

década de 1990. Este modelo também não foi capaz de elevar a qualidade de vida da população como um todo, apenas melhorando pifiamente alguns aspectos (como os sistemas de comunixação de telefonia, por exemplo).

Essas são as principais formas históricas que o Estado moderno tomou desde o seu nascimento no berço da monarquia absolutista.

Com isso, podemos dizer que o Estado moderno tomou distintos formatos desde o seu nascimento, embora tenha mantido suas características fundamentais: o idioma comum de um povo, a delimitação de fronteiras e de um território, a soberania governamental sobre esse território e sua população, um exército permanente, a aplicação da justiça, burocracia, centralização e unificação administrativa.

Já conhecemos as mudanças de organização e de concepções sobre o papel do Estado ao longo do tempo. Mas você deve estar se perguntando: “e o governo?”, “quais são as formas de governar o Estado? Existem diferenças ou em todos os lugares e tempos o Estado foi administrado da mesma forma?”. É isso que veremos a partir de agora, prestando atenção nas diferentes formas e tipos de governo existentes, além dos regimes políticos adotados.

FORMAS, SISTEMAS E REGIMES POLÍTICOS DE GOVERNO

Primeiro, temos que saber a diferença entre formas, sistemas e regimes políticos de governo. Você pode achar até confuso, mas na seção anterior nós conhecemos as diferentes organizações e concepções de Estado ao longo da modernidade. Basicamente, existem duas formas de governo, que significam a

maneira como ocorre a instituição do poder na sociedade e o modo como o governante se relaciona com os governados. Essas formas podem ser a Monarquia ou a República. Essas formas de governo podem acontecer em sistemas de governo específicos, como o parlamentarismo ou presidencialismo, que representam o modo como o poder de decisão é distribuído entre os governantes de um país. Essas formas e sistemas de governo podem adotar diferentes regimes políticos, que podem ser o regime democrático ou o autoritário e que dizem respeito a como o poder é exercido pelo governo.

A Monarquia pode ser de absolutista, em que o poder está concentrado nas mãos de uma única pessoa, ou parlamentarista, na qual o monarca apenas representa e responde pelo Estado, enquanto o governo fica nas mãos do parlamento, que tem o poder de tomar importantes decisões políticas que são sancionadas pelo monarca. Os países que atualmente adotam essa forma de governo são: Bélgica, Dinamarca, Espanha, Reino Unido, Suécia e Japão, entre outros. Também existe a monarquia constitucional, que reserva um pouco mais de influência ao rei, que exerce pessoalmente o poder em conjunto com um parlamento sem muita força nas decisões. Nesse caso, o rei é um chefe de Estado cujos poderes são regulados por uma constituição. Já a chefia de governo fica a cargo de um primeiro-ministro, que responde por políticas internas e externas de um país. Essa forma de governo é vigente em países como Luxemburgo, Kuwait, Tailândia, Malásia, Marrocos, Lesoto e Camboja, entre outros.

Já a República é uma outra forma de governo na qual o governante é eleito ou indicado para assumir o poder durante um determinado período. A República pode ser tanto presidencialista (como é o caso do Brasil) quanto parlamentarista. No sistema presidencialista, criado nos EUA e adotado por

diversos países, tanto o Estado quanto o governo estão nas mãos do presidente, escolhido diretamente pela população. No sistema parlamentarista, o governo está nas mãos do primeiro-ministro e do seu gabinete, enquanto o presidente é somente um chefe de Estado que tem um papel mais simbólico de representar a continuidade do poder estatal. Os membros do parlamento são eleitos por voto popular e, depois dessas eleições, o parlamento escolhe o primeiro-ministro. As principais nações que adotam a República parlamentarista são: Alemanha, Áustria, Bulgária, Croácia, Eslovênia, Etiópia, Finlândia, Grécia, Índia, Iraque, Sérvia e muitos outros.

Se Monarquia e República são formas de governo, parlamentarismo e presidencialismo são sistemas de governo, como funcionam os regimes políticos no interior destas formas e sistemas? Tenha em mente que, por exemplo, uma República (forma de governo) pode ser presidencialista (sistema de governo) mas não ser democrática. Ela pode ser ditatorial! Nem toda a República adota um regime democrático. A República brasileira adota hoje a democracia, mas já teve longas décadas de ditadura civil-militar. Então, um regime político é basicamente a maneira pela qual o governo exerce o seu poder na sociedade; essa maneira pode ser democrática, em que as decisões residem na vontade da maioria da população, ou anti-democrática (como ocorre nas ditaduras e em outros regimes totalitários), quando os direitos são suspensos, incluindo a liberdade de pensamento e de expressão e, com frequência, os opositores reprimidos pelas forças governamentais. Assim, podemos elencar alguns dos principais regimes políticos existentes: democracia e ditadura.

Em geral, uma democracia precisa ter alguns elementos fundamentais para ser caracterizada como tal. Ela deve ter eleições competitivas, livres e transparentes. A maioria da população adulta deve ter o direito ao voto garantido e total liberdade na escolha de seus candidatos. Deve também garantir os direitos políticos e as liberdades civis dos cidadãos. Mas existem formas de democracias que se diferenciam quanto ao alcance do poder de um povo nos rumos do país. Existem democracias diretas, em que a população é ouvida diretamente sobre quais decisões o Estado deve tomar. Na democracia indireta (a mais comum), um representante é escolhido pela população para que administre os seus interesses. O mais importante é que em um regime democrático, teoricamente, os cidadãos têm um forte poder de interferir na vida política e tomar decisões importantes.

Em um regime ditatorial, os direitos são limitados e qualquer movimento contrário a regime é reprimido. Por exemplo: no Brasil, a ditadura militar (1964-1985) foi instaurada a partir de um golpe militar com apoio de parte da sociedade civil, inconformada com as reformas e políticas sociais, com a crescente politização dos trabalhadores e com os sinais de que uma democracia política se consolidava no país a partir da década de 1950. O golpe militar pôs fim aos

debates políticos, ideológicos e culturais que ocorriam no período. A maioria dos partidos políticos foram fechados, manifestações de movimentos sociais foram proibidas, a imprensa foi censurada, os opositores do regime foram presos, outros foram expulsos do país e o congresso nacional (onde as leis são produzidas e votadas) foi fechado, por ordem direta dos militares no poder.

Perceba que, em uma República com regime ditatorial, todas as principais características de um regime democrático são reduzidas: praticamente não há direitos, não há liberdade de expressão artística nem de pensamento. Alguns estudiosos dividem as ditaduras entre autoritárias e totalitárias. A ditadura autoritária buscaria a obediência passiva e a despolitização da população, fazendo com que ela não tenha motivações para falar ou se envolver com assuntos políticos. Por sua vez, na ditadura totalitarista há um esforço político para que a população se mobilize em apoio ao regime e passe a uma "obediência militante", apoiando e aderindo com entusiasmo à ideologia do regime. Ao que parece, a ditadura brasileira parece ter misturado o autoritarismo e o totalitarismo, pois ao mesmo tempo em que proibia as pessoas de discutirem e de se envolverem na política, perseguindo violentamente os movimentos de oposição, também utilizava os meios de comunicação para convencer a população de que a ditadura era boa para o país e de que era necessário concentrar todo o poder de decisão (criação, execução e fiscalização das leis) nas mãos dos generais.

O PODER NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Desde a Constituição de 1988, três anos depois do fim do regime ditatorial, o Brasil passa a ser definido como um Estado Democrático de Direito. Mas o que isso quer dizer? Basicamente, significa que nesse Estado estão garantidos os direitos sociais e individuais, a liberdade, o bem-estar, a igualdade e a justiça – tudo aquilo que é desmanchado em uma ditadura militar. Enfim, o Estado Democrático de Direito busca garantir, pela legislação vigente, o respeito aos direitos humanos fundamentais. Além disso, nessa concepção de Estado, ninguém está acima da lei, em teoria. Até mesmo o presidente, que seria a maior autoridade política do país, deve se sujeitar ao que está previsto na Constituição.

Outra característica do Estado Democrático de Direito é que o poder é dividido de forma harmônica entre os poderes legislativo, executivo e judiciário, sendo que esses poderes não podem ter mais força uns sobre os outros. Mas o

que eles representam ? Quais as funções desses poderes em uma democracia presidencial como a nossa?

A ideia de que os poderes devem ser divididos entre os representantes de Estado e de governo se opõe, justamente, ao modelo absolutista (no qual o rei detinha todos os poderes sobre a criação, execução e aplicação da lei) e também ao regime ditatorial, como aconteceu no Brasil quando o congresso foi fechado, ficando o presidente com todos os poderes em mãos. Mas é necessário definir melhor essa distribuição de poder tal como ela ocorre hoje no país.

O Brasil é uma República Federativa. É uma República porque possui um presidente eleito diretamente pela população, e Federativa porque está dividida em unidades federativas - os estados e o distrito federal. Nestes estados, quem governa são os governadores, que também são escolhidos pelo voto da população, assim como os prefeitos, responsáveis pelo governo municipal. Juntos, eles representam o Poder Executivo, que tem a função de executar as leis, colocá-las em prática, cobrar impostos, decidir onde será gasto o dinheiro público, etc., sempre de acordo com as leis vigentes.

Enquanto o Poder Executivo executa as leis, há um outro poder que tem a função de produzir essas leis visando o melhor funcionamento da sociedade: é o que chamamos de Poder Legislativo. No Brasil, temos diferentes níveis de alcance de poder da legislação, ou seja, temos leis municipais, estaduais e federais. Na esfera federal, o Poder Legislativo é representado pelo Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados, onde atuam os deputados federais e os senadores); na esfera estadual, é representado pelas Assembleias Legislativas (onde atuam os deputados estaduais) e, na esfera municipal, o exercício desse poder é responsabilidade da Câmara de Vereadores. Em todas essas instituições, emendas e projetos de leis são propostos, votados, aprovados ou reprovados.

Para que essas leis sejam criadas e executadas, precisamos também de fiscalização para saber se estão sendo cumpridas corretamente e se estão respeitando os direitos dos indivíduos e dos grupos da sociedade. Chamamos esse poder fiscalizador de Poder Judiciário, composto por juízes e promotores de justiça, que verificam se as leis estão sendo aplicadas e cumpridas. Além disso, o Judiciário pode reprovar as leis que são aprovadas pelo Legislativo e Executivo. O poder judiciário é representado pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Superior do Trabalho (todos na esfera federal) e por diversos tribunais de justiça na esfera estadual.

LUTA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Olhando para o funcionamento dos poderes, assim, tão bonitinhos e harmônicos, percebemos que eles foram criados para garantir o cumprimento da lei, o respeito e a garantia de nossos direitos. Embora os direitos básicos de todos os cidadãos devam ser garantidos pelo Estado, será que na prática é assim mesmo que funciona? Tanto a garantia dos diretos no papel (reconhecidos na Constituição) quanto na prática (a sua aplicação por meio de leis específicas) são frutos de um processo histórico marcado por muitas lutas e mobilizações sociais.

É possível afirmar que é somente com a Revolução Francesa (1789) que as ideias de liberdade, igualdade e fraternidade foram declaradas universais, reconhecidas para todos os homens do planeta. Apesar dessa universalidade, as mulheres não eram reconhecidas como detentoras desses direitos. Quase dois séculos depois, as atrocidades e os horrores das duas grandes guerras do século XX fizeram com que os direitos humanos fossem publicados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi escrita pela Organização das Nações Unidas, em 1948, quando foi anunciado que todos os seres humanos nascem livres e iguais. Essa declaração reconheceu direitos de liberdade e de igualdade a

todos os seres humanos. Um dos aspectos mais importantes desse texto é que ele coloca os direitos humanos acima de qualquer poder existente nos países do mundo: nenhum Estado ou governo tem poder absoluto sobre os seus cidadãos. A partir de então, esses cidadãos possuem direitos universais que, se violados, serão investigados por órgãos internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, entre outros.

Hoje, a maioria dos países ocidentais adota os princípios dos direitos humanos, garantindo os direitos civis, políticos e sociais para todos, mas é importante lembrar que, embora esses direitos estejam inspirados na ideia de liberdade, não podem ser considerados universais porque cada país os concebe e adota diferentemente. Por isso dizemos que eles se inspiram nos direitos humanos. Os direitos civis são todos os que se referem às liberdades individuais: direito à vida, à liberdade de expressão, de pensamento, de igualdade perante a lei, de ir e vir, etc. O fundamento dos direitos civis é que as pessoas tenham a liberdade de fazer escolhas na vida em relação à religião, ao trabalho, à família, ao local de moradia, sem nenhum impedimento de ordem racial, econômica, religiosa, sexo ou opinião. Já os direitos políticos dizem respeito à participação política, ou seja, a participação no poder e nas decisões tomadas pelo governo. Referem-se, basicamente, aos direitos de se manifestar, de protestar, de organizar e se filiar a partidos e a movimentos sociais, de votar e ser votado em igualdade. Por último, os direitos sociais são os direitos à educação, à saúde e assistência, ao trabalho, ao salário digno, à justiça, à habitação, ao transporte e à previdência social.

O conjunto e a garantia dos direitos civis, políticos e sociais é o que chamamos de cidadania. Mas você acha que é possível o exercício da cidadania plena se não temos alguns desses direitos assegurados? Por exemplo, se você tem acesso à saúde e educação - direitos sociais - mas vive sob constante ameaça de violência, ou seja, tem seu direito à vida desrespeitado, é possível exercício de cidadania plena? Muitas vezes, estarem escritos em um documento oficial não é o bastante para assegurar o cumprimento dessas regras, por isso é necessário que as pessoas pressionem os governos para que todos os direitos sejam respeitados. A cidadania, por isso, não é uma coisa dada, ela é construída e conquistada dentro de um processo histórico de participação política.

Você já parou para pensar que, para você ter muitos dos seus direitos individuais hoje, tais como liberdade de opinião e expressão, poder sair livremente pelas ruas, votar para presidente, prefeito e vereador, trabalhar independente de seu gênero ou condição social, ter férias e décimo terceiro, estudar em escola pública, andar de ônibus e ainda ser atendido no posto de saúde, muitas pessoas tiveram que se organizar, ir às ruas, protestar e exigir esses direitos no passado? Mas por que tem que ser assim? Ora, por mais que sejamos

todos "iguais" perante a lei, você acha que a igualdade é efetivamente reconhecida entre nós? Ou ainda muitas coisas precisam mudar para que sejamos tratados como iguais?

A partir dessas reflexões, percebemos que pensar cidadania implica em pensar sobre os nossos direitos e consequentemente, sobre a violação dos mesmos. É daí vem a necessidade de cobrar os direitos que estão no papel, pois a história nos mostra que os direitos sempre foram para poucos no Brasil.

Em relação aos direitos políticos nem se fala! Na história brasileira eles sempre foram muito restritos. Para se ter uma ideia, desde 1824, apenas os homens acima de 25 anos e que tivessem renda acima de 100 mil réis podiam votar. Imagine em um país extremamente pobre e analfabeto naquela época! Apenas 13% da população tinha o direito de votar. Mais tarde, em 1881, a câmara de deputados aprovou uma lei que impedia os homens analfabetos de votarem e aumentava a renda para 200 mil réis, o que restringiu ainda mais o direito ao voto. Essa situação não mudou com a instauração da Primeira República (1891) e, com direitos civis e políticos quase inexistentes, era impossível que direitos sociais também fossem garantidos. No máximo, alguns auxílios sociais eram realizados por instituições religiosas que ajudavam os mais necessitados, mas o Estado praticamente não se envolvia.

Somente em 1920, cem anos após a independência do país, alguns direitos políticos foram conquistados, como os direitos de organização, manifestação, escolha de trabalho e greve. Essas conquistas foram fruto da luta dos trabalhadores (muitos imigrantes que trouxeram na bagagem a experiência de lutas e organização sindical dos desdobramentos da revolução industrial na Europa) das grandes cidades brasileiras. Mesmo assim, esses trabalhadores sofreram muita repressão da polícia, pois eram vistos como baderneiros e não como pessoas que estavam lutando pelos seus direitos.

A partir de 1930, principalmente na Era Vargas (1930-1945), os direitos sociais tiveram alguns avanços, especialmente em relação às reformas trabalhistas, com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), garantindo a jornada de 8 horas, o direito às férias remuneradas e salário mínimo, além da regulação do trabalho feminino e infantil – direitos que já vinham sendo reivindicados por trabalhadores desde o início do século. Apesar disso, os direitos civis e políticos continuaram restritos ou abolidos. A constituição de 1946, no entanto, determinou que homens e mulheres maiores de 18 anos poderiam votar, desde que não fossem analfabetos.

No entanto, a partir de 1964, com a instauração da ditadura, a liberdade civil e política sofreu fortes restrições. Os direitos básicos foram violados e essa

ausência de direitos era legalizada pelo próprio governo militar, que publicava Atos Institucionais que proibiam as greves e permitiam que as pessoas fossem presas sem motivo evidente, que as residências e que as correspondências fossem violadas. Nesse período, que durou até 1985, alguns direitos sociais foram garantidos pela criação de um sistema unificado de previdência social, beneficiando inclusive empregadas domésticas e trabalhadores autônomos, além de tentativas de financiamento para a compra da casa própria, com a fundação do Banco Nacional de Habitação. Por isso, é comum ouvir pessoas que viveram na época da ditadura dizerem que era um tempo de muitos progressos. Mas será que é por acaso que esses direitos foram assegurados, enquanto temos tantas outras denúncias de violações de outros direitos de outras parcelas da população?

Mobilização pelas liberdades e direitos políticos durante a ditadura basileira (1979). Fonte: Em.com, 2014.

Apesar das tentativas de mascarar a falta de direitos, muitos grupos continuaram resistindo e lutando pela democracia. Com o fim da ditadura, a Constituição de 1988, pela primeira vez na história do país, garantiu a plenitude dos direitos civis, políticos e sociais, deixando claro que o Estado está a serviço de sua população e que a cidadania não será mais abolida ou suspensa. Os direitos humanos ganharam destaque nessa Constituição de 1988, pois nos últimos anos uma onda de luta por esses direitos tomava conta do país e do mundo.

Mas e hoje, você acha que os direitos humanos e a cidadania plena são garantidos em nossa sociedade? Todos têm direito à vida, à organização política e à educação, saúde, etc.? Para responder a essas questões, é importante levar uma

coisa em consideração: nós vivemos em uma sociedade capitalista que tem a desigualdade social como um de seus principais pilares. Nesse sentido, até que ponto todos terão a oportunidade de serem iguais, quando sabemos que existe desigualdade de poder entre as classes sociais?

E os direitos humanos? Eles são universais? Essa discussão é bem complicada. Como podemos ver, os direitos são um campo de batalha e de lutas por poder. Quer um exemplo? Muitos estudiosos fazem uma crítica aos direitos humanos porque, ao se declararem universais, acabam passando por cima de outras formas culturais de entender direito e a justiça espalhadas pelo mundo. Se em determinada cultura existe a tradição de resolver os conflitos e de punir os homens a partir de rituais religiosos que podem decidir pela expulsão de um "criminoso" da comunidade ou mesmo pela morte de uma pessoa, os direitos humanos passariam por cima desta tradição. Nesse caso, esses direitos teriam o poder de dominação e de controle sobre determinados coletivos humanos. Por outro lado, eles também contribuem para que muitos grupos passem a lutar por seus direitos, denunciando violações, injustiças, contestando a dominação e lutando também por influência nas decisões políticas, ajudando a criar grupos de pessoas conscientes de seus direitos e identificadas umas com as outras por meio de uma luta comum.

É por tudo isso que os direitos humanos são vistos como um campo de batalha. Por mais que estejam garantidos por uma Declaração de Direitos Humanos, ainda assim não é o suficiente para que eles sejam respeitados e, por isso, é importante a reflexão sobre mobilização social. Não é uma reflexão fácil de ser feita e também não há respostas fechadas sobre esse assunto. Se já temos noção do quanto esse tema é complexo e exige sempre muitas reflexões para não cairmos no senso comum, também já temos muitos elementos para pensar e refletir. Esse é o lado fascinante da Sociologia: a reflexão e revisão constante de nossas próprias ideias.

EXERCÍCIOS

1 – Nessa apostila você aprendeu sobre algumas diferenças entre Estado e governo. De acordo com o que você aprendeu, observe os enunciados abaixo:

I - Os empresários do setor imobiliário prometem entrar na justiça para barrar as políticas públicas de habitação colocadas em prática pelo governo federal. Na opinião dos empresários, essas políticas afetam diretamente o mercado imobiliário, que poderia gerar muito emprego se tivesse a devida atenção do governo.

II – Em nota, os professores da rede pública declararam que continuarão em greve, mesmo que o governador tenha anunciado o corte de salário para os grevistas.

III – Nas manifestações contra o aumento da passagem em São Paulo, a polícia agiu com muita violência contra os manifestantes, utilizando gás lacrimogêneo e até balas de borracha.

IV – Historiadores comprovam que a rede Globo de televisão apoiou sistematicamente a ditadura militar.

V – A partir de hoje, os funcionários públicos estaduais comemoram o aumento de 8% no salário. Essa conquista, anunciada pelo governo estadual, é fruto de mais de 3 meses de greve do funcionalismo público.

VI – A brigada militar foi homenageada pelo governador Tarso Genro. A cerimônia ocorreu na última sexta-feira, após a prisão em flagrante de uma quadrilha de roubo de carros.

Responda: qual (ou quais) desses enunciados expressa(m) uma relação entre setores do Estado e representantes do governo, respectivamente? Marque com um X a resposta correta:

( ) apenas I e VI, pois fica claro que Estado e governo tanto entram em conflito quanto promovem homenagens públicas.

( ) apenas II, pois mostra uma relação entre professores, que são representantes do governo, e o governador, que é funcionário público do Estado.

( ) somente II, V e VI, pois nesses enunciados fica claro que funcionários públicos, como professores e policiais, que representam os setores do Estado, estão em relação com os representantes do governo, como os governadores.

( ) apenas III, uma vez que a polícia é o Estado e os manifestantes representam o governo.

( ) Todos os enunciados estão corretos, pois mostram o embate entre governo, Estado e sociedade civil.

2 – Você aprendeu que o Brasil é uma República Federativa, com presidente eleito pela população e com administração distribuída entre governo federal, estadual e municipal. Você também aprendeu que vivemos em um regime democrático com poderes distribuídos harmonicamente entre as diferentes esferas de governo: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Em relação a esses poderes, enumere abaixo as afirmativas que definem cada um deles:

1 – Executivo.

2 – Legislativo.

3 – Judiciário.

( ) Fiscaliza as leis. Tem o poder de verificar se as leis estão sendo cumpridas e aplicadas devidamente. Esse poder é representado pelo Supremo Tribunal Federal, pelo Supremo Tribunal da Justiça, pelo Tribunal Superior do Trabalho e por diversos tribunais de justiça na esfera estadual.

( ) Executa as leis. Tem o poder de colocar as leis em prática. É representado pelo presidente, pelo governador e pelo prefeito.

( ) Tem o poder de criar e votar leis nas esferas federais, estaduais e municipais. Esse poder é representado pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, pela Assembleia Legislativa e pela Câmara de Vereadores.

3 – Observe atentamente a imagem abaixo:

IMAGEM 3: COPACABANA ABRE ONDAS DE PROTESTOS CONTRA TEMER DURANTE JOGOS OLÍMPICOS.

Como sempre, as imagens nos fazem refletir muito. Veja que um homem carrega um cartaz reivindicando os direitos conquistados. Mas por que ele faz isso, se em tese os direitos já foram conquistados? Para responder, escreva um pequeno texto com as suas próprias reflexões, explicando por qual motivo o homem da imagem está lutando por direitos que já foram conquistados. Antes de escrever, converse com familiares, colegas, amigos ou professores, mostre a imagem para eles, conte um pouco do que

você aprendeu na apostila, discuta com eles e coloque o resultado do debate no papel. Lembre-se que o objetivo da Sociologia é desconstruir compreensões fechadas e definitivas sobre o mundo.

Não esqueça de incluir na sua reflexão os seguintes aspectos:

- Os direitos humanos são universais, mas na vida real todos são iguais?
- Os pontos positivos e as críticas possíveis aos direitos humanos e ao modo como funciona a democracia.
- Como os direitos foram conquistados no Brasil?
- Qual a relação entre mobilização social e garantia de direitos?

Bons estudos!

PARA SABER MAIS!

Filmes e documentários:

"O que é isso, companheiro? ". Bruno Barreto, 1997.

Esse filme retrata os movimentos de resistência contra a supressão dos direitos civis durante a ditadura militar no Brasil.

"O menino e o mundo". Alê Abreu, 2013.

Essa animação brasileira conta a história de um menino que sai de casa à procura do pai e se depara com duro contexto de uma cidade grande, violenta e desigual.

"Sem pena". Eugênio Puppo, 2015.

Este documentário retrata o sistema carcerário brasileiro, suas limitações e desafios. A obra também realiza reflexões sobre a função da cadeia e a noção de justiça presente em nossa sociedade.

Respostas:

Exercício 1: c

Exercício 2: 3, 1, 2

Exercício 3: reflexão livre.

REFERÊNCIAS

LEMÕES, Tiago. **Vigiar, defender e lutar: sobre direitos e intervenção nas margens do Estado**. Anais da XI Reunião de Antropologia do Mercosul. Montevideo, Uruguai, 2015.

PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de saber história**. 3. Edição. São Paulo: FTD, 2015.

RIBEIRO, Gustavo L. Cultura, Direitos Humanos e Poder. Mais além do império e dos humanos direitos. Por um universalismo heteroglóssico. In: FONSECA, C. (Org.) **Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.29-48.

SAILLANT, Francine. Pour une anthropologie critique des droits humains. In: SAILLANT, F.; TRUCHON, K. (Orgs). **Droits et cultures en mouvements**. Québec: Presses de L'Université Laval, 2013, p. 7-22.

SIQUEIRA, Alessandro Marques de. "Estado Democrático de Direito". **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 2009, 31 dez. 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12155>. Acesso em: 3 abr. 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. São Paulo: Atual, 1988.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TOMAZI, Nelson. **Sociologia para o Ensino Médio**. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

WACQUANT, Loïc. Marginalité, ethnicité et pénalité dans la ville néolibérale: une cartographie analytique. In: HILGERS, M. (Org). **État néolibéral et régulation de la pauvreté urbaine selon Loïc Wacquant.** Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 2013, p. 27-35.

SOCIOLOGIA

06

SOCIEDADE BRASILEIRA

SOCIEDADE BRASILEIRA

Todo mundo sabe que a realidade brasileira é bastante complexa. Nos dias atuais, com tanta informação correndo de um lado para o outro nas redes sociais, tornou-se ainda mais difícil dar sentido a toda essa confusão e explicar minimamente as origens, causas e razões dos problemas que nos afligem como sociedade e como país. Neste sentido, o intuito dessa apostila é apresentar algumas tendências de interpretação da sociedade nacional que são cultivadas desde o início do século XX, especialmente num campo de estudos conhecido como **Pensamento Social Brasileiro**.

Veremos de que maneira alguns autores-chave das Ciências Sociais brasileiras, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, Caio Prado Jr., Darcy Ribeiro, entre outros, procuraram refletir sobre as razões históricas, culturais, econômicas e sociais que fizeram do Brasil o Brasil. Ao final, discutiremos também o processo de criação de uma identidade nacional brasileira a partir da apropriação oficial de certos emblemas culturais outrora marginalizados e desvalorizados devido à sua origem popular.

O LEGADO COLONIAL

Um dos principais lugares-comuns sobre a sociedade brasileira é o de que sua cultura é fruto de três matrizes civilizacionais diferentes: a matriz ameríndia ou indígena, representada pelos habitantes originais do continente americano antes da chegada dos colonizadores; a matriz europeia, legada pelos conquistadores portugueses e pelos demais imigrantes oriundos do velho continente, ao longo dos séculos XIX e XX; e a matriz africana, oriunda da diáspora negra decorrente da escravidão. Esta constatação, no entanto, nos diz pouca coisa, já que o simples reconhecimento de um elemento indígena, um elemento branco e um elemento negro na formação sociocultural do país deixa em aberto as características da interação entre essas três matrizes e o modelo de **integração étnica** associado a este encontro de civilizações.

Da mesma maneira, é comum associarmos algumas características que entendemos negativas da vida social e política brasileira – como o "jeitinho" nas relações com o poder, a recorrência de casos de corrupção de agentes públicos, a pouca dissociação entre as esferas pública e privada – como consequências da colonização portuguesa ou latina. No entanto, assim como no caso da integração

étnico-racial, exploramos pouco de que maneira a colonização portuguesa gerou todos esses aspectos que consideramos negativos, assim como nos deixamos cair facilmente na ideia de que outros modelos de colonização (o anglo-saxônico, sobretudo) estariam imunes dos mesmos problemas que identificamos em nossa sociedade.

Em linhas gerais, portanto, podemos dizer que os esforços do pensamento social brasileiro se dedicaram a tornar essas associações mais claras e nítidas, assim como organizar um pouco melhor essas impressões derivadas da nossa autoimagem que circula no senso comum.

A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL

Quanto à questão étnico-racial, é preciso destacar que, no início do século XX, alguns pensadores identificados com o chamado **racialismo** acreditavam que várias mazelas da sociedade brasileira, como seu subdesenvolvimento capitalista, seus altos índices de criminalidade, etc., derivavam da mistura entre as raças. Para o racialismo, a humanidade se dividia em raças diferentes, cada uma das quais possuidora de características e virtudes próprias. Neste sentido, defendiam que a mestiçagem, ou mistura entre elementos de raça diferentes, desencadeava um processo de enfraquecimento ou degenerescência dos caracteres virtuosos de cada linhagem, enfatizando apenas os caracteres ruins. Obviamente, esta teoria caiu por terra, já que era pseudocientífica e não coadunava com a realidade. Mesmo assim, permaneceu por muito tempo no senso comum a ideia de que o Brasil era uma sociedade pobre e pouco desenvolvida devido ao seu alto grau de mestiçagem, representada pela figura tipicamente nacional do "mulato".

Foi com o intuito de combater essa percepção racista e derrogatória da sociedade brasileira que o antropólogo e historiador pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987) propôs um modelo alternativo de interpretação das origens mestiças do nosso país, alegando que a colonização portuguesa – ao contrário da anglo-saxônica nos Estados Unidos, por exemplo – mais incentivou do que combateu a miscigenação, produzindo uma matriz civilizatória diferente e original nos trópicos.

Para Freyre, ainda que os elementos negro e indígena vivessem em condição subalterna no contexto colonial, a interação destes dois mundos com o universo branco era bastante intensa, especialmente nos primeiros séculos da colonização. Um dos resultados deste modelo de integração

racial, segundo Freyre, seria a transformação da cor em marcador social fundamental no Brasil. Assim, enquanto na sociedade norte-americana nós podemos falar de um racismo de **sangue**, no qual a presença de um elemento não branco na ascendência de alguém já é suficiente para fazê-la ser reconhecida como negra, no Brasil vigora o modelo do racismo de **marca**, em que se destaca seu tom de pele no contraste com a outra pessoa da interação.

Os críticos de Freyre alegam que ele teria criado o mito de que o Brasil vive em uma "democracia racial", na qual, no limite, não haveria racismo. De fato, sua abordagem tende a deixar de lado a extrema violência da escravidão e da dominação portuguesa sobre as populações não brancas. Mesmo assim, chama atenção para aspectos bastante particulares da sociedade colonial brasileira, em especial a intensa interdependência entre os universos da "casa grande" e da "senzala" em um mesmo organismo social.

O PATRIMONIALISMO

Outro importante eixo de análise desenvolvido pelo pensamento social brasileiro são as origens e a dinâmica do patrimonialismo que nos caracterizaria enquanto sociedade. Em termos gerais, poderíamos classificar o patrimonialismo como a tendência a enxergar o patrimônio público, ou do Estado, como parte do patrimônio privado ou particular. Assim, aquilo que seria destinado ao usufruto de todos, é apropriado por uns poucos para seu usufruto próprio. A corrupção e o "jeitinho", elementos tão presentes na autocrítica que o senso comum faz da própria sociedade brasileira, teriam origem nessa estrutura patrimonialista derivada da nossa colonização.

De acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), em seu livro **Raízes do Brasil**, o fato da colonização do nosso país ter sido legada inicialmente para agentes privados, dedicados ao enriquecimento próprio e ao acúmulo imediato de riquezas, teria produzido uma sociedade excessivamente personalista e baseada na influência pessoal sobre as relações sociais, muito mais do que na obediência a um processo civilizatório claro e/ou a um corpo conciso de leis. Neste sentido, Buarque de Holanda alega que o patrimonialismo e o personalismo que caracterizam a sociedade brasileira seriam obstáculos para a consolidação da democracia.

Este argumento coincide com o desenvolvido pelo jurista Raymundo Faoro (1925-2003) em seu livro **Os donos do poder**. De acordo com Faoro, a colonização do Brasil teria ficado a encargo de agentes privados, cujo poder era exercido de maneira despótica e baseado em redes familiares e clientelísticas de influência. Esta tendência é bastante clara quando percebemos que a primeira forma de divisão territorial do país se deu através de **capitanias hereditárias**, nas quais o donatário figurava praticamente como proprietário privado das terras a serem colonizadas.

Ao longo do tempo, este caráter patrimonialista da colonização brasileira teria dado origem ao que Faoro chama de **estamento patronal** da sociedade nacional, isto é, um conjunto de famílias e/ou linhagens tradicionais que detêm o poder político e econômico sobre determinadas regiões, ajustando seu exercício de poder às novas estruturas políticas e econômicas que o Brasil viveu ao longo de sua história.

A VOCAÇÃO PRIMÁRIO-EXPORTADORA

Em suas análises da realidade brasileira, Freyre, Buarque de Holanda e Faoro deram ênfase a aspectos que poderíamos classificar de superestruturais ou histórico-culturais. Em grande medida, aspectos que explicam certa mentalidade do tipo comum brasileiro e formas de ele agir no mundo e dotá-lo de sentido. Todavia, autores como Caio Prado Jr. (1907-1990) e Celso Furtado (1920-2004) enfatizaram traços mais infraestruturais da sociedade nacional, isto é, concernentes às estruturas econômicas e à vocação primário-exportadora do Brasil derivada da época colonial.

Por vocação primário-exportadora, podemos entender a tendência de colocação do Brasil na economia global como fornecedor de matérias primas. Logo, sempre em uma condição de subalternidade e dependência em relação às economias centrais. Desta forma, um processo de industrialização da sociedade nacional só poderia vir com um grande esforço interno de resistência a esta vocação primário-exportadora, cujas origens são identificadas no modelo de colonização imposto pelos portugueses ao longo da colonização.

De acordo com Caio Prado, o sentido da colonização do Brasil foi exploratório, ao contrário do que ocorreu em colônias de povoamento como no nordeste dos Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia e Austrália. O foco no enriquecimento rápido e na pilhagem dos recursos naturais teria,

ademais, acentuado o desprezo da sociedade brasileira pelo patrimônio público, já que o importante sempre fora o enriquecimento e o benefício privado.

Assim, o foco da atividade econômica em terras brasileiras sempre se orientou no sentido de abastecer o mercado mundial de bens primários ou matérias-primas: primeiro o açúcar do nordeste, depois o ouro e, já no período pós-independência, o café. Logo, todos os aspectos superestruturais da sociedade brasileira identificados pelos autores precedentes (modelo brasileiro de integração social, patrimonialismo, etc.) poderiam ser entendidos como derivações dessa infraestrutura econômica, que permaneceria primariamente vocacionada mesmo após o fim do período colonial.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

O que nos faz sentir brasileiros? Toda nação possui alguns emblemas e símbolos que, na condição de referência culturais, fazem com que seus membros se sintam parte de uma mesma totalidade social e histórica. Contemporaneamente, muitos são os emblemas culturais prototípicos da sociedade brasileira, como o futebol (ou melhor, uma maneira específica de jogá-lo e de torcer pela seleção ou por determinadas equipes), o samba, as paisagens naturais abundantes, etc.

Há, contudo, uma série de identidades regionais em nosso país com seus próprios emblemas culturais, como a música sertaneja no centro-oeste e no interior paulista e mineiro, o chimarrão e a mística do gaúcho no sul, o forró no nordeste, etc. Como tudo isso é integrado? Como se constrói uma unidade brasileira em meio a tanta diversidade?

O PROBLEMA DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

A preocupação em se criar uma identidade nacional brasileira vem desde a época do Império. Quanto a isso, é importante lembrar que logo após a independência do Brasil, em 1822, nem a unidade, nem a integridade territorial do império estavam garantidas, haja vista as imensas distâncias que separavam a então capital da Monarquia, o Rio de Janeiro, das demais

províncias. Além disso, muitas regiões do país, como o norte, mantinham vínculos muito mais estreitos com a antiga Metrópole (Portugal) do que com o centro sul do novo país, o que demandava por parte das elites nacionais a formação urgente de um espírito propriamente nacional.

Ao longo do I Reinado, a figura quase sagrada do Imperador era o que mantinha, simbolicamente, todas as províncias unidas. Com o regresso de D. Pedro I a Portugal, entretanto, esse elemento simbólico de unificação nacional foi perdido, o que abriu espaço para inúmeras revoltas de caráter regional, como a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e a Cabanagem na Região Amazônica.

Mesmo assim, diversos intelectuais da época imperial procuraram forjar algum espírito nacional unificado. Entre os expoentes do movimento literário romântico, por exemplo, enfatizou-se o encontro entre a natureza americana e a civilização europeia como marco definidor da identidade brasileira, representados nas figuras ao mesmo tempo opostas e complementares do indígena e do português. Esta romantização do índio, no entanto, escamoteava a real situação dos mesmos durante o período colonial e mesmo no pós-independência, submetidos à espoliação das suas terras e a um vigoroso processo de extermínio cultural e linguístico. Da mesma maneira, a imagem de brasilidade forjada pelos intelectuais românticos não dava grande espaço para o elemento negro, ainda submetido aos grilhões da escravidão.

Posteriormente, a Guerra do Paraguai (1864-1870) abriu espaço para que um espírito identitário nacional fosse forjado face ao confronto com um inimigo externo. Centenas de milhares de populares foram enviados para a Região do Prata como voluntários, muitos deles escravos aos quais fora prometida a liberdade como recompensa. Neste sentido, o teatro de guerra serviu de forja para um sentimento de identificação entre elementos vindos de províncias diversas, que passaram a identificar no elemento militar o esteio da nacionalidade.

Após a Abolição da Escravidão, em 1888, não só o novo lugar dos negros na sociedade brasileira entrou na ordem do dia, mas também a importância do seu legado cultural e espiritual para a identidade nacional. É importante destacar que muitos dos atuais elementos que identificam o brasil no plano simbólico têm origem africana ou afro-brasileira (capoeira, samba, feijoada, etc.), o que nos impõe pensar de que maneira estes elementos culturais outrora desvalorizados e deixados de lado passaram a significar o Brasil como um todo, inclusive perante o exterior.

O ESTADO NOVO E A INVENÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

Entre 1889 e 1930, o Brasil foi governado por uma coalizão de elites regionais denominada "República Velha", que perpetuava a vocação agrário-exportadora do país e poucos esforços fazia em prol da sua industrialização e do aperfeiçoamento da cidadania. Em 1930, esta coalizão foi desfeita e subiu à presidência o gaúcho Getúlio Vargas (1882-1954), sustentado por uma aliança entre oligarquias dissidentes, progressistas sociais, positivistas do exército e reformadores de diversas naturezas, dentre os quais os chamados "Tenentes".

Os Tenentes eram oficiais de baixa patente do exército que, inspirados pelos escritos do filósofo positivista Auguste Comte, entendiam que o Brasil necessitava superar a dominação de suas oligarquias arcaicas para tornar-se uma nação desenvolvida. Muitos tenentes simpatizavam com a ideia de uma ditadura "esclarecida", isto é, que aplicasse, ainda que autoritariamente, um projeto de modernização para o Brasil.

Embora Getúlio não pertencesse diretamente ao movimento dos Tenentes, aos poucos seu governo foi se apropriando de algumas ideias desenvolvidas por ele, como por exemplo sua grande desconfiança em relação aos regionalismos e aos poderes locais. Nesta esteira, Getúlio e seus aliados viam na construção de uma identidade nacional brasileira o elemento psicológico e sociológico que faltava para a superação da dominação ideológica das oligarquias, de modo que grande parte dos seus esforços no governo foram empregados na "invenção", por assim dizer, de uma identidade brasileira.

Em 1937, Getúlio deu uma guinada autoritária e decretou o Estado Novo, sistema ditatorial que permaneceu até 1945. Um dos instrumentos mais importantes deste período foi o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que além de investir no culto à personalidade de Getúlio, também utilizou os meios de comunicação de massa – principalmente o rádio – para forjar uma identidade brasileira comum nos quatro cantos do país.

Foi durante este período, ademais, que muitos elementos da cultura popular brasileira – e dentre estes, da cultura afro-brasileira – foram elevados à condição de emblemas culturais de toda a nação, em um processo denominado apropriação cultural. Com isso, visava-se conquistar a aderência dos grupos populares ao espírito nacional que se encontrava em

formação, além de mitigar os possíveis conflitos raciais ainda oriundos da época escravocrata e que permaneciam sob a forma da pauperização generalizada da população negra na cidade e no campo.

Um bom exemplo disso é a capoeira. Inicialmente proibida pela polícia e identificada pelas autoridades com o crime e a marginalidade, este esporte de origem africana foi legalizado por Getúlio na esteira do processo de apropriação cultural do Estado Novo, abrindo as portas para que se tornasse um dos emblemas mais notórios da cultura brasileira no exterior. Da mesma maneira, o samba, inicialmente um estilo de música marginalizado na cidade do Rio de Janeiro, começou a ganhar destaque com o incentivo do Estado e da indústria fonográfica, passando a ser o ritmo brasileiro por excelência, reconhecido nos quatro continentes e muito identificado com o ritual do carnaval.

SOMOS TODOS ANTROPÓFAGOS?

É comum nos depararmos com a ideia de que o Brasil não possui autenticidade e prefere copiar os modelos culturais das nações desenvolvidas, principalmente as da Europa e os Estados Unidos. Sabemos, no entanto, que esta é uma ideia errônea, já que a produção cultural brasileira é muito dinâmica e variada em diversos âmbitos, que vão da música à culinária, do esporte às artes plásticas, da ciência à religião. Por outro lado, não deixa de ser verdade que nosso lugar no mundo ainda é subalternizado e, bem por isso, sofre com diversos processos de dominação e hegemonia cultural que vêm de fora.

Foi exatamente examinando este paradoxo que alguns intelectuais e artistas paulistas do início do século XX chegaram a uma conclusão polêmica e fascinante: assim como os índios canibais que deglutiam os primeiros exploradores europeus do século XVI, também nós, brasileiros modernos, seríamos um pouco antropófagos, ainda que em sentido metafórico.

Trocando em miúdos, o que caracterizaria a sociedade brasileira seria uma constante incorporação de elementos vindos de fora para, logo depois, serem transformados à luz de nossas próprias referências culturais. Esta ideia foi lançada inicialmente pelo Movimento Modernista identificado com a Semana de Arte Moderna de 1922. Mais especificamente, com o Manifesto Antropofágico, assinado por Oswald de Andrade e outros artistas vanguardistas. No entanto, traços dessa postura podem ser identificados em movimentos culturais posteriores, como a Tropicália, dos anos 1960-1970, o

Cinema Novo, desta mesma época, e também o movimento Mangue Beat, em Recife.

Atualmente, o intenso uso de redes sociais pela população brasileira e sua imensa criatividade na imitação e transformação de elementos culturais vindos de fora podem ser considerados bons exemplos da permanência desse espírito “antropófago” da nossa cultura, capaz de assimilar o que vem do exterior sem, contudo, perdermos nossa identidade e as referências que nos constituem.

PARA SABER MAIS!

- ✓ Livros:

SCHWARCZ, Lilia M. STARLING, Heloisa M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

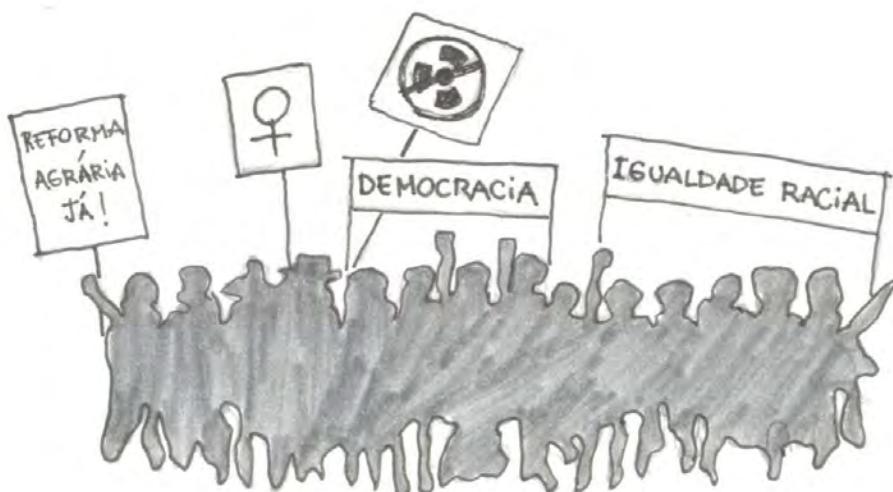
Um dos melhores livros contemporâneos sobre história sociocultural do Brasil, escrito por duas das principais especialistas em cultura brasileira e questões étnico-raciais em nosso país.

- ✓ Filmes e documentários:

Quanto vale ou é por quilo?. Sérgio Bianchi, Brasil (2005).

Este filme traça um paralelo entre a atual situação da sociedade brasileira e seu modelo de integração racial com o legado da escravidão, intercalando dois momentos históricos diferentes: o presente e o século XVIII.

SOCIOLOGIA

07

MOVIMENTOS SOCIAIS E MUDANÇA SOCIAL

MOVIMENTOS SOCIAIS E MUDANÇA SOCIAL

O QUE SÃO MOVIMENTOS SOCIAIS?

No mundo contemporâneo, tornou-se frequente a ideia de que mudanças na vida social são levadas a cabo por movimentos que, inicialmente pequenos e minoritários, acabam provocando alterações significativas nas esferas política, econômica, cultural, religiosa e sexual. De fato, boa parte das estruturas sociais e políticas que conhecemos hoje são fruto de alterações promovidas por grupos marginalizados que, por meio da *ação coletiva organizada*, conseguiram reverter sua condição de subalternidade e ter seus direitos reconhecidos pelo conjunto da sociedade e pelo ordenamento jurídico posterior.

No conjunto das democracias modernas – elas mesmas fruto de mudanças sociais e políticas importantes ocorridas entre os séculos XVIII e XIX na Europa e nos Estados Unidos –, compreendemos que o modo mais habitual de se operar mudanças sociais se dá no próprio esquadro da democracia formal, ou seja, através da ação política mediada pela vida parlamentar e os partidos políticos. No entanto, a vigência de regimes autoritários em muitos países, assim como a permanência de injustiças sociais contra determinados grupos no escopo da própria democracia (vide a situação dos negros no sul dos Estados Unidos até os anos 1960, a exclusão da participação política feminina no Brasil até a década de 1930, as leis contra homossexuais em muitos países europeus até tempos recentes, etc.) faz com que, às vezes, a mudança social só se torne possível através de formas não ortodoxas

de ação política. É aí que entra a decisiva participação dos chamados *movimentos sociais* na vida moderna.

De acordo com o sociólogo britânico Anthony Giddens, podemos conceituar os movimentos sociais como “tentativas coletivas de promover um interesse comum ou de assegurar uma meta comum por meio de uma ação fora da esfera das instituições estabelecidas”[1]. Já Allan Johnson, em seu *Dicionário de Sociologia*, define os movimentos sociais como “um esforço coletivo contínuo e organizado que se concentra em algum aspecto de mudança social”.[2] Neste sentido, é possível distinguirmos movimentos sociais de tipo *revolucionário*, que pregam a derrubada de uma ordem política e social vigente – não raro, por meio da violência – e movimentos sociais de tipo *reformista*, isto é, que tentam alterar as condições de um sistema social sem, contudo, modificar seu caráter fundamental.

Os movimentos sociais de tipo reformista fazem uso de diversas estratégias para levar a cabo suas reivindicações. Entre as mais frequentes, destaca-se o trabalho de conscientização e convencimento da opinião pública; a pressão organizada sobre parlamentares e partidos políticos, ou lobby; e, mais recentemente, o chamado ativismo judiciário, por meio do qual processos jurídicos específicos, como o julgamento de um caso típico da causa em questão, ou a condução de um caso polêmico às supremas cortes nacionais, torna-se emblemático para a luta daquele movimento.

Por outro lado, alguns movimentos sociais se caracterizam como movimentos de *resistência*, ou seja, se organizam não para promover mudanças sociais, mas, justamente, para combatê-las ou, no limite, manter a ordem social e política perfeitamente inalterada. Este é o caso, por exemplo, dos movimentos que, em muitos países, visam reverter ou impedir as leis que garantem às mulheres o direito ao aborto, uma pauta clássica do movimento social feminista.

BREVE HISTÓRICO E ALGUMAS LINHAGENS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

OS SINDICATOS E O MUNDO DO TRABALHO

---

[1] Giddens, Anthony. Sociologia, 4a ed. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 357.

[2] Johnson, Allan. Dicionário de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 155.

Dizíamos anteriormente que muitas das normas e leis hoje vigentes são o produto histórico de lutas travadas por grupos minoritários que, no passado, não tinham seus direitos reconhecidos pela ordem política e social. Durante a revolução industrial dos séculos XVIII e XIX, os trabalhadores das fábricas na Europa e nos Estados Unidos não gozavam do sistema de proteção social hoje existente na maioria das democracias, que lhes faculta o direito de organização coletiva e de realizar greve, assim como uma série de prerrogativas que conhecemos como *direitos trabalhistas*.

Historicamente, estas conquistas só foram possíveis através da ação coletiva, que, no mundo do trabalho, deu origem à primeira forma moderna de movimento social: o *sindicato*. Em sua definição mais frequente, um sindicato é "um conjunto de trabalhadores que se organizam para promover seus próprios interesses em relação aos empregadores, sobretudo em torno de questões de salário, promoção, condições de trabalho e segurança no emprego"[3]. Inicialmente, os sindicatos eram organizações proibidas e até mesmo reprimidas pelo Estado, que reconhecia apenas a ação política ortodoxa de tipo político-partidário e parlamentar. O problema é que, nas nações industriais do século XIX, os partidos políticos e os parlamentos dispunham de poucos representantes das classes populares em seus quadros, já que os direitos de participação política se baseavam num critério de patrimônio ou renda.

Ato contínuo, a ação coletiva não ortodoxa, reformista ou revolucionária, tornou-se a via mais apropriada para os trabalhadores da revolução industrial conseguirem modificar e/ou atenuar suas péssimas condições de vida. Na maior parte das democracias ocidentais, os sindicatos foram incorporados pela ordem social vigente, cumprindo um papel institucional de mediação das relações entre capital e trabalho e como grupo de pressão perante o governo e os parlamentos. Na Rússia dos anos 1910, por outro lado, as organizações de trabalhadores (*sovietes*) acabaram aderindo à vertente revolucionária, protagonizando a Revolução Bolchevique de 1917 e constituindo uma nova ordem política de caráter socialista, isto é, a União Soviética.

---

[3] Idem, p. 208.

O FEMINISMO, A QUESTÃO DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE

Outro movimento social importante nascido no século XIX é o *feminismo*. Em contraste com o movimento sindical, no entanto, o feminismo combate um traço da vida social muito mais antigo que a revolução industrial e o modo de produção capitalista e que perpassa, por isso mesmo, o modo de vida de muitas sociedades não ocidentais e/ou tradicionais. Neste sentido, sua luta se dirige contra a desigualdade entre homens e mulheres e a restrição destas últimas a um papel doméstico e estritamente reprodutivo, posição historicamente defendida pelas ideologias patriarcais ou do *patriarcado*.

Inicialmente focado sobre a questão da igualdade política entre homens e mulheres e o direito feminino ao voto, ou *sufrágio universal*, o feminismo transformou-se profundamente ao longo do tempo, de maneira que costumamos identificar três “ondas” ou estágios em seu desenvolvimento histórico:

Primeira onda (século XIX – década de 1960): Neste primeiro momento, a pauta do movimento das mulheres centrava-se sobre a igualdade política e jurídica entre homens e mulheres, enfatizando o sufrágio universal, a participação política e o direito à propriedade privada. Lutava-se pelo direito das mulheres votarem e serem votadas, além de não serem tuteladas pelos homens em termos de seu acesso e usufruto a bens herdados e adquiridos.

Segunda onda (década de 1960 – década de 1980): Caracteriza-se pela chamada revolução sexual e pela ampliação da luta pelos direitos de *facto* das mulheres, tematizando questões como os direitos reprodutivos – o que coincide com o advento da pílula anticoncepcional –, a questão do aborto e do divórcio, assim como a visibilização da violência doméstica e conjugal. Da mesma maneira, as feministas da segunda onda ressaltavam o papel da mulher no mercado de trabalho e o combate às desigualdades salariais e corporativas entre homens e mulheres. Outro aspecto importante desta geração foi o combate ideológico ao machismo na indústria cultural, criticando os estereótipos femininos presentes no cinema, televisão e publicidade em geral. Na atmosfera contracultural dos anos 1960, ligava-se também ao movimento *hippie* e pacifista.

Terceira onda (década de 1980 – atual): esta geração do feminismo se caracteriza pela ideia de *desconstrução*, derivada do movimento filosófico conhecido como pós-estruturalismo. Na esteira da segunda onda, a terceira onda entende que o gênero é uma construção social, isto é, uma projeção de normas e valores sobre a dimensão naturalmente dada do *sexo biológico*. Todavia, discordam quanto ao caráter binário desta construção, a que acusam a segunda geração de reproduzir ainda que involuntariamente. Neste sentido, para além da dicotomia masculino/feminino, a terceira onda entende que o gênero é uma construção múltipla, comportando múltiplas possibilidades em um espectro quase infinitesimal. A pauta do *direito e do respeito à diferença* ganha destaque junto à luta mais tradicional pela *igualdade entre os gêneros*, no que aproxima o feminismo contemporâneo do movimento LGBTT (lésbicas, gays, travestis e transexuais) e de outras pautas sociais diferencialistas, como a questão racial.

OS MOVIMENTOS ÉTNICO-RACIAIS

Outra linhagem importante dos movimentos sociais diz respeito à luta travada por grupos subalternizados devido à sua origem étnico-racial. Estes movimentos são particularmente importantes em países e/ou sociedades pós-coloniais e pós-escravocratas, como o Brasil e os Estados Unidos. Neste último, a questão negra sempre teve um papel predominante no debate social, principalmente devido à permanência de leis segregacionistas em muitos estados sulistas após a Guerra de Secessão ou Guerra Civil Americana (1861-1865). Já no Brasil, destaca-se o tema do *racismo latente*, isto é, a permanência de preconceitos contra negros e mestiços na vida social,

cultural e econômica não obstante a ideologia da *democracia racial* vigente desde os anos 1930 em nosso país.

Nos Estados Unidos, a ação coletiva do movimento negro conseguiu com sucesso a abolição das leis segregacionistas que ainda vigoravam em alguns estados da federação. Esta luta se deu no escopo de um movimento maior por direitos civis (*civil rights*) que, nos anos 1960, também incluía o feminismo, a revolução sexual, o pacifismo (na época, os EUA viviam uma guerra nuclear de nervos com a União Soviética e uma guerra de fato contra a guerrilha comunista do Vietnã do Norte) e princípios do que depois viria a se constituir como a pauta ambiental. Conjuntamente, todos esses movimentos passaram a ser chamados pelos sociólogos de "novos movimentos sociais", em contraste com o velho sindicalismo do mundo do trabalho.

A distinção entre movimentos reformistas e revolucionários era bastante visível na questão negra estadunidense. Por um lado, o grupo conhecido como *Panteras Negras* adotava uma postura mais confrontativa contra a ordem social e seus aparatos de repressão como a polícia, não raro fazendo uso de expedientes violentos ou de ação direta. Por outro, o reverendo Martin Luther King Jr. (1929-1968) e seus seguidores defendiam uma postura integracionista e pacifista, conhecida como *desobediência civil não violenta*.

Outro país importante em termos de lutas raciais é a África do Sul, que entre 1948 e 1981 viveu sob um regime segregacionista particularmente cruel chamado Apartheid. Durante este período, a maioria negra deste país não gozava dos mesmos direitos da minoria branca de origem inglesa e holandesa, o que gerava uma situação política e social injusta e insustentável. Inicialmente na ilegalidade e perseguidos pelo governo, os movimentos contra o regime segregacionista acabaram ganhando apoio externo e lograram isolar a África do Sul diplomaticamente, o que culminou com a queda do *Apartheid* e a refundação do país em termos democráticos.

No Brasil, como em muitos outros países latino-americanos, o movimento negro tem se destacado por uma luta em duas frentes diferentes: no campo social e jurídico, tem defendido a promulgação de medidas que atenuem a desigualdade entre brancos e não brancos nos mundos da educação, do trabalho, do serviço público e da participação política, como as *ações afirmativas*. Um bom exemplo são as cotas raciais nas universidades públicas federais e estaduais. Já no campo cultural, o movimento negro brasileiro tem lutado pela valorização e reconhecimento do legado africano na sociedade brasileira, seus credos, símbolos e tradições. Em tempos recentes, a defesa dos cultos de matriz africana como

o candomblé e o batuque contra a intolerância religiosa tem se destacado nas ações do movimento negro, bem como suas críticas à ideologia da democracia racial – segundo a qual não haveria racismo no Brasil – e à apropriação cultural de símbolos afro-brasileiros. O reconhecimento de comunidades quilombolas e a demarcação de seus territórios também tem sido uma pauta importante do movimento negro, o que o aproxima das lutas protagonizadas pelos indígenas e camponeses.

A LUTA PELA TERRA, A REFORMA AGRÁRIA, AS SOCIEDADES TRADICIONAIS OS DIREITOS TERRITORIAIS

Na América Latina, uma linhagem particularmente importante dos movimentos sociais é aquela que, protagonizada por grupos subalternos não urbanos como camponeses ou sociedades indígenas, tem lutado por seus territórios tradicionais e oferecido resistências à expansão das fronteiras agrícola e mineral em termos puramente extrativistas. No Brasil, um país historicamente dominado pela grande propriedade agrícola e pastoril, a luta pela terra tem sido um tema central desde a época colonial, mas que se acentuou profundamente a partir da chamada Lei de Terras do II Reinado, promulgada em 1850.

Em 1984 foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, mais conhecido pela sigla MST. De inspiração marxista e inicialmente revolucionária, o MST se opunha ao modelo de colonização e reforma agrária instituído pela Ditadura Militar (1964-1985), abertamente favorável aos interesses do latifúndio e da remoção das pequenas e médias propriedades para áreas cada vez mais remotas e improdutivas. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, o MST protagonizou distintos episódios de ação direta no campo e na cidade, sobretudo a ocupação de propriedades improdutivas e prédios públicos ligados ao Ministério da Agricultura e ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em protesto.

Mais recentemente, a questão indígena tem ganhado destaque no debate político brasileiro, sobretudo devido à oposição de comunidades tradicionais a grandes projetos de infraestrutura que alteram seus territórios originais. Da mesma forma, a ação da chamada *bancada ruralista* no Congresso Nacional – grupo de parlamentares que defendem os interesses do agronegócio – tem se caracterizado por uma hostilidade crescente aos interesses e reivindicações das sociedades tradicionais, questionando e

colocando em cheque o atual sistema de demarcação de terras indígenas e quilombolas.

A DINÂMICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Como todas as iniciativas sociais, os movimentos sociais possuem algumas dinâmicas próprias e bastante características de funcionamento interno, o que os sociólogos chamam de "ciclo de vida" dos movimentos sociais. Embora nem todos os movimentos se enquadrem nesta lógica, é recorrente que atravessem fases muito similares em seu desenvolvimento, que poderíamos sintetizar a partir do seguinte esquema:

Primeiramente, ocorre a *emergência* do movimento social. Em geral, alguns poucos indivíduos trazem à tona, voluntária ou involuntariamente, a situação de desigualdade ou injustiça cujo combate pautará a militância do movimento, ainda inexistente ou existente de forma desorganizada. É frequente que estes momentos de emergência surjam por acaso ou abruptamente, como no caso do cidadão desempregado tunisiano que, ao colocar fogo em seu próprio corpo, desencadeou uma onda de comoção social que levou às *Primaveras Árabes* de 2010. Igualmente, as batidas policiais contra boates e bares *gays do underground* nova-iorquino dos anos 1970 tiveram papel importante na criação de um sentimento comunitário entre os homossexuais daquela cidade, que, a partir daí, começaram a se organizar como movimento de forma mais sistemática.

Em seguida, ocorre uma fase de consolidação do movimento, em que ele cresce em número de adeptos e passa a gozar de maior ou menor reconhecimento

social. É neste momento, da mesma maneira, que emergem os focos de resistência à pauta de mudança social colocada pelo movimento e seu confronto mais ou menos violento com os representantes da ordem instituída. Também aqui começam as divergências entre facções mais moderadas e mais radicais do movimento, oscilando entre os polos da reforma e da revolução.

Após a consolidação do movimento, muitas coisas podem acontecer: suas pautas podem ser acolhidas pela e/ou transformarem a ordem social (*sucesso*) ou não (*fracasso*), assim como o movimento pode ser dissolvido por uma brutal *repressão governamental* ou por uma *cooptação* de seus membros e pautas pelos grupos dominantes que combatia, como ocorreu com o movimento das “Diretas Já” no Brasil dos anos 1980. Outro destino possível é a *normalização* do movimento, isto é, sua transformação em uma estrutura burocrática e rotinizada que acaba se afastando de seus propósitos originais. Ao final, é normal que os movimentos e suas pautas entrem em um processo de declínio, sendo substituídos por outros movimentos e pautas e/ou reformulando-se à luz dos novos tempos, como no caso anteriormente descrito das “três ondas” do feminismo.

PARA SABER MAIS!

Livros:

- ✓ Carvalho, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

> Neste livro, o cientista político e historiador José Murilo de Carvalho discute a construção da cidadania e dos direitos no Brasil de maneira bastante didática, expondo o papel dos diferentes movimentos sociais, do Estado e das elites nesta caminhada.

Filmes e documentários:

- ✓ “Mississipi em Chamas” (Estados Unidos, 1988).
- ✓ “Suffragette” (Estados Unidos, 2015).
- ✓ “Martírio” (Brasil, 2017).

Mississipi em chamas retrata a segregação racial e a luta do movimento negro no sul dos Estados Unidos. Suffragette conta a história do movimento pelo voto feminino na Grã-Bretanha, enfatizando a primeira onda do movimento feminista. Martírio, por fim, expõe o conflito entre o movimento indígena brasileiro e o ruralismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL (INEP). Manual de Capacitação para avaliação das Redações do ENEM (2013). Disponível em: <http://oglobo.globo.com/arquivos/manual-avaliadorENEM2013.pdf> Acesso em 23.02.2016.

BRASIL (INEP). A redação no ENEM 2013: Guia do Participante. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2013/guia_de_redacao_enem_2013.pdf>. Acesso em 23.02.2016.

EDITAL Nº 10, de 14 de abril de 2016, ENEM 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2016/edital_enem_2016.pd>. Acesso em 13/07/2016.